

CÂMARA DOS DEPUTADOS**TVR****N.º 679, DE 2013****(Do Poder Executivo)****MSC 140/2013****AV 275/2013**

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 883, de 29 de setembro de 2010, que outorga permissão a Moraes Serviços de Comunicação Ltda.- ME. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Santa Clara d'Oeste, Estado de São Paulo.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD). REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CF. APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))

Mensagem nº 140

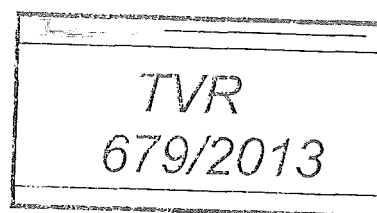
Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 605, de 1º de julho de 2010 – Sinal Brasileiro de Comunicação S/C Ltda., no município de Orlândia - SP;
- 2 - Portaria nº 606, de 1º de julho de 2010 – Sinal Brasileiro de Comunicação S/C Ltda., no município de Pontal do Paraná - PR;
- 3 - Portaria nº 610, de 1º de julho de 2010 – Sinal Brasileiro de Comunicação S/C Ltda., no município de Califórnia - PR;
- 4 - Portaria nº 613, de 1º de julho de 2010 – Sinal Brasileiro de Comunicação S/C Ltda., no município de Cambira - PR;
- 5 - Portaria nº 659, de 21 de julho de 2010 – Amazônia Comunicações Ltda., no município de Holambra - SP;
- 6 - Portaria nº 660, de 21 de julho de 2010 – Empresa de Radiodifusão Alfa Centauro Ltda., no município de Igarapu do Tietê - SP;
- 7 - Portaria nº 661, de 21 de julho de 2010 – Sistema Torre de Comunicação Ltda., no município de Guarani d'Oeste - SP;
- 8 - Portaria nº 719, de 3 de agosto de 2010 – Inhandava Promoções Ltda., no município de São José do Ouro - RS;
- 9 - Portaria nº 722, de 3 de agosto de 2010 – Sistema Integrado de Radiocomunicação Ltda. - SIR, no município de Claraval - MG;
- 10 - Portaria nº 736, de 20 de agosto de 2010 – Rádio FM Conquista Ltda., no município de Santa Maria do Oeste - PR;
- 11 - Portaria nº 737, de 20 de agosto de 2010 – Rádio Reserva FM Ltda., no município de Reserva - PR;
- 12 - Portaria nº 865, de 17 de setembro de 2010 – M.N. Carvalho & CIA Ltda – ME., no município de Salvaterra - PA;



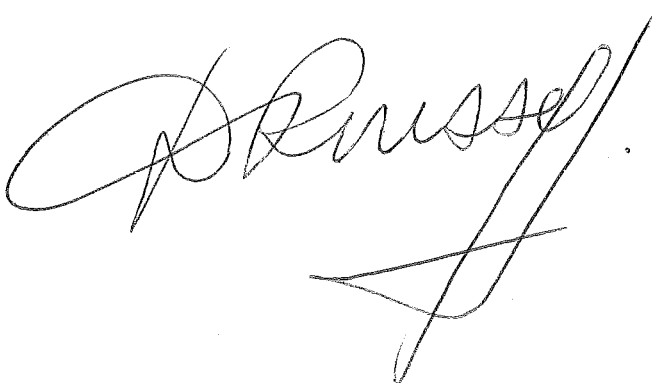
140/13



- 13 - Portaria nº 881, de 29 de setembro de 2010 – Sistema de Comunicação do Agreste Ltda., no município de Traipu - AL;
- 14 - Portaria nº 882, de 29 de setembro de 2010 – Empresa de Radiodifusão Ursa Maior Ltda., no município de Bilac - SP;
- 15 - Portaria nº 883, de 29 de setembro de 2010 – Moraes Serviços de Comunicação Ltda-ME., no município de Santa Clara d'Oeste - SP;
- 16 - Portaria nº 897, de 5 de outubro de 2010 – Sistema Millenium de Radiodifusão Ltda., no município de Guapé - MG;
- 17 - Portaria nº 910, de 14 de outubro de 2010 – Deo Volente Ltda., no município de Monte Aprazível - SP;
- 18 - Portaria nº 913, de 14 de outubro de 2010 – Moraes Serviços de Comunicação Ltda-ME., no município de Três Fronteiras - SP;
- 19 - Portaria nº 914, de 14 de outubro de 2010 – Oliveira & Perin Assessoria e Comunicações Ltda., no município de Rio dos Índios - RS;
- 20 - Portaria nº 972, de 26 de outubro de 2010 – Rio Doce Comunicação e Marketing Ltda., no município de Setubinha - MG;
- 21 - Portaria nº 1.150, de 23 de novembro de 2010 – Canari Participações S.A., no município de Iguaba Grande - RJ;
- 22 - Portaria nº 1.151, de 23 de novembro de 2010 – Safira Radiodifusão Ltda., no município de Catanduvas - PR;
- 23 - Portaria nº 1.152, de 23 de novembro de 2010 – Fundação João XXIII, no município de Rio Negro - PR;
- 24 - Portaria nº 1.153, de 23 de novembro de 2010 – V.P.D Empresa de Radiodifusão Ltda-ME., no município de Bom Jardim - RJ;
- 25 - Portaria nº 1.266, de 3 de dezembro de 2010 – Rádio e Televisão Som das Águas Ltda., no município de Lambari - MG;
- 26 - Portaria nº 1.281, de 7 de dezembro de 2010 – Rádio e TV Schappo Ltda., no município de Pilar - AL;
- 27 - Portaria nº 1.299, de 9 de dezembro de 2010 – Magalhães & Cassimiro Ltda., no município de Paula Cândido - MG;
- 28 - Portaria nº 1.300, de 9 de dezembro de 2010 – Carmorela Indústria e Comércio Ltda., no município de Piracema - MG;
- 29 - Portaria nº 1.350, de 17 de dezembro de 2010 – Sociedade Montesionense de Radiodifusão Ltda., no município de Tombos - MG;
- 30 - Portaria nº 1.358, de 17 de dezembro de 2010 – Rádio Vera Ltda., no município de Nossa Senhora do Livramento - MT;
- 31 - Portaria nº 1.359, de 17 de dezembro de 2010 – Rádio Educadora de Peixoto de Azevedo Ltda., no município de Matupá - MT;
- 32 - Portaria nº 1.360, de 17 de dezembro de 2010 – E.F. Comunicações Ltda., no município de Nova Olímpia - MT;

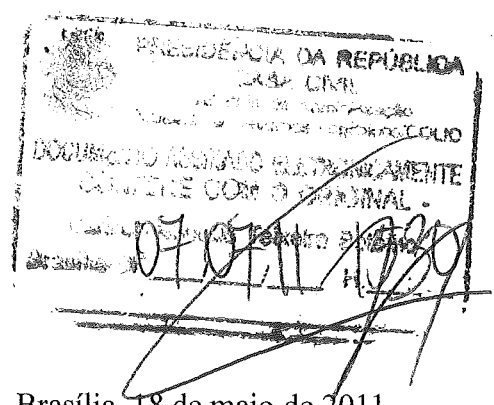
- 33 - Portaria nº 1.415, de 28 de dezembro de 2010 – Rádio Tigre FM Ltda., no município de Novo Oriente - CE;
- 34 - Portaria nº 1.416, de 28 de dezembro de 2010 – Star FM Ltda., no município de Senador Pompeu - CE;
- 35 - Portaria nº 123, de 17 de maio de 2011 – Cataia FM Ltda., no município de Magalhães Barata - PA;
- 36 - Portaria nº 216, de 6 de junho de 2011 – Terra FM Comunicações Ltda., no município de Cidade Gaúcha - PR;
- 37 - Portaria nº 217, de 6 de junho de 2011 – Rede Brasil de Radiodifusão Limitada, no município de Nova Friburgo - RJ;
- 38 - Portaria nº 218, de 6 de junho de 2011 – Empresa de Radiodifusão Conquista Ltda., no município de Alto do Rodrigues - RN;
- 39 - Portaria nº 221, de 6 de junho de 2011 – Rádio Imprensa FM de Vargem Grande do Sul Ltda., no município de Sagres - SP; e
- 40 - Portaria nº 222, de 6 de junho de 2011 – Sistema Max Digital de Comunicações Ltda., no município de Santana da Ponte Pensa - SP.

Brasília, 9 de abril de 2013.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'A. Russel', with a large, sweeping flourish extending from the bottom right.

FMC

66/09/2011



EM nº. 220/2011 - MC

Brasília, 18 de maio de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 057/2009-CEL/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Santa Clara d'Oeste, Estado de São Paulo.
2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Moraes Serviços de Comunicação Ltda - ME. (Processo nº 53000.014655/2010) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, homologado em 16 de setembro de 2010, motivo pelo qual outorgo a permissão, na forma da Portaria inclusa.
3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRÁSILIA - DF

53000 014655/2010-10

~~SEPRO/DILOG/COLOG/CSRL/SPD~~

25/03/2010-10:09

INTERESSADO:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO : 53000.014655/2010-10
PROponente : MORAES SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA - ME.
CONCORRÊNCIA : 057/2009 - CEL/MC
LOCALIDADE : SANTA CLARA D'OESTE- SP "Vencedora"

MOVIMENTAÇÕES:

SEQ.	SIGLA	CÓDIGO	DATA	SEQ.	SIGLA	CÓDIGO	DATA
01	SEDOC		28/09/10	15			/ /
02			/ /	16			/ /
03			/ /	17			/ /
04			/ /	18			/ /
05			/ /	19	<div>SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Ministério das Comunicações CONFERE COM O ORIGINAL 30 SET 2010 R</div>		/ /
06			/ /	20			/ /
07			/ /	21			/ /
08			/ /	22			/ /
09			/ /	23			/ /
10			/ /	24			/ /
11			/ /	25			/ /
12			/ /	26			/ /
13			/ /	27			/ /
14			/ /	28			/ /

AS MOVIMENTAÇÕES DEVERÃO SER COMUNICADAS AO PROTOCOLO

ANEXOS:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

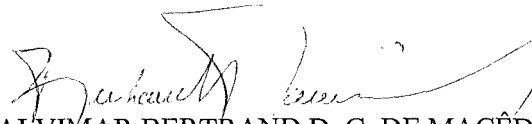



TERMO DE INSTAURAÇÃO

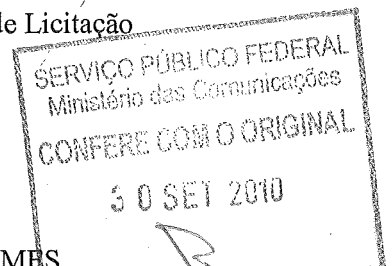
CONCORRÊNCIA Nº : 057/2009 – CEL/MC **MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**
SERVIÇO : FM (CANAL 225) **BRASÍLIA - DF**
LOCALIDADE : SANTA CLARA D'OESTE - SP **53000 014655/2010-10**
PROPONENTE : MORAES SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA - ME **SEPRO/DILOG/COLOG/CGRL/SPO**
CNPJ Nº : 11.626.572/0001-05 **25/03/2010-10:09**

A Comissão Especial de Licitação, instituída pela Portaria n.º 432, de 24 de julho de 2009, e suas alterações, por seu presidente, instaura o presente processo, consignando que o invólucro que segue em anexo, relativo aos documentos de habilitação da proponente em epígrafe, continha 38 páginas (excluídos os documentos a que se refere o subitem 8.2.1 do edital, também ora anexados).

Brasília (DF), 25 de março de 2010.


ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão Especial de Licitação


ADALBERTO VIEIRA GOMES
MORAES SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA - ME
CNPJ nº 11.626.572/0001-05



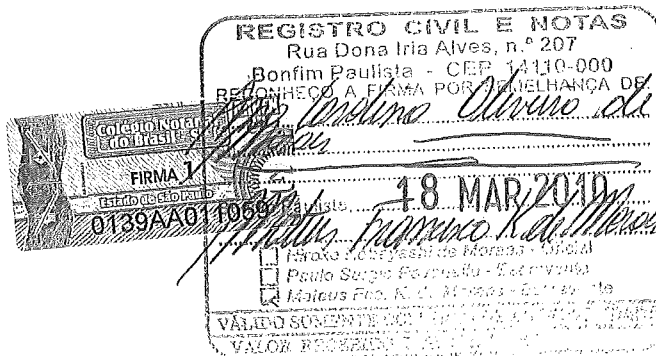
PROCURAÇÃO

MORAES SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA ME., com sede social na Cidade de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, na Rua Professor Felisberto Almada, n.º 567 - Bonfim Paulista - CEP. 14.110-000, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 11.626.572/0001-05, nomeia e constitui seus bastante procurador Adalberto Vieira Gomes, brasileiro, solteiro, Empresário, portador da Carteira de Identidade RG n.º 14170300-3 (SSP/SP) e no CPF/MF sob o n.º 042.048.528-74, a quem outorga poderes para representá-la em todos os atos da Concorrência n.º 057/2009-CEL/MC, promovida pelo Ministério das Comunicações, podendo apresentar Documentação de Habilitação, Proposta Técnica e Proposta de Preço pela Outorga, passar recibo, rubricar documentos, apresentar impugnações, assinar lista de presença e atas, desistir de prazo recursal, interpor recursos e impugná-los, ter vista dos autos, bem como praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato.

Ribeirão Preto, 15 de Março de 2010.



ANA CAROLINA OLIVEIRA DE MORAES
SÓCIO-PROPRIETÁRIA
CPF n.º 369.275.498-11



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DE COMUNICAÇÕES
CONFIRMAÇÃO ORIGINAL
30 SET 2009

CONJUNTO 1 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

Edital da Concorrência n.º 057/2009 - CEL/MC

SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

Localidade de Prestação do Serviço: Santa Clara D'Oeste /SP

Razão Social da Proponente: MORAES SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA ME

Conteúdo:

Conjunto 1 - Documento de Habilitação:

Habilitação Jurídica;

Qualificação Econômico-Financeira:

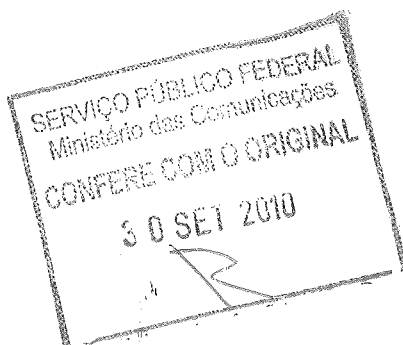
CEL - 9
Comunicações
30 SET 2009



MORAES SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA - ME
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 057/2009-SSR/MC

ÍNDICE

- 01- CONTRATO SOCIAL - (03 - 04 - 05 - 06 - 07)
- 02- DECLARAÇÃO ANEXO I - (08)
- 03- DECLARAÇÃO ANEXO II - (09)
- 04- COMPROVANTE NACIONALIDADE - (10 - 11)
- 05- CERTIDÃO CÍVIL TRIBUNAL ESTADUAL - (12 - 13)
- 06- CERTIDÃO CRIMINAL TRIBUNAL ESTADUAL - (14 - 15)
- 07- CERTIDÃO CÍVIL E CRIMINAL TRIBUNAL FEDERAL - (16 - 17)
- 08- CERTIDÃO DE PROTESTO E TÍTULOS - (18 - 19 - 20 - 21)
- 09- CERTIDÃO JUSTIÇA ELEITORAL - (22 - 23)
- 10- BALANÇO PATRIMONIAL - (25)
- 11- COMPROVANTE DE GARANTIA DE MANUTENÇÃO DE PROPOSTA
NA FORMA DE CAUÇÃO - (26)
- 11- CERTIDÃO FALÊNCIA E CONCORDATA - (27)
- 12- INSCRIÇÃO CNPJ - (29)
- 13- INSCRIÇÃO ESTADUAL - (30)
- 14- INSCRIÇÃO MUNICIPAL - (31 - 32 - 33 - 34)
- 15- ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO PREFEITURA MUNICIPAL - (35)
- 16- CERTIDÃO INSS - (36)
- 17- CERTIDÃO FGTS - CRF - (37)
- 18- CERTIDÃO CONJUNTA DE DEBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO - (38)
- 19- CERTIDÃO REGULARIDADE FISCAL FAZENDA ESTADUAL - (39)
- 20- CERTIDÃO REGULARIDADE FAZENDA MUNICIPAL - (40)



Handwritten signatures and initials.



MORAES SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA - ME
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 057/2009-SSR/MC

HABILITAÇÃO JURÍDICA

CONTRATO SOCIAL - (03 - 04 - 05 - 06 - 07)

DECLARAÇÃO ANEXO I - (08)

DECLARAÇÃO ANEXO II - (09)

COMPROVANTE NACIONALIDADE - (10 - 11)

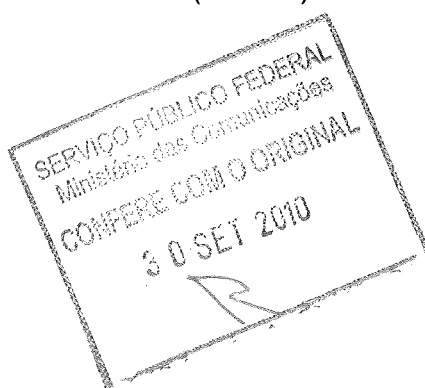
CERTIDÃO CÍVIL TRIBUNAL ESTADUAL - (12 - 13)

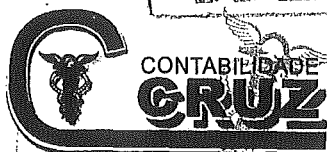
CERTIDÃO CRIMINAL TRIBUNAL ESTADUAL - (14 - 15)

CERTIDÃO CÍVIL E CRIMINAL TRIBUNAL FEDERAL - (16 - 17)

CERTIDÃO DE PROTESTO E TÍTULOS - (18 - 19 - 20 - 21)

CERTIDÃO JUSTIÇA ELEITORAL - (22 - 23)





Rua Dona Iria Alves, 178 - Bonfim Paulista - SP
Telefones: (16) 3972-2449 / 3972-1985
e-mail: contacruz@uol.com.br
www.contabilidadecruz.com.br

SINGULAR

MATRIZ ☒

FILIAL ☐

CONTRATO SOCIAL

MORAES SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA

CONVÊNIO
E. M. Albelo

REGISTRO CIVIL E NOTARIAL
Rua Dona Iria Alves, n.º 207
Bonfim Paulista - CEP 14110-000
CONVÊNIO NOTARIAL
do Brasil - SP
CONFERE COM
ORIGINAL
0139AA104195
06 MAR 2010

JUCESP PROTOCOLO
0.129.889/10-6



238
Comunicações
6
Ribeirão Preto
CEL 7

As signatárias do presente instrumento particular de Contrato Social, **ANA CAROLINA OLIVEIRA DE MORAES**, brasileira nata, natural de Ribeirão Preto, SP, solteira, nascida em 29/09/1987, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 43.532.963-7-SSP/SP e do CPF n.º 369.275.498-11, residente na Alameda dos Jacarandás n.º 66 – Condomínio Residencial Santa Helena – Distrito de Bonfim Paulista, CEP 14110-000, e, **RAFAELA OLIVEIRA DE MORAES**, brasileira nata, solteira, natural de Ribeirão Preto, SP, nascida em 14/10/1989, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 46.343.565-5-SSP/SP e do CPF n.º 369.275.368-33, residente na Alameda dos Jacarandás n.º 66 – Condomínio Residencial Santa Helena – Distrito de Bonfim Paulista, CEP 14110-000, ambos nesta cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, resolvem, como resolvido têm, de comum acordo, constituir uma sociedade empresária limitada, regida pelas seguintes cláusulas e condições, que, mutuamente, aceitam e se outorgam:

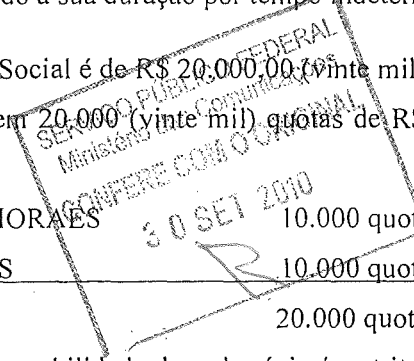
CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade tem a denominação social de **MORAES SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA**, com sede na Rua Professor Felisberto Almada n.º 567 – Distrito de Bonfim Paulista – CEP 14110-000, nesta cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, podendo abrir filiais, escritórios, sucursais em todo o território nacional.

CLÁUSULA SEGUNDA: O objetivo da sociedade é a exploração dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens (televisão), sob seus aspectos culturais e de propaganda de ensinamentos cívicos, literários, científicos, esportivos e musicais, sendo a sua duração por tempo indeterminado.

CLÁUSULA TERCEIRA: O Capital Social é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), totalmente integralizado em moeda corrente do país, fracionado em 20.000 (vinte mil) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma e assim distribuído entre as quotistas:

ANA CAROLINA OLIVEIRA DE MORAES	10.000 quotas	R\$ 10.000,00
RAFAELA OLIVEIRA DE MORAES	10.000 quotas	R\$ 10.000,00
TOTAL	20.000 quotas	R\$ 20.000,00

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A responsabilidade de cada sócia é restrita ao valor de suas quotas, mas todas respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.



Handwritten signatures and initials at the bottom of the document.

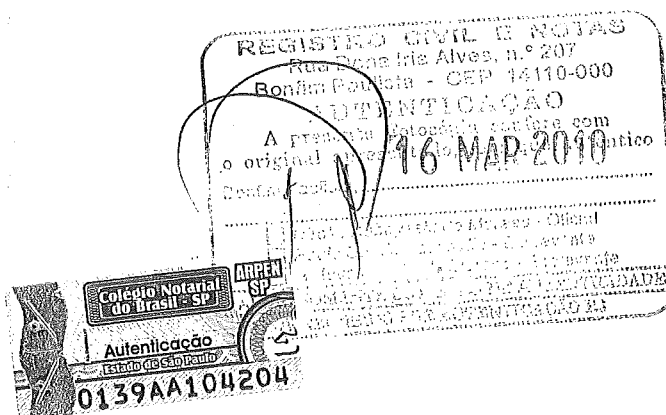


SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 Ministério das Comunicações
 CONTINHA CÓPIA ORIGINAL
 30 SET 2010
 19

2
 3
 4
 5
 6
 7
 8
 9
 10
 11
 12
 13
 14
 15
 16
 17
 18
 19
 20
 21
 22
 23
 24
 25
 26
 27
 28
 29
 30
 31
 32
 33
 34
 35
 36
 37
 38
 39
 40
 41
 42
 43
 44
 45
 46
 47
 48
 49
 50
 51
 52
 53
 54
 55
 56
 57
 58
 59
 60
 61
 62
 63
 64
 65
 66
 67
 68
 69
 70
 71
 72
 73
 74
 75
 76
 77
 78
 79
 80
 81
 82
 83
 84
 85
 86
 87
 88
 89
 90
 91
 92
 93
 94
 95
 96
 97
 98
 99
 100
 101
 102
 103
 104
 105
 106
 107
 108
 109
 110
 111
 112
 113
 114
 115
 116
 117
 118
 119
 120
 121
 122
 123
 124
 125
 126
 127
 128
 129
 130
 131
 132
 133
 134
 135
 136
 137
 138
 139
 140
 141
 142
 143
 144
 145
 146
 147
 148
 149
 150
 151
 152
 153
 154
 155
 156
 157
 158
 159
 160
 161
 162
 163
 164
 165
 166
 167
 168
 169
 170
 171
 172
 173
 174
 175
 176
 177
 178
 179
 180
 181
 182
 183
 184
 185
 186
 187
 188
 189
 190
 191
 192
 193
 194
 195
 196
 197
 198
 199
 200
 201
 202
 203
 204
 205
 206
 207
 208
 209
 210
 211
 212
 213
 214
 215
 216
 217
 218
 219
 220
 221
 222
 223
 224
 225
 226
 227
 228
 229
 230
 231
 232
 233
 234
 235
 236
 237
 238
 239
 240
 241
 242
 243
 244
 245
 246
 247
 248
 249
 250
 251
 252
 253
 254
 255
 256
 257
 258
 259
 260
 261
 262
 263
 264
 265
 266
 267
 268
 269
 270
 271
 272
 273
 274
 275
 276
 277
 278
 279
 280
 281
 282
 283
 284
 285
 286
 287
 288
 289
 290
 291
 292
 293
 294
 295
 296
 297
 298
 299
 300
 301
 302
 303
 304
 305
 306
 307
 308
 309
 310
 311
 312
 313
 314
 315
 316
 317
 318
 319
 320
 321
 322
 323
 324
 325
 326
 327
 328
 329
 330
 331
 332
 333
 334
 335
 336
 337
 338
 339
 340
 341
 342
 343
 344
 345
 346
 347
 348
 349
 350
 351
 352
 353
 354
 355
 356
 357
 358
 359
 360
 361
 362
 363
 364
 365
 366
 367
 368
 369
 370
 371
 372
 373
 374
 375
 376
 377
 378
 379
 380
 381
 382
 383
 384
 385
 386
 387
 388
 389
 390
 391
 392
 393
 394
 395
 396
 397
 398
 399
 400
 401
 402
 403
 404
 405
 406
 407
 408
 409
 410
 411
 412
 413
 414
 415
 416
 417
 418
 419
 420
 421
 422
 423
 424
 425
 426
 427
 428
 429
 430
 431
 432
 433
 434
 435
 436
 437
 438
 439
 440
 441
 442
 443
 444
 445
 446
 447
 448
 449
 450
 451
 452
 453
 454
 455
 456
 457
 458
 459
 460
 461
 462
 463
 464
 465
 466
 467
 468
 469
 470
 471
 472
 473
 474
 475
 476
 477
 478
 479
 480
 481
 482
 483
 484
 485
 486
 487
 488
 489
 490
 491
 492
 493
 494
 495
 496
 497
 498
 499
 500
 501
 502
 503
 504
 505
 506
 507
 508
 509
 510
 511
 512
 513
 514
 515
 516
 517
 518
 519
 520
 521
 522
 523
 524
 525
 526

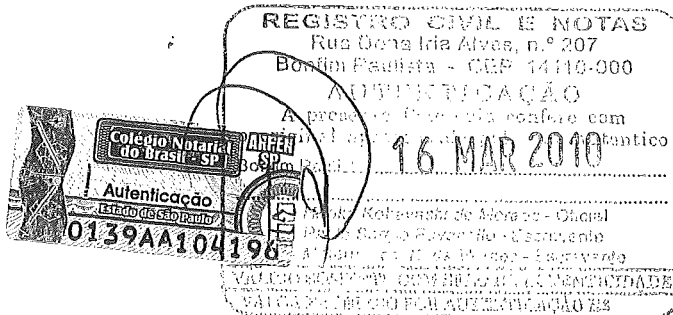
CERTIFICADO DE REGISTRO

THE UNIVERSITY OF CHICAGO





Rua Dona Iria Alves, 178 - Bonfim Paulista - SP
Telefones: (16) 3972-2449 e 3972-1985
e-mail: contacruz@uol.com.br
www.contabilidadecruz.com.br



04
das Comunicações
CEL. 730

PARÁGRAFO SEGUNDO: As quotas representativas do Capital Social, em sua totalidade, pertencerão sempre a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, ou pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e as que tenham sede no País.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Pelo menos 70% (setenta por cento) do Capital Social da sociedade deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação.

CLÁUSULA QUARTA : A administração e gerência da sociedade será exercida pelas sócias ANA CAROLINA OLIVEIRA DE MORAES, brasileira nata, natural de Ribeirão Preto, SP, solteira, nascida em 29/09/1987, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 43.532.963-7-SSP/SP e do CPF n.º 369.275.498-11, residente na Alameda dos Jacarandás n.º 66 – Condomínio Residencial Santa Helena – Distrito de Bonfim Paulista, CEP 14110-000, e, RAFAELA OLIVEIRA DE MORAES, brasileira nata, solteira, natural de Ribeirão Preto, SP, nascida em 14/10/1989, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 46.343.565-5-SSP/SP e do CPF n.º 369.275.368-33, residente na Alameda dos Jacarandás n.º 66 – Condomínio Residencial Santa Helena – Distrito de Bonfim Paulista, CEP 14110-000, ambas nesta cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, isoladamente, que ficam, desde já, proibidas de usar a firma para fins alheios, tais como : aval, fianças, alienação do ativo fixo e outros semelhantes. As sócias ficam dispensadas de caução para o exercício da gerência.

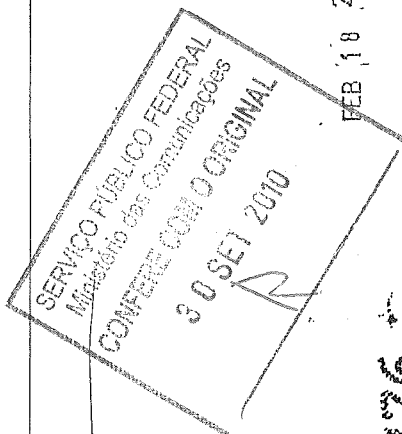
PARÁGRAFO PRIMEIRO: A sociedade poderá ser gerida e administrada por não sócios, desde que a indicação seja aprovada, no mínimo, por dois terços do Capital Social.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A sociedade poderá ser gerida e administrada por procurador, obedecidos os preceitos estabelecidos nos artigos 1.062 e seguintes da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

CLÁUSULA QUINTA: Os sócios que exercerem atividades na empresa, terão direito a uma retirada mensal, a título de *pro labore*, nunca superior aos valores permitidos pela legislação do imposto de renda.

CLÁUSULA SEXTA: O exercício financeiro coincidirá com o ano civil. O resultado positivo ou negativo que se verificar, será dividido entre os sócios, de acordo com o capital de cada um na sociedade. Do lucro líquido, poderão ser feitas deduções para criação de fundos que forem julgados necessários.

CLÁUSULA SÉTIMA: No caso de falecimento, interdição ou invalidez de um sócio qualquer, a sociedade não se dissolverá. Os haveres do sócio falecido, interdito ou inválido, serão apurados em balanço geral, levantado na data da ocorrência e pagos a quem de direito, conforme homologação judicial.

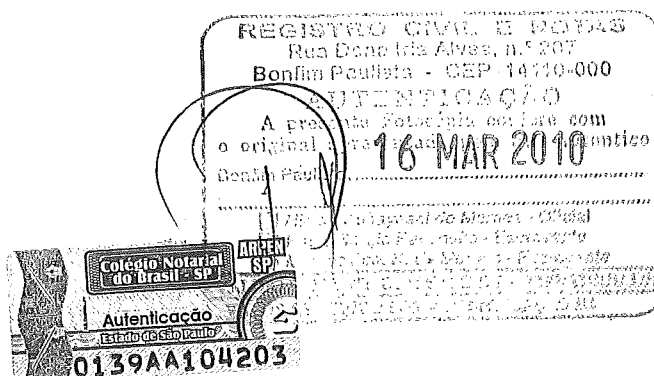


18 FEB 2010

[illegible]

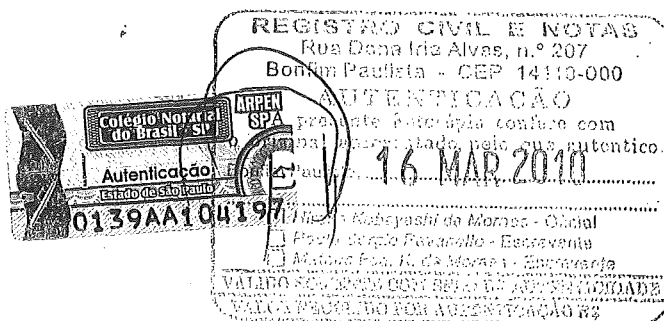
CEPILUZO - Cuidado con el coronavirus en el estado
en línea y el estómago de los niños.

1940-1941





Rua Dona Iria Alves, 178 - Bonfim Paulista - SP
Telefones: (16) 3972-2449 e 3972-1985
e-mail: contacruz@uol.com.br
www.contabilidadecruz.com.br



05

Contabilidade
3972-2449
3972-1985
R. Dona Iria Alves, 178
Bonfim Paulista - SP

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o foro da Cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer demandas oriundas deste contrato.

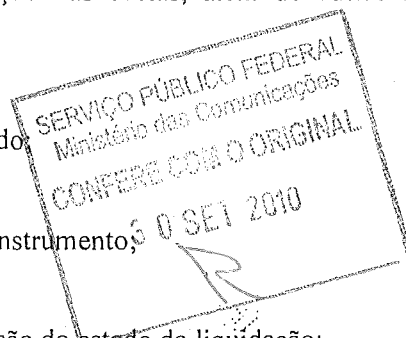
CLÁUSULA NONA: As sócias poderão ceder suas quotas, total ou parcialmente, a quem seja sócios, independentemente de audiência dos outros, ou a estranhos, se não houver oposição de titulares de mais de um quarto do Capital Social.

PARÁGRAFO ÚNICO: A cessão terá eficácia quanto à sociedade e terceiros, a partir da averbação do respectivo instrumento, subscrito pelos sócios anuentes.

CLÁUSULA DÉCIMA: As quotas são indivisíveis em relação à sociedade, salvo para efeito de transferência, caso em que serão observadas as disposições do presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Dependem da deliberação das sócias, além de outras matérias indicadas na lei ou no presente instrumento :

- I - a aprovação das contas da administração;
- II - a designação dos administradores; quando feita em ato separado;
- III - a destituição dos administradores;
- IV - o modo de sua remuneração, quando não estabelecida neste instrumento;
- V - a modificação do presente instrumento;
- VI - a incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessão do estado de liquidação;
- VII - a nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas;
- VIII - o pedido de concordata.



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: As deliberações serão tomadas em assembléia, previamente convocadas pela administração da sociedade, na forma estabelecida pelo Parágrafo 3º, do Artigo 1.152 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As deliberações serão tomadas por maioria de votos, contados segundo o valor das quotas de cada um.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Para formação da maioria absoluta, tornam-se necessários votos correspondentes a mais de metade do capital.

PARÁGRAFO TERCEIRO: As formalidades previstas no Parágrafo 3º do Artigo 1.152 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, poderão ser dispensadas, quando todos os sócios comparecerem ou se

[Handwritten signatures and initials]

das
Comunicações
da
F. 3. V.
Rubrica
CEL.
736

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONTIENE COM O ORIGINAL
30 SET 2010

FEB 18 2010

224001476

SECRETARIA DE ESTADO
DO REGISTRO CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO - Cópia autêntica e fiel do original existente
sob nome do seu titular no cartório.

[Handwritten signature]

REGISTRO CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO - SECRETARIA DE ESTADO

REGISTRO CIVIL E NOTAS
Rua Dona Iria Alves, n.º 207
Bomfim Paulista - CEP 14110-000
AUTENTICAÇÃO
A presente Fotocópia encontra-se
originalmente autêntica e fiel.
16 MAR 2010
Bomfim Paulista

Colégio Notarial
do Brasil - SP
Autenticação
0139AA104202



Rua Dona Iria Alves, 178 - Bonfim Paulista - SP
Telefones: (16) 3972-2449 e 3972-1985
e-mail: contacruz@uol.com.br
www.contabilidadecruz.com.br



06
Comu.
9
Fiducia
CEL.

declararem, por escrito, cientes do local, data, hora da assembléia e sua ordem do dia.

PARÁGRAFO QUARTO: A assembléia torna-se dispensável quando todas as sócias decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria seu objeto.

PARÁGRAFO QUINTO: As deliberações das sócias, no que se refere à votação da ordem do dia, obedecerão ao estabelecido no artigo 1.076 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Quando a maioria das sócias, representativas de mais da metade do Capital Social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da sociedade, em virtude de atos de inegável gravidade, poderá excluí-los da empresa mediante alteração do presente instrumento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O sócio poderá ser excluído judicialmente, mediante iniciativa da maioria dos demais sócios, por falta grave no cumprimento de suas obrigações, ou ainda, por incapacidade superveniente.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As sócias são obrigadas, na forma e prazo previstos, às contribuições estabelecidas neste instrumento, e aquele que deixar de fazê-lo, nos 30 (trinta) dias seguintes ao da notificação pela sociedade, responderá perante esta pelo dano emergente da mora.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: A sociedade terá duração por prazo indeterminado e será dissolvida, de pleno direito, por qualquer uma das causas previstas nos artigos 1.044 e 1.033 da Lei n.º 10.406, de 10/01/2002 e pela declaração de sua falência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Os casos omissos no presente instrumento contratual serão regidos pelas normas da sociedade simples e, de forma supletiva, pelas normas da sociedade anônima.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: As sócias declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidas de exercerem a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

E, por estarem justas e contratadas, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença

das Comunicações
 9-V
 1993

FEB 18 2010

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 Ministério das Comunicações
 CONFERE COM O ORIGINAL
 30 SET 2010

224001476

SECRETARIA DE VOTACAO
 RUA DO ESTRELO, 100 - SAO PAULO
 CERTIFICADO de autenticidade
 sob número 0139AA104201

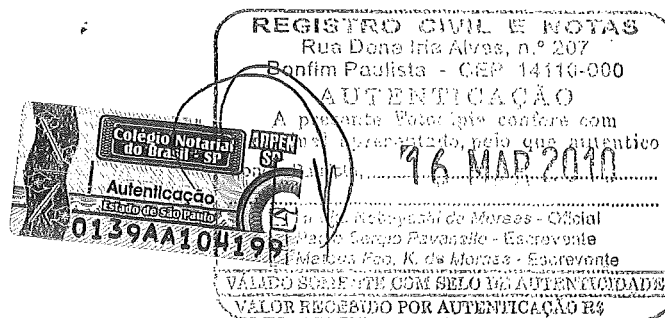
16
 16 MAR 2010

REGISTRO CIVIL E NOTAS
 Rua Dona Irla Alves, n.º 207
 Bomfim Paulista - CEP 14119-000
 AUTENTICAÇÃO
 A presente Fotocópia confere com
 o original autenticado pelo Tabelião
 16 MAR 2010
 Tabelião Rogério de Moraes - Oficial
 Tabelião Sérgio Ravegnato - Escrevente
 Tabelião Rogério de Moraes - Escrevente

Coletoria Notarial
 do Brasil - SP
 Autenticação
 Estado de São Paulo
 0139AA104201

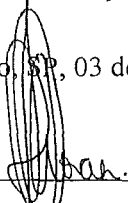


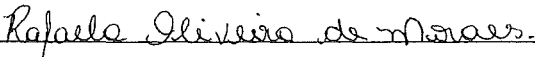
Rua Dona Iria Alves, 178 - Bonfim Paulista - SP
Telefones: (16) 3972-2449 e 3972-1985
e-mail: contacruz@uol.com.br
www.contabilidadecruz.com.br



de duas testemunhas, que a este também subscrevem, para que produza os devidos efeitos legais.

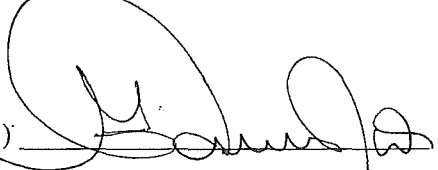
Ribeirão Preto, SP, 03 de Fevereiro de 2010. /

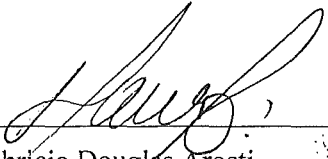

ANA CAROLINA OLIVEIRA DE MORAES
Sócia Administradora

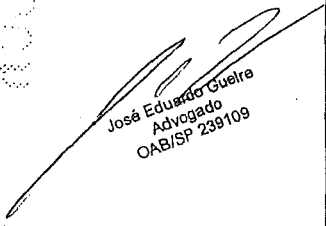

RAFAELA OLIVEIRA DE MORAES
Sócia Administradora



Testemunhas:

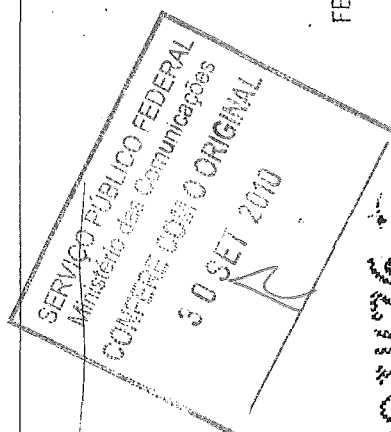
1) 
Carlos Alberto Alves Machado
RG n.º 14.531.719-SSP/SP

2) 
Fabrício Douglas Arosti
RG n.º 22.598.125-7-SSP/SP


José Eduardo Guelra
Advogado
OAB/SP 239109



FEB 18 2010



224001476

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO
ESTADO DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIFICADO - Cópia autêntica em conformidade com o original
com número de controle autenticamente.

[Handwritten signature]

REPRESENTANTE: ROBERTO ALVES DE SOUZA - SECRETÁRIO GERAL

REGISTRO CIVIL E NOTAS
Rua Dona Irla Alves, nº 207
Bertinópolis - CEP 14.110-000

AUTENTICAÇÃO
A presente fotocópia confere com
o original por ser autêntica.

16 MAR 2010

☐ Paulo Roberto de Moraes - Oficial
☐ Paulo Sérgio Pavanelli - Escrevente
☐ Marcelo Pao, R. de Moraes - Escrevente

DOCUMENTO COM SELO DE AUTENTICIDADE
RECEBIDO POR AUTENTICAÇÃO R\$

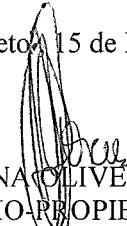


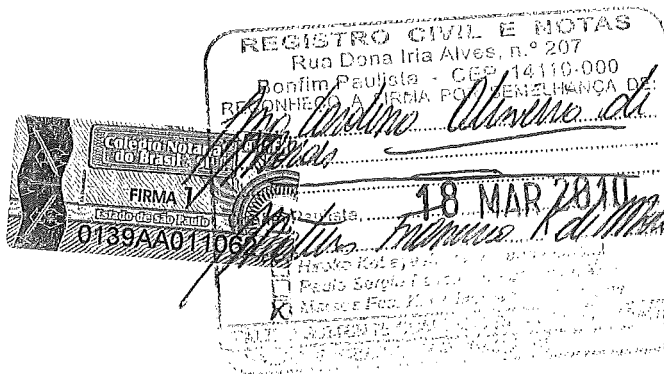
**DECLARAÇÃO**

Ref.: Concorrência 057/2009-CEL/MC

MORAES SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA ME., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 11.626.572/0001-05, por intermédio de seus representantes legais, Sra. Ana Carolina Oliveira de Moraes, brasileira, Solteira, empresária, portador da Cédula de Identidade RG n.º 43532963-7 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o n.º 369.275.498-11, com endereço na Rodovia Ribeirão Preto Bonfim Paulista no Condomínio Sta Helena rua Alameda dos Jacarandas casa n.º 66, Bairro Bonfim Paulista – CEP. 14.110-000, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ribeirão Preto, 15 de Março de 2010


ANA CAROLINA OLIVEIRA DE MORAES
SÓCIO-PROPRIETÁRIA
CPF n.º 369.275.498-11



DECLARAÇÃO

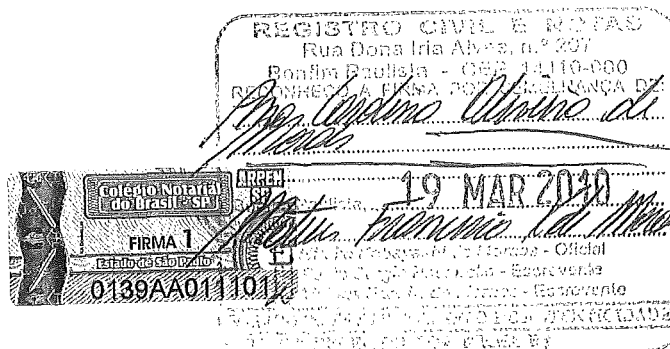
09
COMUNICAÇÕES
12
Ribeirão Preto
CEL.

O(s) abaixo assinado(s), dirigente(s) da **MORAES SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA ME.**, declara(m) que:

- a) a entidade não possui autorização para explorar o mesmo tipo de serviço, na localidade de **SANTA CLARA D'OESTE**, e que não excederá os limites fixados no artigo 12 do Decreto-lei n.º 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso venha a ser contemplada com a outorga;
- b) a entidade não se encontra declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados e dos Municípios e do Distrito Federal, ou ainda, não está com o direito de licitar e contratar com o Ministério das Comunicações suspenso;
- c) nenhum sócio integra o quadro societário de outra entidade exploradora do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade objeto deste Edital, nem de outras entidades exploradoras de serviços de radiodifusão em localidades diversas, além dos limites fixados no artigo 12 do Decreto-lei n.º 236, de 28 de fevereiro de 1967;
- d) nenhum dirigente está no exercício de mandato eletivo, que lhe assegure imunidade parlamentar, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;
- e) nenhum dirigente participa da direção de outra entidade executante de serviço de radiodifusão, nem de outras empresas de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-lei n.º 236, de 28 de fevereiro de 1967, mesmo que a Proponente venha a ser contemplada com a outorga.

Ribeirão Preto, 15 de Março de 2010

ANA CAROLINA OLIVEIRA DE MORAES
SÓCIO-PROPRIETÁRIA
CPF n.º 369.275.498-11



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

8700-7

PROIBIDO PLASTIFICAR

ANCA CAROLINA O. DE MORAES

B454-023081

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 43.532.963-7 DATA DE EXPEDIÇÃO 24/AGO/2007

NOME ANA CAROLINA OLIVEIRA DE MORAES

FILIAÇÃO JOSE CARLOS DE MORAES

E MARIANGELA SOARES OLIVEIRA DE MORAES

NATURALIDADE RIBEIRÃO PRETO - SP DATA DE NASCIMENTO 29/SET/1987

DOC ORIGEM RIBEIRÃO, PRETO - SP VILA TIBERIO

CN: LV.A044/FLS.0153/N.019035

CPF 369275498/11

74 Delegado Divisão de Registro Civil e Notas

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
30 SET 2010
R

Colégio Notarial do Brasil - SP

Autenticação

0139AA104092

REGISTRO CIVIL E NOTAS

Rua Dona Iria Alves, n.º 207

Pin Paulista - CEP 14110-000

AUTENTICAÇÃO

A presente Fotocópia confere com o original autêntico

12 MAR 2010

Cartão de uso pessoal e intransferível.
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

Emissão: ABR/2005

BANCO DO BRASIL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de Inscrição

369.275.498-11

Nome

ANA CAROLINA OLIVEIRA DE MORAES

Nascimento 29/09/1987

Colégio Notarial do Brasil - SP

Autenticação

0139AA104092

REGISTRO CIVIL E NOTAS

Rua Dona Iria Alves, n.º 207

Pin Paulista - CEP 14110-000

AUTENTICAÇÃO

A presente Fotocópia confere com o original autêntico

12 MAR 2010

Handwritten signatures and marks.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

369.275.368-33

RAFAELA OLIVEIRA DE MORAES

14/10/1989

15 de NOVEMBRO de 1889



CIVIL E NOTAS
Iria Alves, n.º 207
Boa Vista - CEP 14110-000

AUTENTICAÇÃO
A presente Fotocópia confere com o original apresentado, pelo que autenticamos.

09 JAN 2009

☐ Hiroko Kobayashi de Moraes - Oficial
☐ Paulo Sérgio Pavanello - Escrevente
☒ Mateus Fco. K. de Moraes - Escrevente

VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICAÇÃO R\$

VALOR RECEBIDO POR AUTENTICAÇÃO R\$

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
30 SET 2010

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 1000-9
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT

POLEGAR DIREITO

Rafaela Oliveira de Moraes
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE



CIVIL E NOTAS
Iria Alves, n.º 207
Boa Vista - CEP 14110-000

AUTENTICAÇÃO
A presente Fotocópia confere com o original apresentado, pelo que autenticamos.

09 JAN 2009

☐ Hiroko Kobayashi de Moraes - Oficial
☐ Paulo Sérgio Pavanello - Escrevente
☒ Mateus Fco. K. de Moraes - Escrevente

VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICAÇÃO R\$

VALOR RECEBIDO POR AUTENTICAÇÃO R\$

INTELCAV 14485 00/04

Cartão de uso pessoal e intransferível.
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

ABR/2005

BANCO DO BRASIL

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 46.343.565-5 / DATA DE EXPEDIÇÃO 28/SET/2000

NOME RAFAELA OLIVEIRA DE MORAES

FILIAÇÃO JOSE CARLOS DE MORAES

E MARIANGELA SOARES OLIVEIRA DE MORAES

NACIONALIDADE RIBEIRÃO PRETO - SP DATA DE NASCIMENTO 14/OUT/1989

DOC ORIGEM RIBEIRÃO PRETO - SP VILA TIBERÍO GN: LV: A52 / FL5: 191V/N. 023904

CPF 067.116.291-1

ASSINATURA DO DIRETOR

CELEIN 47.116 DE 29/08/83

CEL. N. 02
Rafaela
Comunicações



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Fórum da Comarca de Ribeirão Preto

Certidão Cível

 das Comunicações
 Fls. 15
 Rubrica
 H. J.

Referente ao Pedido 0179873 de 12/03/2010 Página 001

* Para maior segurança, conferir a sequência alfabética de cada letra do nome *

* certificado, constante das duas linhas subsequentes ao referido nome. *

O responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Cível desta Comarca, no uso de suas atribuições legais, certifica e dá fé que, pesquisando as distribuições de processos em andamento cíveis, família e executivos fiscais (Municipais e Estaduais), no período de 10 anos anteriores a data de 12/03/2010, verificou nada constar como réu/requerido/interessado em nome de:

ANA CAROLINA OLIVEIRA DE MORAES* * * * *
 BOB DBSPMJOB PMJWFJSB EF NPSBFT* * * * *
 CPC ECTQNKPC QNKXGKTC FG OQTCGU* * * * *

R.G.: 43532963-7 e C.P.F.: 369.275.498-11 (constam no pedido de certidão)

* * *

Nada consta contra o nome informado acima. ✓

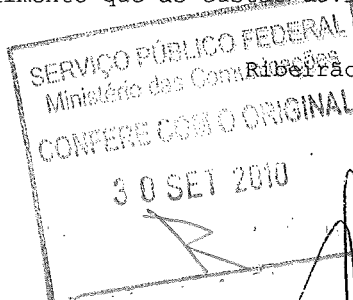
* * *

De acordo com o item 47.3, do capítulo VII das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça:

- Esta certidão só tem validade no seu original, ressalvado o teor do artigo 32, da Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações), e mediante a assinatura do responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Cível.

Esta certidão não aponta, ordinariamente, os processos em que a pessoa, cujo nome foi pesquisado, figura como autor(a).

Certifica finalmente que as custas devidas no valor de R\$14,00, foram pagas na forma da lei.

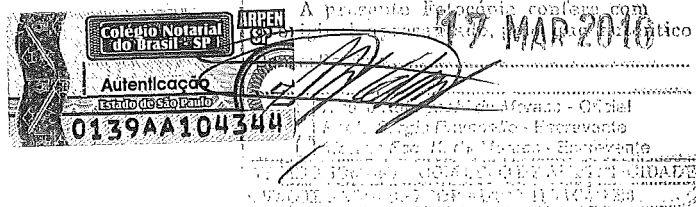

 Distribuidor da Comarca de
 Ribeirão Preto

 Vera Lúcia de Rezende Rêul
 Diretora de Serviço

 Antonio Geraldo Mattos
 Oficial Motor


(Página única)

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site (<http://www.tj.sp.gov.br>), informando o Fórum, Tipo= Cível, Pedido= 179873, Identificação= 61917 e Data= 12/03/2010.





Poder Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Fórum da Comarca de Ribeirão Preto

Certidão Cível



Referente ao Pedido 0179872 de 12/03/2010 Página 001

- * Para maior segurança, conferir a sequência alfabética de cada letra do nome *
- * certificado, constante das duas linhas subsequentes ao referido nome. *

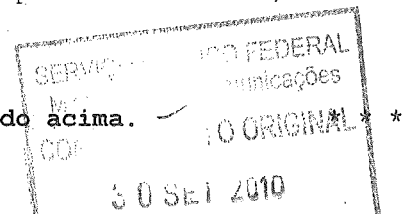
O responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Cível desta Comarca, no uso de suas atribuições legais, certifica e dá fé que, pesquisando as distribuições de processos em andamento cíveis, família e executivos fiscais (Municipais e Estaduais), no período de 10 anos anteriores a data de 12/03/2010, verificou nada constar como réu/requerido/interessado em nome de:

RAFAELA OLIVEIRA DE MORAES* * * * *
 SBGBEMB PMJWFJSB EF NPSBFT* * * * *
 TCHCGNC QNKXGKTC FG OQTCGU* * * * *

R.G.: 46343565-5 e C.P.F.: 369.275.368-33 (constam no pedido de certidão)

* * *

Nada consta contra o nome informado acima.



De acordo com o item 47.3, do capítulo VII das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça:

- Esta certidão só tem validade no seu original, ressalvado o teor do artigo 32, da Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações), e mediante a assinatura do responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Cível.

Esta certidão não aponta, ordinariamente, os processos em que a pessoa, cujo nome foi pesquisado, figura como autor(a).

Certifica finalmente que as custas devidas no valor de R\$14,00, foram pagas na forma da lei.

Ribeirão Preto, 12 de Março de 2010.

Distribuidor da Comarca de
Ribeirão Preto

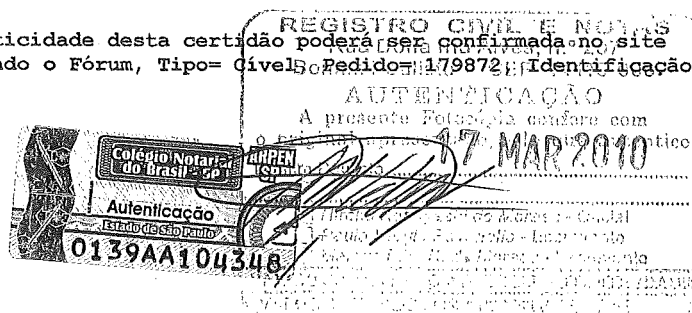
Vera Lúcia de Rezende Rêul
Diretora de Serviço

Antonio Otonário Mattos
Oportunizador



(Página única)

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site (<http://www.tj.sp.gov.br>), informando o Fórum, Tipo= Cíveis, Pedido= 179872 e Identificação= 22906 e Data= 12/03/2010.





Poder Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Fórum da Comarca de Ribeirão Preto

Certidão Criminal



Referente ao Pedido 0083215 de 11 de Março de 2010 Página 001

O responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Criminal desta Comarca, no uso de suas atribuições legais, Certifica e dá fé que, pesquisando as Distribuições de Processos Criminais, anteriores a data de 11/03/2010, verificou nada constar contra:

ANA CAROLINA OLIVEIRA DE MORAES * * * * *

R.G. 43532963-7, C.P.F. 369.275.498-11, nascido(a) em 29/09/1987 em RIBEIRAO PRETO - SP, filho de JOSE CARLOS DE MORAES e MARIANGELA SOARES OLIVEIRA DE MORAES, conforme indicação feita no pedido de certidão.

* * *

Nada consta contra o nome informado acima.

* * *

Esta certidão só terá valor no original e mediante a assinatura do responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Criminal.

Certifica finalmente que as custas devidas no valor de R\$14,00, foram pagas na forma da lei.

Ribeirão Preto, 11 de Março de 2010.

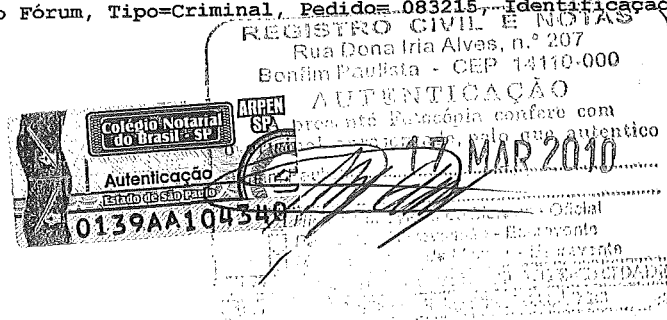
Ofício de Distribuição Judicial da
Comarca de Rib. Preto

Antônio Osvaldo Mendes
Escrivão Chefe



Página única

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site (<http://www.tj.sp.gov.br>), informando o Fórum, Tipo=Criminal, Pedidos=083215, Identificação= 46643 e Data= 11/03/2010.





Poder Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Fórum da Comarca de Ribeirão Preto

Certidão Criminal



Referente ao Pedido 0083216 de 11 de Março de 2010 Página 001

O responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Criminal desta Comarca, no uso de suas atribuições legais,

Certifica e dá fé que, pesquisando as Distribuições de Processos Criminais, anteriores a data de 11/03/2010, verificou nada constar contra:

RAFAELA OLIVEIRA DE MORAES * * * * *

R.G. 46343565-5, C.P.F. 369.275.368-33, nascido(a) em 14/10/1989 em RIBEIRÃO PRETO - SP, filho de JOSE CARLOS DE MORAES e MARIANGELA SOARES OLIVEIRA DE MORAES, conforme indicação feita no pedido de certidão.

* * *

Nada consta contra o nome informado acima.

* * *

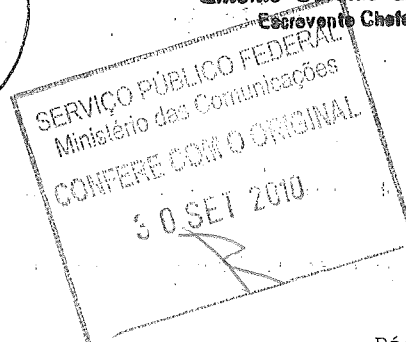
Esta certidão só terá valor no original e mediante a assinatura do responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Criminal.

Certifica finalmente que as custas devidas no valor de R\$14,00, foram pagas na forma da lei.

Ribeirão Preto, 11 de Março de 2010.

Ofício de Distribuição Judicial da
Comarca de Rib. Preto

Antônio Osvaldo Mattos
Escrivão Chefe



Página única

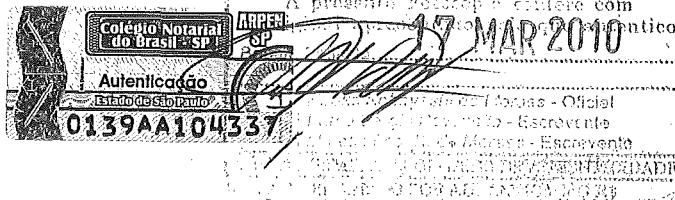
A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site (<http://www.tj.sp.gov.br>), informando o Fórum, Tipo=Criminal, Pedido=0083216, Identificação=58494 e Data= 11/03/2010.

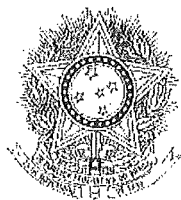
Rua Dona Iria Alves, n.º 297

Bomfim Paulista - CEP 14110-000

AUTENTICAÇÃO

A presente fotocópia confere com





**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO**

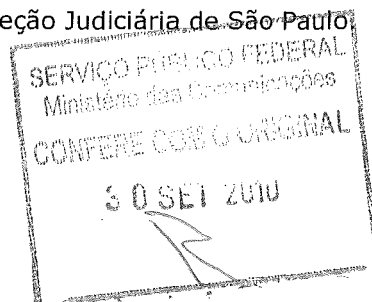
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

**AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS, FISCAIS, CRIMINAIS E
DOS JUÍZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CRIMINAIS ADJUNTOS**

Nº da Certidão 2010.000029903

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição, a partir de 25 de abril de 1967, até presente data, **que contra: ANA CAROLINA OLIVEIRA DE MORAES**, ou vinculado ao **CPF** número **369.275.498-11**,

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1º Grau, Seção Judiciária de São Paulo.



Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida com base na Ordem de Serviço nº 03/2009 DF;
- b) A conferência dos dados pessoais da pessoa pesquisada é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade do CPF/CNPJ ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço www.jfsp.jus.br, até 60 dias da liberação, através do código de segurança: W7ELGPJa5aCR hLDRZW FBh7hSEWBC2aN3O
- d) Esta Certidão abrange o Estado de São Paulo.

São Paulo, 15 de março de 2010 às 09h36min.

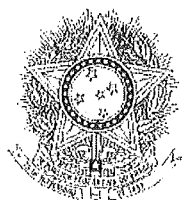
**Núcleo de Apoio Judiciário
Rua José Bonifácio, 237 - 2º Andar - São Paulo - SP**

<http://www.jfsp.jus.br/csp/jfspint/reqcertidaoprint.csp>

12/03/2010

(Assinaturas manuscritas)

17



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO

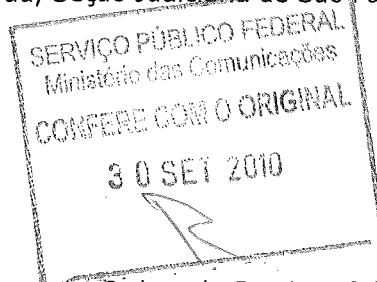
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS, FISCAIS, CRIMINAIS E
DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CRIMINAIS ADJUNTOS

Nº da Certidão 2010.000029902

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição, a partir de 25 de abril de 1967, até presente data, **que contra: RAFAELA OLIVEIRA DE MORAES**, ou vinculado ao **CPF** número **369.275.368-33**,

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1º Grau, Seção Judiciária de São Paulo.



Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida com base na Ordem de Serviço nº 03/2009 DF;
- b) A conferência dos dados pessoais da pessoa pesquisada é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade do CPF/CNPJ ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço www.jfsp.jus.br, até 60 dias da liberação, através do código de segurança: W7ELGPJa5Z9M 4JDG5Z B4IFCHU9331hQDG
- d) Esta Certidão abrange o Estado de São Paulo.

São Paulo, 15 de março de 2010 às 09h35min.

Núcleo de Apoio Judiciário
Rua José Bonifácio, 237 - 2º Andar - São Paulo - SP

<http://www.jfsp.jus.br/csp/jfspint/reqcertidaoprint.csp>

12/03/2010

[Assinatura]

[Assinatura]



1º tabelião de protesto de letras e títulos
rua general osório, 1462 - cep 14.010-000
TABELIÃO BEL. JOSÉ PAULO PICCOLOTTO NACCARATO

Nº do Pedido : 2010.03.12/D35413



CERTIDÃO

O 1º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE RIBEIRÃO PRETO, no uso de suas atribuições legais, CERTIFICA E DA FÉ, a pedido de JOSE EDUARDO GUELRE, RG 281204731 SP que, pesquisados os índices de protesto, no período de CINCO ANOS, anterior a 10/03/2010, em nome de:

ANA CAROLINA OLIVEIRA DE MORAES

CPF 369.275.498-11 RG 43532963-7 SP



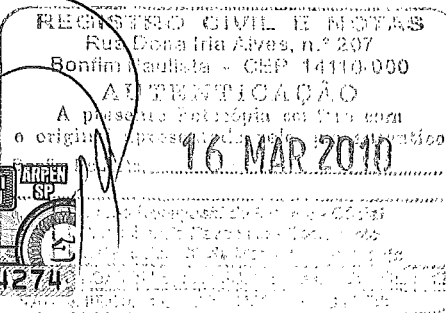
NÃO CONSTA PROTESTO



Eu, FLÁVIA ZONFRILE - Escrevente Autorizada, conferi.

Eu, FLÁVIA ZONFRILE - Escrevente Autorizada, Subscribo e Assino.

RIBEIRÃO PRETO, 12 DE MARÇO DE 2010



EMOLUMENTOS	ESTADO	CART.SERVENTIAS	REGISTRO CIVIL	TRIBUNAL JUSTIÇA	SANTA CASA	TOTAL
4,91	1,40	1,04	0,26	0,26	0,05	7,92

- Informações
- 1) VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL.
 - 2) As custas devidas foram recolhidas por guia.
 - 3) Verifique a autenticidade da certidão, mediante a leitura na serventia do documento de identificação constante do código da barras acima.
 - 4) Esta certidão se refere somente ao(s) nome(s) e números nela integralmente grafado(s), não abrangendo nomes diferentes ainda que próximos, semelhantes ou resultantes de erros de grafia.
 - 5) A presente certidão refere-se à existência de protesto somente no período acima certificado, não excluindo a possibilidade da existência de protesto em períodos anteriores.
 - 6) Esta serventia foi instalada em 13 de Junho de 1986, não estando, portanto, compreendido nesta certidão qualquer protesto eventualmente lavrado antes desta data.

12/03/2010 15:58:49

FOLHA : 1

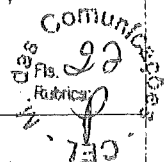


2º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE RIBEIRÃO PRETO

AVENIDA 9 DE JULHO Nº 1110, Cep: 14025-000 - Fone: (016)4009-1199



Nº Pedido: 35413



CERTIDÃO

O 2º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DE RIBEIRÃO PRETO, no uso de suas atribuições legais, CERTIFICA E DA FÉ, a pedido de: JOSE EDUARDO GUELRE que, pesquisados os índices de protesto, desde a INSTALAÇÃO DESTE TABELIONATO EM 18/07/2005 e anterior a 10/03/2010, em nome de:

ANA CAROLINA OLIVEIRA DE MORAES
CPF 369.275.498-11 RG 435329637SP



NÃO CONSTA PROTESTO

* * * * *
* * * * *
* * * * *
* * * * *
* * * * *

Eu, JOAO BATISTA XISTO - , conferi.

Eu, LUIS ANTONIO SOARES DE ALMEIDA - ESCRIVENTE, subscrevo e Assino.

RIBEIRÃO PRETO, 12 de MARÇO de 2010

LUIS ANTONIO SOARES DE ALMEIDA
ESCRIVENTE

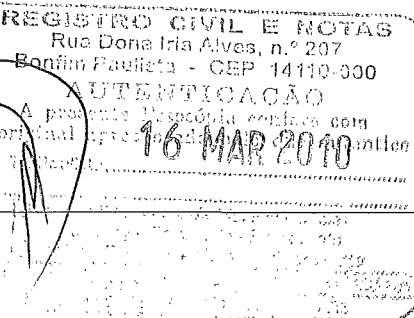


Tabelião	Estado	Carteira	Reg. Civil	Tribunal	SCM	TOTAL
4,91	1,40	1,04	0,26	0,26	0,05	7,92

Informações:

12/03/2010 16:45:22

- 1) VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL.
- 2) As custas devidas foram recolhidas por guia.
- 3) Verifique a autenticidade da certidão, mediante a leitura do documento de identificação constante do código de barras acima.
- 4) Esta certidão se refere somente ao(s) nome(s) e números nela integralmente grafado(s), não abrangendo nomes diferentes ainda que próximos, semelhantes ou resultantes de erros de grafia.
- 5) A presente certidão refere-se à existência de protesto somente no período acima certificado, não excluindo a possibilidade da existência de protesto em períodos anteriores.





1º Tabelião de Protesto de Letras e Títulos

rua general osório, 1462 - cep 14.010-000

TABELIÃO BEL. JOSÉ PAULO PICCOLOTTO NACCARATO

comarca de ribeirão preto - sp.

Nº do Pedido : 2010.03.12/D35412



CERTIDÃO

O 1º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE RIBEIRÃO PRETO, no uso de suas atribuições legais, CERTIFICA E DA FÉ, a pedido de JOSE EDUARDO GUELRE, RG 281204731 SP que, pesquisados os índices de protesto, no período de CINCO ANOS, anterior a 10/03/2010, em nome de:

RAFAELA OLIVEIRA DE MORAES

CPF 369.275.368-33 RG 46343565-5 SP



NÃO CONSTA PROTESTO

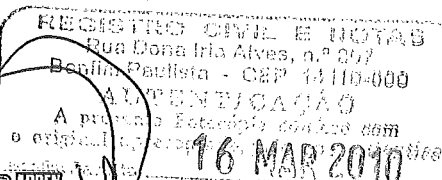
*	*	*	*	*	*	*	*
*	*	*	*	*	*	*	*
*	*	*	*	*	*	*	*
*	*	*	*	*	*	*	*
*	*	*	*	*	*	*	*
*	*	*	*	*	*	*	*



Eu, FLÁVIA ZONFRILE - Escrevente Autorizada, conferi.

Eu, FLÁVIA ZONFRILE - Escrevente Autorizada, Subscribo e Assino.

RIBEIRÃO PRETO, 12 DE MARÇO DE 2010



EMOLUMENTOS	ESTADO	CART.SERVENTIAS	REGISTRO CIVIL	TRIBUNAL JUSTIÇA	SANTA CASA	TOTAL
4,91	1,40	1,04	0,26	0,26	0,05	7,92

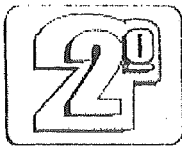
12/03/2010 15:58:49

Informações

- 1) VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL.
- 2) As custas devidas foram recolhidas por guia.
- 3) Verifique a autenticidade da certidão, mediante a leitura na serventia do documento de identificação constante do código da barras acima.
- 4) Esta certidão se refere somente ao(s) nome(s) e números nela integralmente grafado(s), não abrangendo nomes diferentes ainda que próximos, semelhantes ou resultantes de erros de grafia.
- 5) A presente certidão refere-se à existência de protesto somente no período acima certificado, não excluindo a possibilidade da existência de protesto em períodos anteriores.
- 6) Esta serventia foi instalada em 13 de Junho de 1986, não estando, portanto, compreendido nesta certidão qualquer protesto eventualmente lavrado antes desta data.

FOLHA : 1

Siscart Informática Ltda.



2º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE RIBEIRÃO PRETO

AVENIDA 9 DE JULHO Nº 1110, Cep: 14025-000 - Fone: (016)4009-1199



Nº Pedido: 35412

24
das
Comunicações
Fm. O
P. 132

CERTIDÃO

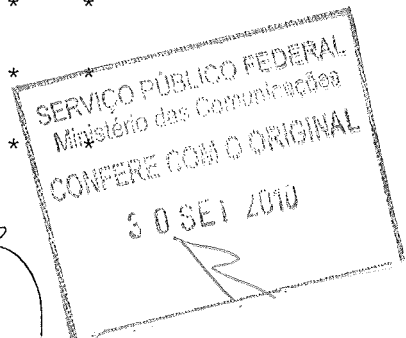
O 2º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DE RIBEIRÃO PRETO, no uso de suas atribuições legais, CERTIFICA E DA FÉ, a pedido de: JOSE EDUARDO GUELRE que, pesquisados os índices de protesto, desde a INSTALAÇÃO DESTE TABELIONATO EM 18/07/2005 e anterior a 10/03/2010, em nome de:

RAFAELA OLIVEIRA DE MORAES
CPF 369.275.368-33 RG 463435655SP



NÃO CONSTA PROTESTO

* * * * *
* * * * *
* * * * *
* * * * *
* * * * *



Eu, JOAO BATISTA XISTO - , conferi.

Eu, LUIS ANTONIO SOARES DE ALMEIDA - ESCRIVENTE, subscrevo e Assino.

RIBEIRÃO PRETO, 12 de MARÇO de 2010

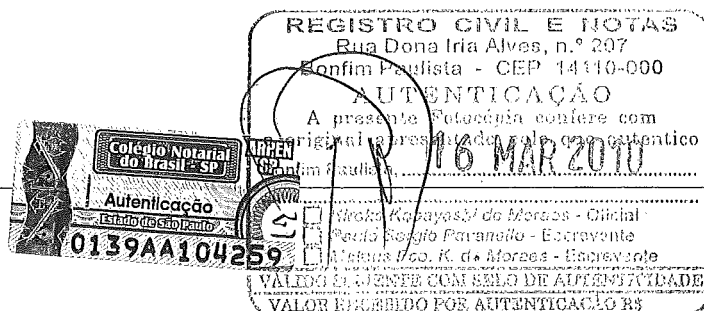
LUIS ANTONIO SOARES DE ALMEIDA
ESCRIVENTE

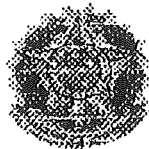
Tabelião	Estado	Carteira	Reg. Civil	Tribunal	SCM	TOTAL
4,91	1,40	1,04	0,26	0,26	0,05	7,92

Informações:

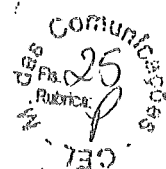
12/03/2010 16:45:22

- 1) VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL.
- 2) As custas devidas foram recolhidas por guia.
- 3) Verifique a autenticidade da certidão, mediante a leitura do documento de identificação constante do código de barras acima.
- 4) Esta certidão se refere somente ao(s) nome(s) e números nela integralmente grafado(s), não abrangendo nomes diferentes ainda que próximos, semelhantes ou resultantes de erros de grafia.
- 5) A presente certidão refere-se à existência de protesto somente no período acima certificado, não excluindo a possibilidade da existência de protesto em períodos anteriores.





JUSTIÇA ELEITORAL
293ª ZONA ELEITORAL DE RIBEIRÃO PRETO - SP
RUA CERQUEIRA CESAR, 333 Telefone 01636102623



Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, a eleitora abaixo qualificada está quite com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitora: ANA CAROLINA OLIVEIRA DE MORAES
Inscrição: 354499720167 Zona: 293 Seção: 138
Município: 69698 - RIBEIRÃO PRETO UF: SP
Data de nascimento: 29/09/1987 Domiciliada desde: 18/10/2005
Filiação: MARIANGELA SOARES OLIVEIRA DE MORAES
JOSE CARLOS DE MORAES

Em 12 de março de 2010.

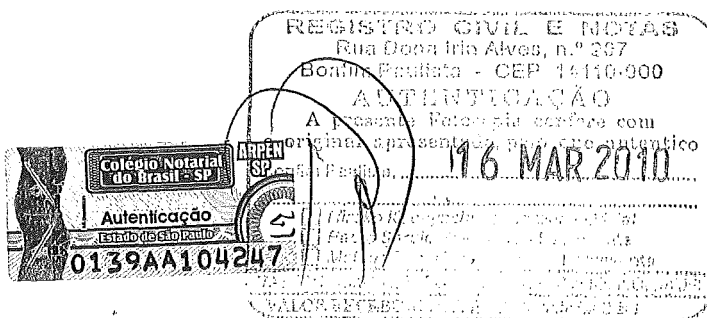
Célia Maria dos Reis Araújo
CÉLIA MARIA DOS REIS ARAÚJO
AUXILIAR DE CARTÓRIO



Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.





JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL



Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, a eleitora abaixo qualificada **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitora: **RAFAELA OLIVEIRA DE MORAES**

Inscrição: **368543860124** Zona: 293 Seção: 134

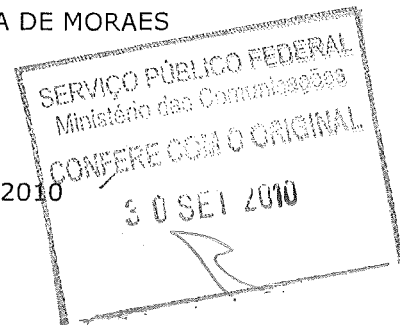
Município: 69698 - RIBEIRÃO PRETO UF: SP

Data de Nascimento: 14/10/1989 Domiciliada desde: 19/11/2007

Filiação: MARIANGELA SOARES OLIVEIRA DE MORAES

JOSE CARLOS DE MORAES

Certidão emitida às 17:16 de 02/03/2010



Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.gov.br>, por meio do código **YGUP.WE+1.HNDC.ONKF**

X/ [Assinatura]

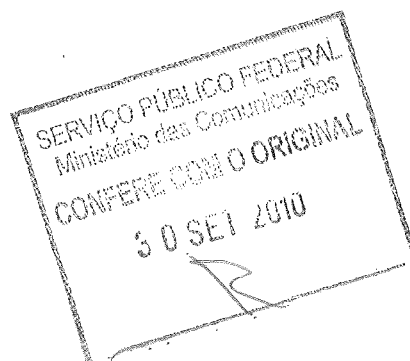
MORAES SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA - ME
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 057/2009-SSR/MC

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

BALANÇO PATRIMONIAL - (25)

COMPROVANTE DE GARANTIA DE MANUTENÇÃO DE PROPOSTA
NA FORMA DE CAUÇÃO - (26)

CERTIDÃO FALÊNCIA E CONCORDATA - (27)



BALANÇO PATRIMONIAL

0107 MORAES SERVICOS DE COMUNICACAO LTDA

CNPJ: 11.626.572/0001-05

FOLHA: 000002

PERÍODO DE ENCERRAMENTO: 18/02/2010 A 28/02/2010

1 - ATIVO**1.1 - ATIVO CIRCULANTE****1.1.1 - DISPONÍVEL****1.1.1.01 - BENS NUMERÁRIOS****1.1.1.01.0001 - CAIXA**

BENS NUMERÁRIOS

20.000,00 D

20.000,00 D

Total do ATIVO

20.000,00 D

2 - PASSIVO**2.4 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO****2.4.1 - CAPITAL SOCIAL****2.4.1.01 - CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO****2.4.1.01.0001 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO**

20.000,00 C

CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO

20.000,00 C

Total do PASSIVO

20.000,00 C

Reconhecemos a exatidão do presente balanço encerrado em 28 de Fevereiro de 2010 conforme documentação apresentada.

MORAES SERVICOS DE COMUNICACAO LTDA

ANA CAROLINA OLIVEIRA DE MORAES

FUNÇÃO: SOCIA ADMINISTRADORA

RG: 43.532.963-7-SSP/SP

CPF: 369.275.498-11

CARLOS ALBERTO ALVES MACHADO

FUNÇÃO: CONTADOR

CPF: 046.248.878-08

CRC: 168926/O-0



MORAES SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA - ME
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 057/2009-SSR/MC



COMPROVANTE DE GARANTIA DE MANUTENÇÃO DE PROPOSTA
NA FORMA DE CAUÇÃO

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

BANCO: 104

AGENCIA: 2881

DATA: 19/03/2010

HORA: 12:38:38

TERMINAL: 1001

NSU: 001613

AUT.: 0078

RECIBO DE DEPOSITO CAUCAO

NUM.DOC.: 000000

AGENCIA/CONTA CREDITADA: 2881/010/00.000.001
NOME: MORAES SERV DE COM LTDA ME

CAUCIONARIO:

EDITAL 057/2009 - CEL/MC

CPF/CNPJ CAUCIONARIO: 11.626.572/0001-05

FAVORECIDO:

MINISTERIO DAS COMUNICACOES

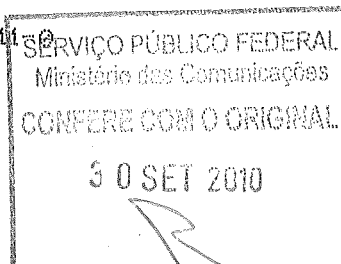
CPF/CNPJ FAVORECIDO: 00.394.437/0003-19

VALOR TOTAL:

572,66

VALOR DINHEIRO:

572,66



Informacoes, reclamacoes, sugestoes e elogios

SAC CAIXA: 0800 726 0101

Ouvidoria da CAIXA: 0800 725 7474

www.caixa.gov.br

1a Via - Via do Caucionario



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Fórum da Comarca de Ribeirão Preto



Certidão Cível

Referente ao Pedido 0405264 de 19/03/2010 Página 001

* Para maior segurança, conferir a sequência alfabética de cada letra do nome *
 * certificado, constante das duas linhas subsequentes ao referido nome. *

O responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Cível desta Comarca, no uso de suas atribuições legais, certifica e dá fé que, pesquisando as distribuições de pedidos de falência, concordata, Recuperação judicial e Extrajudicial no período de 10 anos anteriores a data de 19/03/2010, verificou nada constar como réu/requerido/interessado em nome de:

MORAES SERVICOS DE COMUNICACAO LTDA ME* * * * *
 NPSBFT TFSWJDPT EF DPNVOJDBDBP MUEB NF* * * * *
 OQTCGU UGTXKEQU FG EQOWPKECECQ NVFC OG* * * * *

C.N.P.J.: 11.626.572/0001-05 (consta no pedido de certidão)

* * *

Nada consta contra o nome informado acima. /

* * *

De acordo com o item 47.3, do capítulo VII das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça:

- Esta certidão só tem validade no seu original, ressalvado o teor do artigo 32, da Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações), e mediante a assinatura do responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Cível.

Esta certidão não aponta, ordinariamente, os processos em que a pessoa, cujo nome foi pesquisado, figura como autor(a).

Certifica finalmente que as custas devidas no valor de R\$14,00, foram pagas na forma da lei.



Ribeirão Preto, 19 de Março de 2010.

Distribuidor da Comarca de
Ribeirão Preto

Vera Lúcia de Rezende Riel
Diretora de Serviço

Antonio Geraldo Mattos
Oficial Motor



(Página única)

A autenticidade desta certidão pode ser confirmada no site (<http://www.tj.sp.gov.br>), informando o Bônus de Autenticação= 08321 e Data= 19/03/2010.

AUTENTICAÇÃO

22 MAR 2010

Colégio Notarial do Brasil - SP

09184A280117

TABELA DE NOTAS E PROTEÇÃO DO DOCUMENTO

COMARCA DE SANTA FE DO SUL

☐ Osvaldo de Faria - Tabelião

☒ José Alves Gomes - Tabelião

☐ Flávio Roberto Massaro - Tabelião

☐ Elisângela de S. A. Mendes - Escrivão

☐ Ricardo Guimarães de Almeida - Escrivão

Vir. rec. R\$ 0,10 Gila nº 54125



MORAES SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA - ME
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 057/2009-SSR/MC

REGULARIDADE FISCAL

INSCRIÇÃO CNPJ - (29)

INSCRIÇÃO ESTADUAL - (30)

INSCRIÇÃO MUNICIPAL - (31 - 32 - 33 - 34)

ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO PREFEITURA MUNICIPAL - (35)

CERTIDÃO INSS - (36)

CERTIDÃO FGTS - CRF - (37)

CERTIDÃO CONJUNTA DE DEBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO - (38)

CERTIDÃO REGULARIDADE FISCAL FAZENDA ESTADUAL - (39)

CERTIDÃO REGULARIDADE FAZENDA MUNICIPAL - (40)



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

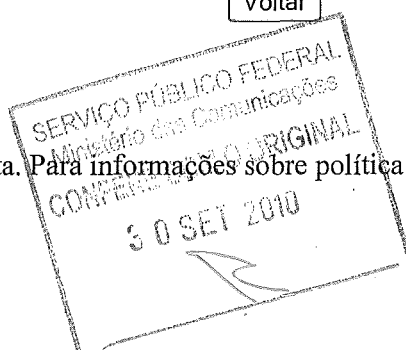
		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 11.626.572/0001-05 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 18/02/2010
NOME EMPRESARIAL MORAES SERVICOS DE COMUNICACAO LTDA - ME			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA			
LOGRADOURO R PROFESSOR FELISBERTO ALMADA		NÚMERO 567	COMPLEMENTO
CEP 14.110-000	BAIRRO/DISTRITO BONFIM PAULISTA	MUNICÍPIO RIBEIRAO PRETO	UF SP
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 18/02/2010	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 748, de 28 de junho de 2007.

Emitido no dia **16/03/2010** às **10:45:01** (data e hora de Brasília).

[Voltar](#)

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)

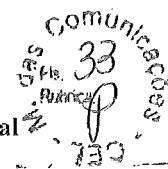
Preparar Página
para Impressão

ESCRITÓRIO DE CONTABILIDADE CRUZ

Rua Dona Iria Alves n° 189 - Bonfim Paulista -SP - Fone (16) 3972-1985 Fax - (16) 3972-2449

Inscrição Municipal n° 720.844/01 - Contabilidade em Geral e Orientação Fiscal

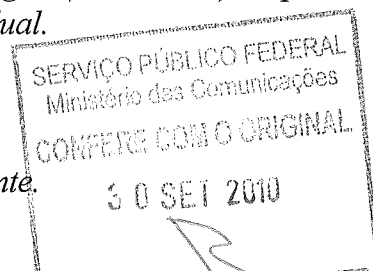
CARLOS ALBERTO ALVES MACHADO - CRC - 1SP168926/O-0



DECLARAÇÃO

Eu, **CARLOS ALBERTO ALVES MACHADO**, brasileiro, casado, contador inscrito no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob n° 1SP168926/O-0, com escritório de contabilidade estabelecido no Distrito de Bonfim Paulista, no Município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, à Rua Dona Iria Alves n. ° 189, declaro para os devidos fins de direito que a firma, **MORAES SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA - ME** estabelecida no Distrito de Bonfim Paulista, Município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo Rua Professor Felisberto Almada n° 567, inscrita no CNPJ n° 11.626.572/0001-05 e Inscrição Municipal n. ° 1.409.875/01, está dispensada de inscrição estadual por se tratar de empresa de exploração dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens(televisão), e por este motivo não possui Inscrição com a Fazenda Estadual.

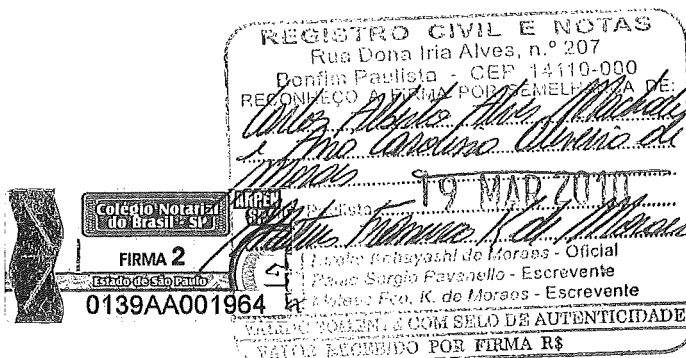
Por ser verdade, firmo a presente.



Ribeirão Preto, 15 de março de 2010.

CARLOS ALBERTO ALVES MACHADO
RUA DONA ÍRIA ALVES 178 - BONFIM PAULISTA
TELEFONES - 16-3972.1985 - RIBEIRAO PRETO - SP
CONTADOR - CRC 1SP168.926/O-0 CPF 046.248.878-08

ANA CAROLINA OLIVEIRA DE MORAES
SÓCIA - PROPRIETÁRIA
CPF 369.275.498-11





Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

FIC – Ficha de Inscrição / Atualização / Baixa no Cadastro Mobiliário /
Encerramento na Junta Comercial ou Congênera

Folha 1/4 Nº
Proc.

02/10/10599.4
Camila Fernanda R. De Almeida
Carimbo Assinatura Data Protocolo
Poupstempo Ribeirão Preto

Esta FIC não vale como Alvará de Funcionamento.

(art. 126, III, do CTN; art. 95 do CTM e art. 6º do Dec. 142/99)

Inscrição municipal

1409875/01

1	Código de Informação									
	01	X	Inscrição	02		Alteração	03		Encerramento	04

Suspensão 06 Temporário

2 Pessoa Jurídica – Contrato Social – Data de Assinatura: 3/2/2010

Inicial			Alteração			Encerramento		
Dia	Mês	Ano	Dia	Mês	Ano	Dia	Mês	Ano
3	2	2010						

3 Pessoa Física – Autônomo

Inicial			Alteração			Encerramento		
Dia	Mês	Ano	Dia	Mês	Ano	Dia	Mês	Ano

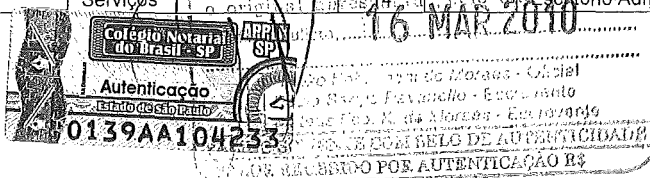
4	x	Pessoa Física \ Autônomo \ Profissional Liberal	5		Pessoa Jurídica	6	Código Natureza Jurídica
Nome Empresarial – Razão Social MORAES SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA							
8 Nome de Fantasia							
9 Endereço do Estabelecimento ou 10 Domicílio Tributário para Efeito de Correspondência							
11 Tipo de Logradouro		RUA		12 Nome do Logradouro		PROFESSOR FELISBERTO ALMADA	
13 Nº 567 14 Complemento							
15 CEP 14110-000		16 Bairro		BONFIM PAULISTA		17 Código Logradouro	
18 Município		RIBEIRÃO PRETO		19 UF		SP	
20 Telefone do Estabelecimento.							
21 E-mail do Estabelecimento							

O endereço acima é somente para correspondência, não podendo exercer nenhuma atividade no local.

22	Cadastro IPTU	96.935-4	23	Área Ocupada M2	10	24	CNAE	60.21-7-00
25	CNPJ	11.626.572/0001-05	26	INS. ESTADUAL				
27	INSS		28	Nº de Profissionais Liberais				
29	Nº Registro do Contrato Social ou Congênera - Inscrição		30	Data				
31	Nº Registro do Contrato Social ou Congênera - Alteração		32	Data				
32	Nº Registro do Contrato Social ou Congênera - Baixa		34	Data				
35	Órgão de Registro do Contrato Social ou Congênera							
36	Nº Registro no Conselho de Fiscalização Profissional							
37	Conselho de Fiscalização Profissional							

38	Endereço para Correspondência e Notificações						
39	Tipo de Logradouro	RUA	40	Nome do Logradouro	DONA IRJA ALVES		
41	Nº	178	42	Complemento			
43	CEP	14110-000	44	Bairro	BONFIM PAULISTA	45	Código Logradouro
46	Município	RIBEIRÃO PRETO	47	UF	SP		
48	Tel.						
49	E-mail						

50	Atividade						
1	Clubes e Sindicatos	8	Industrial e Comercial	15	Depósito		
2	Isentos	9	Industrial e Serviços	16	Feirante		
3	Autônomos	10	Ind. Com. e Serviços	17	Instituição Financeira		
4	Profissional Liberal	11	Comercial e Serviços	98	Não Previsto		
5	Industrial	12	Rural	99	Empresa de Fora		
6	Comercial	13	Entidade Beneficente				
7	Serviços	14	Entidade Administrativa				





Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Folha 2/4 Nº
Proc.

FIC – Ficha de Inscrição / Atualização / Baixa no Cadastro Mobiliário /
Encerramento na Junta Comercial ou Congênere

Cârimbo Assinatura Data

32

51	Descrição resumida das atividades reais, exceto serviços.	
serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens (televisão)		

52	SERVIÇO	1	Principal	2	Eventual	3	Potencial
53	Lista de Serviço			54	Lista da Coderp		
55	Descrição Resumida						

52	SERVIÇO	1	Principal	2	Eventual	3	Potencial
53	Lista de Serviço			54	Lista da Coderp		
55	Descrição Resumida						

52	SERVIÇO	1	Principal	2	Eventual	3	Potencial
53	Lista de Serviço			54	Lista da Coderp		
55	Descrição Resumida						

52	SERVIÇO	1	Principal	2	Eventual	3	Potencial
53	Lista de Serviço			54	Lista da Coderp		
55	Descrição Resumida						

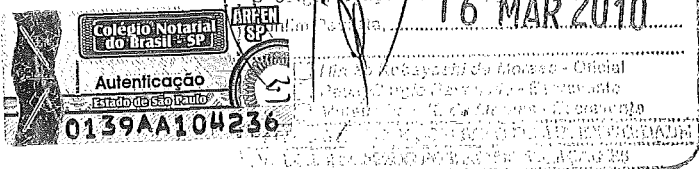
56	Texto de Publicidade ou Propaganda Qualquer – Afixada no Imóvel do Estabelecimento - Resumo		
	Texto 1		Área M2
	Texto 2		Área M2
	Texto 3		Área M2
	Texto 4		Área M2
	Texto 5		Área M2
			Total M2

57	Texto de Publicidade ou Propaganda Qualquer – Afixada em Veículo – Resumo		
	Veículo 1		Placa
	Veículo 2		Placa
	Veículo 3		Placa
	Veículo 4		Placa
	Veículo 5		Placa

58	Texto de Publicidade ou Propaganda Qualquer – Afixada Fora do Estabelecimento (Muros, Painéis etc., exceto out-door)		
59	Resumo	60	Área M2
61	Tipo de Logradouro	62	Nome do Logradouro
63	Nº	64	Complemento
65	CEP	66	Bairro
		67	Código Logradouro

58	Texto de Publicidade ou Propaganda Qualquer – Afixada Fora do Estabelecimento (Muros, Painéis etc., exceto out-door)		
59	Resumo	60	Área M2
61	Tipo de Logradouro	62	Nome do Logradouro
63	Nº	64	Complemento
65	CEP	66	Bairro
		67	Código Logradouro

58	Texto de Publicidade ou Propaganda Qualquer – Afixada Fora do Estabelecimento (Muros, Painéis etc., exceto out-door)		
59	Resumo	60	Área M2
61	Tipo de Logradouro	62	Nome do Logradouro
63	Nº	64	Complemento
65	CEP	66	Bairro
		67	Código Logradouro



9



Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

FIC – Ficha de Inscrição / Atualização / Baixa no Cadastro Mobiliário /
Encerramento na Junta Comercial ou Congênera

Folha 3/4 Nº
Proc.

02/10/10599.4
Camila Fernanda R. De Almeida
Carimbo Assinatura Data

Atendimento Protocolo
Ribeirão Preto

35
Comunicações

68	NOME	ANA CAROLINA OLIVEIRA DE MORAES												
		69		Inclusão	70		Exclusão		Data					
72	Sócio		Sim		Não	73	Administrador Contrato Social	x	Sim		Não	OU	74	Representante
75	RG	43532963-7				76	Órgão Expedidor	SSP/SP						
77	CPF	369275498-11				78	CNPJ							
79	Nº Registro no Conselho de Fiscalização Profissional													
80	Tipo de Logradouro	AL.		81	Nome do Logradouro		ALAMEDA DOS JACARANDÁS							
82	Nº	66		83	Complemento		COND. RES. SANTA HELENA							
84	CEP	14110-000				85	Bairro	BONFIM PAULISTA		86	Código Logradouro			
87	Município	RIBEIRÃO PRETO									88	UF	SP	
89	E-mail													
90	Tels.					91	Assinatura	x						


68	NOME	RAFAELA OLIVEIRA DE MORAES												
		69		Inclusão	70		Exclusão		Data					
72	Sócio	X	Sim		Não	73	Administrador Contrato Social		Sim		Não	OU	74	Representante
75	RG	46.343.565-5				76	Órgão Expedidor	SSP/SP						
77	CPF	369275368-33				78	CNPJ							
79	Nº Registro no Conselho de Fiscalização Profissional													
80	Tipo de Logradouro	AL.		81	Nome do Logradouro		ALAMEDA DOS JACARANDÁS							
82	Nº	66		83	Complemento		COND. RES. SANTA HELENA							
84	CEP	14110-000				85	Bairro	BONFIM PAULISTA		86	Código Logradouro			
87	Município	RIBEIRÃO PRETO									88	UF		
89	E-mail													
90	Tels.					91	Assinatura	Rafaela Oliveira de Moraes						

68	NOME													
		69		Inclusão	70		Exclusão		Data					
72	Sócio		Sim		Não	73	Administrador Contrato Social		Sim		Não	OU	74	Representante
75	RG					76	Órgão Expedidor							
77	CPF					78	CNPJ							
79	Nº Registro no Conselho de Fiscalização Profissional													
80	Tipo de Logradouro			81	Nome do Logradouro									
82	Nº			83	Complemento									
84	CEP					85	Bairro			86	Código Logradouro			
87	Município										88	UF		
89	E-mail													
90	Tels.					91	Assinatura							

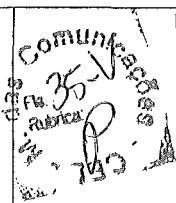
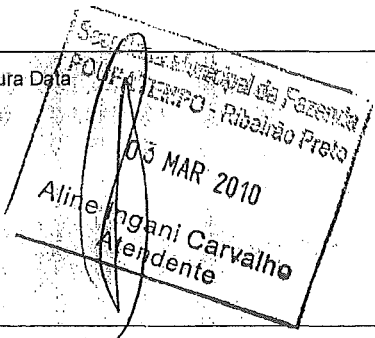
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
30 SET 2010

92	NOME DO CONTADOR	CARLOS ALBERTO ALVES MACHADO											
		93		Inclusão	94		Exclusão		Data				
96	ESCRITÓRIO CONTÁBIL	ESCRITÓRIO DE CONTABILIDADE DA CRUZ											
97	RG	14531719				98	Órgão Expedidor	SSP/SP					
99	CPF	046248878-08				100	CNPJ						
101	Nº Registro no Conselho de Fiscalização Profissional												
103	Tipo de Logradouro	RUA		104	Nome do Logradouro		DONA IRIA ALVES						
105	Nº	178		106	Complemento								
107	CEP	14110-000				108	Bairro	BONFIM PAULISTA		109	Código Logradouro		
110	Município	RIBEIRÃO PRETO									111	UF	SP
112	E-mail												
113	Tels.	3972-1985				Assinatura							



	Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA	Folha 4/4 Nº Proc.
	FIC – Ficha de Inscrição / Atualização / Baixa no Cadastro Mobiliário / Encerramento na Junta Comercial ou Congênere	Carimbo Assinatura Data

DESPACHOS



115	DOCUMENTAÇÃO COMPLETA SUJEITA A HOMOLOGAÇÃO	Carimbo Assinatura Data
	Ciente: Recebi 2 Jogos da FIC Assinatura, Nome em Letra de Forma e Data	 

116	DOCUMENTAÇÃO INCOMPLETA A SER APRESENTADA NO PRAZO DE 30 DIAS.	Carimbo Assinatura Data
	Ciente: Recebi 2 Jogos da FIC Assinatura, Nome em Letra de Forma e Data	

117	DOCUMENTAÇÃO AUSENTE A SER APRESENTADA NO PRAZO DE 30 DIAS.	Carimbo Assinatura Data
	Ciente: Recebi 2 Jogos da FIC Contador Responsável pelas Informações Declaradas: Assinatura, Nome em Letra de Forma e Data	

118	Relação de Documentos Não Apresentados:											
	1	RG	2	CPF	3	Comprovante de endereço	4	Contrato Social/ Alteração/Distrato	5	CNPJ		
	6	Comprovante de inscrição no órgão de fiscalização da atividade				7	Cópia do Memorial Descritivo da Atividade registrado junto a Vigilância Sanitária, da Secretaria da Saúde do Município de Ribeirão Preto.					
	8	Existindo estabelecimento, protocolo do pedido de Certidão de Atividade atual, ou cópia de Certidão de Atividade anterior.										
	9	Declaração de Firma individual				10	Alvará anterior original		11	Outros		

119	Comprovante de endereço admitido / apresentado:										
	conta de luz		telefone		internet		tv a cabo ou satélite		correspondência bancária ou carne pagamento		
	contrato de locação				escritura		cartão do IPTU		Outros		
	documento emitido por autoridade fiscal, federal ou estadual, onde conste o endereço										
	declaração de contabilista, inscrito na Secretaria da Fazenda do Município de Ribeirão Preto, de que reconhece os endereços declarados como domicílio fiscal no município, como verdadeiros										

120	Observações:
 	



PREFEITURA MUNICIPAL DE
RIBEIRÃO PRETO
SECRETARIA DA FAZENDA

ALVARÁ DE LICENÇA DE LOCALIZAÇÃO
DOS ESTABELECIMENTOS
DIVISÃO DE ISS
E LICENÇAS

Comunicações
36
Ribeirão Preto
17 de SET

Folha Nº 16

Proc. 02/10/011761-5

Iracema C. Nucci Santos

Assinatura / Carimbo *Iracema C. Nucci Santos*
Depto. Fisc. Geral

NOME OU RAZÃO SOCIAL

MORAES SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA

ENDEREÇO DO ESTABELECIMENTO OU DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO

TIPO DE
LOGRADOURO

RUA

PROFESSOR FELISBERTO ALMADA

BAIRRO OU
DISTRITO

BONFIM PAULISTA

NÚMERO DO
IMÓVEL

5

6

7

COMPLEMENTO
SALA, APTO., ETC.

ATIVIDADE EXERCIDA - OBJETO SOCIAL DA FIRMA (CONFORME CONTRATO SOCIAL)

SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO SONORA E DE SONS E IMAGENS (TELEVISÃO).

HORÁRIO DE
FUNCIONAMENTO

DIAS ÚTEIS

08:00 AS 18:00

DOMINGOS

SÁBADOS

08:00 AS 12:00

FERIADOS

DATA DE INÍCIO DE ATIVIDADE

03 DE FEVEREIRO DE 2010.

IMPORTANTE

- Por estar com sua situação regular, conforme consta no processo acima indicado expede o presente alvará, devendo ser observadas as exigências constante do C.T.M., artigos 203 e 204 e seus parágrafos únicos.
- Este alvará deverá ser colocado em local visível no estabelecimento e apresentado à fiscalização quando solicitado (art. 208 C.T.M.).
- A não observância dos artigos citados acima implicará na cassação imediata do alvará.
- Qualquer alteração do endereço, atividade, razão social, etc; deverá ser comunicado a esta Divisão no prazo regulamentar.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
30 SET 2010

ÁREA OCUPADA M²

10

Nº DE INSCRIÇÃO MUNICIPAL

1409875/01

Ribeirão Preto, 17 de MARÇO de 2010.

Silvana Pires

Chefe Div. Operacional
Depto. de Fisc. Geral

Encarregado

OBSERVAÇÕES:

O ENDEREÇO ACIMA É SOMENTE PARA O
RECEBIMENTO DE CORRESPONDÊNCIA, NÃO PODENDO
EXERCER NENHUMA ATIVIDADE NO LOCAL, NEM
MANTER ESTOQUE DE MERCADORIA.

REGISTRO CIVIL E NOTAS
Rua Dona Iria Alves, n.º 207
Bonfim Paulista - CEP 14110-000

AUTENTICAÇÃO

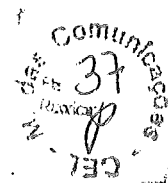
A presente fotocópia confere com
o original e a autenticidade
Bonfim Paulista, 23 MAR 2010

☒ Hiroko Kobayashi de Moraes - Oficial
☐ Paulo Sérgio Pavanelli - Escrevente
☐ Mateus Fco. K. de Moraes - Escrevente





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil



CERTIDÃO NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E
ÀS DE TERCEIROS

Nº 106902010-21031050

Nome: MORAES SERVICOS DE COMUNICACAO LTDA - ME

CNPJ: 11.626.572/0001-05

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome relativas a contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas em DAU, não abrangendo os demais tributos administrados pela RFB e as demais inscrições em DAU, administradas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), objeto de Certidão Conjunta PGFN/RFB.

Esta certidão é válida para as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991, exceto para:

- averbação de obra de construção civil no Registro de Imóveis;
- redução de capital social, transferência de controle de cotas de sociedade limitada e cisão parcial ou transformação de entidade ou de sociedade empresária simples;
- baixa de firma individual ou de empresário, conforme definido pelo art. 931 da Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil, extinção de entidade ou sociedade empresária ou simples.

A aceitação desta certidão está condicionada à finalidade para a qual foi emitida e à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>.

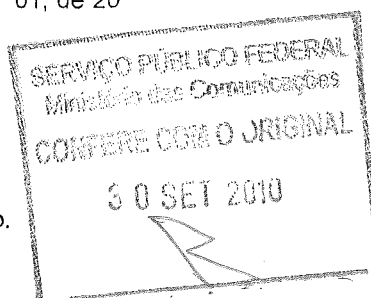
Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 01, de 20 de janeiro de 2010.

Emitida em 09/03/2010.

Válida até 05/09/2010.

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



http://www010.dataprev.gov.br/CWS/BIN/cws_mv2.asp?COMS_BIN/SIW_Contexto=C... 09/03/2010

37

IMPRIMIR

VOLTAR



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 11626572/0001-05

Razão Social: MORAES SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA ME

Endereço: AV PRESIDENTE VARGAS 1500 BONFIM PAULISTA / ALTO DA BOA VISTA / RIBEIRAO PRETO / SP / 14025-700

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

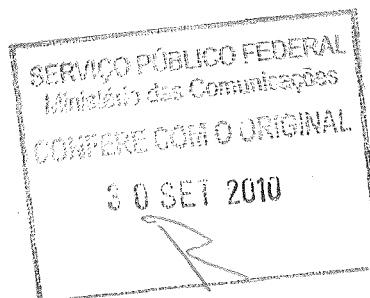
O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 16/03/2010 a 14/04/2010

Certificação Número: 2010031613083108529834

Informação obtida em 16/03/2010, às 13:08:31.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br



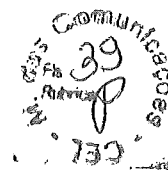
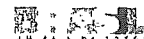
Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.

Ministério da Fazenda

Destaques do governo



Receita Federal

**CERTIDÃO CONJUNTA**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Secretaria da Receita Federal do Brasil

CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: **MORAES SERVICOS DE COMUNICACAO LTDA - ME**
CNPJ: **11.626.572/0001-05**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida às 13:48:31 do dia 04/03/2010 <hora e data de Brasília>.

Válida até 31/08/2010.

Código de controle da certidão: **2780.D8F2.E573.9A38**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Nova Consulta



Preparar página
para impressão





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO ESTADO DOS NEGÓCIOS DA FAZENDA
COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

POUPATEMPO – RIBEIRÃO PRETO

Certidão
Nº 0829/2010

CERTIDÃO

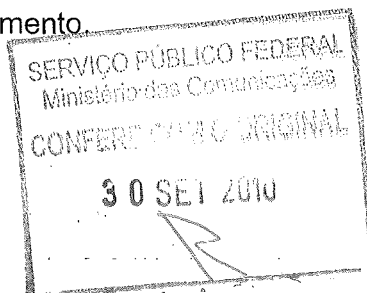
À vista do requerido e com base nas informações constantes no expediente:

Em nome de: **MORAES SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA - ME**

Estabelecido/ Residente: **RUA PROFESSOR FELISBERTO ALMADA, 567, BONFIM PAULISTA – RIBEIRÃO PRETO/SP – CEP 14.110-000**

***** CNPJ: **11.626.572/0001-05** *****

CERTIFICAMOS que a empresa acima qualificada não está inscrita no Cadastro de Contribuintes da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo e que em seu nome não constam débitos fiscais relativos a ICM, ICMS, IPVA, ITBI, CAUSA MORTIS, ITCMD e AIR inscritos na Dívida Ativa até a data de emissão deste documento.



FINALIDADE: LEVANTAMENTO CADASTRAL

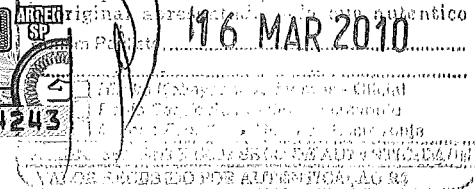
- 1- A presente certidão só é válida em relação ao interessado e demais dados supra-indicados.
- 2- Fica ressalvado o direito da Fazenda do Estado exigir, a qualquer tempo, créditos tributários que venham a ser apurados.
- 3- A taxa de Fiscalização e Serviços Diversos devida foi recolhida nos termos da Legislação vigente.
- 4- Prazo de validade da Certidão: 06 (seis) meses conforme Portaria CAT NR. 20 de 01/04/98 (DOE de 02/04/98)

SEFAZ – Poupatempo – Ribeirão Preto em 5 de março de 2010

Emitido por

Deborah C. P. M. da Silva
RG. 17.356.757-5

Responsável
Rua Dona Iria Alves, n.º 207
Bonfim Paulista - CEP 14110-000



Supervisora
Aparecida de Fátima
Troncoso C. da Silva
RG. 8.853.199



Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto
Secretaria Municipal da Fazenda
www.ribeiraopreto.sp.gov.br

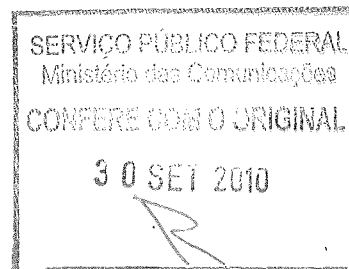


Fale conosco:
certidoes@fazenda.pmrp.com.br

CND
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS
DE IPTU, ITBI, ISS, TAXAS, CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA
(PAVIMENTAÇÃO) E PREÇO PÚBLICO EM DÍVIDA ATIVA

EMPRESA: MORAES SERVICOS DE COMUNICACAO LTDA
CNPJ/CPF: 11.626.572/0001-05
Inscrição Municipal: 14098701

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal lançar e cobrar quaisquer débitos de responsabilidade do sujeito passivo, que vierem a ser apurados, é certificado que não constam débitos em dívida ativa na Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto - SP.



Situação Cadastral: Ativa

Certidão emitida eletronicamente com base no art. 81-A da Lei 2.415/70.

Validade: 90 dias

Legitimidade verificável na Internet - www.ribeiraopreto.sp.gov.br - pelo prazo de 180 dias.

Emolumentos por Requerimento Protocolizado:
CNPJ R\$ 8,18 \ CPF: Isento - Decreto 367/98.

Emitida às **10:13h** do dia **11/03/2010** - Código de Controle: **445383**

[Handwritten signatures and marks]



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

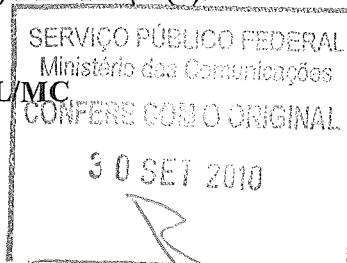
Comunicações
42
Rubrica
CEL.

ATA DE REUNIÃO Nº 118/2010

**SESSÃO DE RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO,
PROPOSTA(S) TÉCNICA(S) E PROPOSTA(S) DE PREÇO(S).**

CONCORRÊNCIA Nº 057/2009/CEL/MC

SERVIÇO: FM – CANAL 225



LOCALIDADE: SANTA CLARA D'OESTE/SP

Em, 25 de março de 2010, quinta-feira, às 09h00 (nove horas), no salão nobre, subsolo do Edifício Sede do Ministério das Comunicações, Bloco "R" da Esplanada dos Ministérios, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, instituída por meio da Portaria MC nº 432, de 24/07/2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, com a participação de seu Presidente, Alvimar Bertrand D. G. de Macêdo, Vice-Presidente, Eriko Mendes Domenici e do membro Edmar de Freitas Machado (ausente justificadamente o membro José Adilson Bezerra Torquato), com o objetivo de recebimento dos invólucros contendo a Documentação de Habilitação, as Propostas Técnicas e as Propostas de Preço dos interessados na licitação acima identificada, conforme publicação no DOU de 30 de novembro de 2009, Seção "3", Número 228, Página 158, sendo desenvolvidas as atividades a seguir: (1) Assinatura da lista de presença dos representantes das licitantes ou dos seus procuradores legalmente constituídos, que será anexada à presente Ata, que ficou a disposição dos interessados das 08h00 (oito horas) às 09h00 (nove horas), bem como distribuição dos crachás respectivos. (2) Convocação das licitantes para entrega dos Invólucros à Comissão pela ordem da aludida lista de presença, qual seja: 1 – **EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA.**, CNPJ nº 11422257/0001-58, 2 – **MORAES SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA-ME**, CNPJ nº 11626572/0001-05, 3 – **SINTONIA ENTRE AMIGOS LTDA.**, CNPJ nº 11428818/0001-26, 4 – **LD SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA.**, CNPJ nº 11390700/0001-56, 5 – **SISTEMA MAX DIGITAL DE COMUNICAÇÕES LTDA.**, CNPJ nº 11678863/0001-39. (3) Rubrica em todas as partes coladas dos envelopes contendo as Documentações de Habilitação e as Propostas Técnicas e de Preço pelos membros da Comissão e pelos representantes das Proponentes, ou seus procuradores legalmente constituídos. (4) Abertura dos envelopes contendo a Documentação de Habilitação das licitantes, conforme a ordem da lista de presença, e rubrica dos documentos respectivos pelos membros da Comissão e pela comissão eleita pelos representantes das Proponentes, ou seus procuradores legalmente constituídos, sendo verificada a seguinte quantidade de páginas por invólucro: 1) **EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA.**, (83 páginas), 2) **MORAES SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA-ME**, (38 páginas), 3) **SINTONIA ENTRE AMIGOS LTDA.**, (54 páginas), 4) **LD SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA.**, (32 páginas), 5) **SISTEMA MAX DIGITAL DE COMUNICAÇÕES LTDA.**, (48 páginas). (5) Os envelopes contendo as propostas, uma vez rubricadas, foram acondicionadas em envelopes do tipo *starlock* de números

Eriko M. Domenici
CEL. - MC




SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

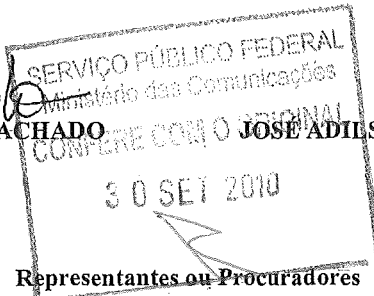
43
130

4584639 (Propostas Técnicas) e 4592137 (Propostas de Preço), e ambos lacrados no malote de cor verde padrão ECT sob o n.º CX31333650-5 padrão ECT, e mantidos sob a guarda da Comissão Especial de Licitação. (6) Foi comunicado aos proponentes que os documentos de habilitação rubricados nesta sessão serão escaneados e disponibilizados em meio magnético aos interessados em 02 (dois) dias úteis, sendo que os originais estarão disponíveis para vistas após sua análise por parte da Comissão Especial de Licitação, conforme o subitem 10.6 do Edital. (7) **O Presidente franqueou aos concorrentes a possibilidade de consignação em ata de qualquer manifestação, nada sendo requerido.** (8) O Sr. Presidente determinou que fossem registradas em ata as seguintes intercorrências: a) A Comissão Especial de Licitação propôs aos licitantes presentes a formação de comissão composta de 03 (três) concorrentes para assinatura dos documentos de habilitação, o que foi aceito sem nenhuma objeção, sendo indicadas pelos mesmos as seguintes pessoas: o Sr. **ADALBERTO VIEIRA GOMES**, representando a licitante **MORAES SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA-ME**; o Sr. **FABIANO DE SOUZA**, representando a licitante **SINTONIA ENTRE AMIGOS RADIODIFUSÃO LTDA.** e o Sr. **LUIZ FERNANDO LUTH**, representando a licitante **LD SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA.** b) Os representantes das licitantes **EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA.** e **SISTEMA MAX DIGITAL DE COMUNICAÇÕES LTDA.**, se ausentaram do recinto após a entrega dos invólucros, antes do término da sessão, sem que assinassem a presente ata. Nada mais havendo a acrescentar, o Presidente deu por encerrada a presente sessão às 10h00 (dez horas), sendo lavrada a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão e pelos representantes das licitantes, ou por seus procuradores legalmente constituídos.


ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente


ERIKO MENDES DOMENICI
Vice-Presidente


EDMAR DE FREITAS MACHADO
Titular



AUSENTE
JOSE ADILSON BEZERRA TORQUATO
Titular

Representantes ou Procuradores

AUSENTE

1 - EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA.
CNPJ nº 11422257/0001-58



2 - MORAES SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA-ME.
CNPJ nº 11626572/0001-05

3 - SINTONIA ENTRE AMIGOS RADIODIFUSÃO LTDA.
CNPJ nº 11428818/0001-26



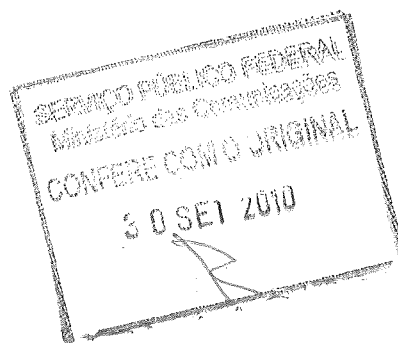
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Ministério das Comunicações
44
120

4 – LD SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA.
CNPJ nº 11390700/0001-56

AUSENTE

5 – SISTEMA MAX DIGITAL DE COMUNICAÇÕES LTDA.
CNPJ nº 11678863/0001-39



X

Erika M. Domenici
CEL. - MG

Nº	RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE E CNPJ:	NOME DO REPRESENTANTE LEGAL OU PROCURADOR E CPF:	ASSINATURA	RUBRICA	E-MAIL E TELEFONE
01	EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA 2700. <u>11.422.257/0001-58</u>	MOISÉS S. GOMES <u>503.510.873 - 20</u>			moises80m@gmail.com 1707mmz.com (61) 3283-4868
2	MORAES SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES <u>11.606.572/0001-05</u>	ADALBERTO VIGRA GOMES <u>062.048.528 - 74</u>			SISTEMA TORRE @ TERRA.COM.BR (17) 3831 6666
3	SINOLIA BURR ALUGOS RADIODIFUSÃO LTDA. <u>11.421.818/0001-26</u>	RUBENLO DE SOUZA <u>134.9914.959 - 78</u>			SINOLIA BURR ALUGOS @ Globo.com (11) 6362 4383



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO - CEL

FOLHA Nº 02/02

CONCORRÊNCIA Nº 057/2009-CEL/MC

SESSÃO SIMULTÂNEA DE RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, PROPOSTA TÉCNICA E PROPOSTA DE PREÇO.

LISTA DE PRESENÇA DAS PROPONENTES

DATA: 25/03/2010

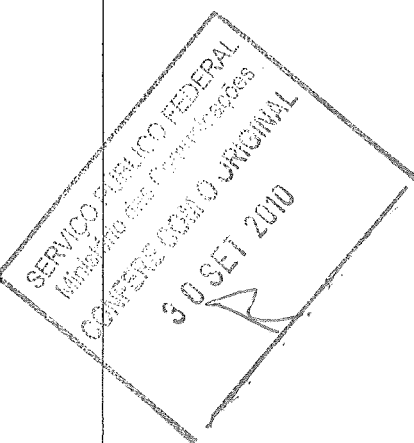
SERVIÇO: FM - CANAL: 225

CLASSE: C

GRUPO: A

LOCALIDADE(S): SANTA CLARA D'OESTE - SP

Nº	RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE E CNPJ:	NOME DO REPRESENTANTE LEGAL OU PROCURADOR E CPF:	ASSINATURA	RUBRICA	E-MAIL E TELEFONE
4	LD SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA IL. 390. 700 /0001-56	LUÍZ FERNANDO LUTH 530. 053. 769 -15		LL	fernandoluth@bma.com.br
5	Sistema Max Digital de Comunicação Ltda IL. 678. 863 /0001-39	Luiz Gustavo Silva Barbosa 067. 786. 096 -05	 SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Ministério das Comunicações CONFERE CÓPIA ORIGINAL 30 SET 2010		luizgustavosb@yahoo.com.br 61. 8133. 6427
	_____. _____. _____. /0001-____	_____. _____. _____. -____			



Nesta data anexei aos autos do processo de
nº 53000.014655 10 a documentação
a seguir constituída de 06 (sis) folhas,
que assim numerei: 47 1 52
Data: 31 1 03 1 10
Nome: _____
Assinatura: fu

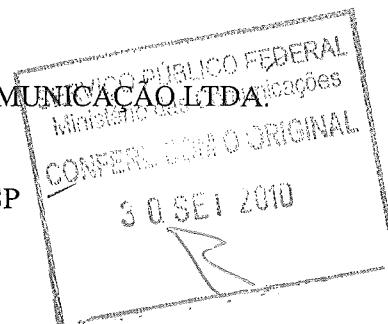


SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO



AVALIAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
N.º 266/2010

PROCESSO : 53000.014655/2010-10
LICITANTE : MORAES SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA.
CONCORRÊNCIA : 057/2009
LOCALIDADE : SANTA CLARA D'OESTE - SP



DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À PROPONENTE

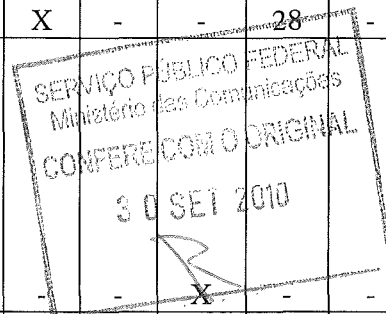
Item	Descrição	Sim	Não	Prej.	Pág.	Obs.
4.1	Pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras.	X	-	-	06 a 10	-
4.1	Com sede e administração no País.	X	-	-	0706	-
4.1	Com pelo menos 70% do capital total e do capital votante pertencentes, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	X	-	-	06	-
4.1.1	Participação de capital estrangeiro de acordo com a Lei n.º 10.610/2002 (dispositivo aplicável somente a licitantes que possuam participação direta ou indireta de estrangeiros em seu capital social).	-	-	X	-	-
4.2.1	Recadastrada conforme Portaria MC n.º 447/2007 (dispositivo aplicável somente a empresas executantes de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão).	-	-	X	-	-
5.1.1	Ato constitutivo em vigor e suas alterações, ou sua consolidação, devidamente registrado na repartição competente.	X	-	-	06 a 10	-
5.1.1	Ata de eleição de seus atuais administradores e a relação de acionistas em que conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada acionista na data de recebimento da documentação e propostas (dispositivo aplicado somente a Sociedades Anônimas – S/A).	-	-	X	-	-
5.1.1.1	Atividade de execução de serviços de radiodifusão dentre os objetivos sociais.	X	-	-	06	-
5.1.1.2	Ata de eleição da Diretoria (dispositivo					



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Min. das Comunicações
48
Rubrica
CEI

Item	Descrição	Sim	Não	Prej.	Pág.	Obs.
	aplicado somente a Fundações).	-	-	X	-	-
5.1.1.3	Atos constitutivos de todos os sócios pessoas jurídicas, até que se comprove a observância do art. 2º da Lei 10.610/2002 (dispositivo aplicável somente a licitantes que tenham pessoas jurídicas em seu quadro societário).	-	-	X	-	-
5.1.1.4	Documentos listados no subitem 5.1.2, referentes às pessoas físicas que indiretamente participem do capital social, total e votante da Proponente (dispositivo aplicável somente a licitantes que tenham pessoas jurídicas em seu quadro societário).	-	-	X	-	-
5.1.3	Declaração conforme Anexo I.	X	-	-	11	-
5.1.4	Declaração conforme Anexo II.	X	-	-	12	-
5.1.7	Alvará de funcionamento ou documento congênere.	X	-	-	36	-
5.2.1	Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social ou do exercício anterior caso não tenha transcorrido o prazo legal de sua divulgação (dispositivo aplicável somente a licitantes em atividade).	-	-	X	-	-
5.2.2	Balanço de abertura (dispositivo aplicável somente a licitantes inativas ou constituídas há menos de um ano).	X	-	-	28	-
5.2.3, 5.2.3.1 e 5.2.3.1.1	Carta de fiança bancária emitida em favor da proponente por banco comercial, de investimento ou múltiplo, equivalente a 1% do valor mínimo previsto pela outorga, válida por 24 meses a partir da data de entrega dos Documentos e das Propostas (dispositivo não aplicável se a licitante optou por caução em dinheiro).	-	-	X	-	-
5.2.3 e 5.2.3.2	Caução em dinheiro equivalente a 1% do valor mínimo previsto pela outorga, feita junto à Caixa Econômica Federal em formulário específico (dispositivo não aplicável se a licitante optou por carta de fiança bancária).	X	-	-	29	-
5.2.5 "b"	Índice de solvência $\geq 1,0$	X	-	-	28	1





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

das Comunicações
49
Rúbrica:
CE

Item	Descrição	Sim	Não	Prej.	Pág.	Obs.
5.3	Apresentação de certidão negativa de pedido de falência, recuperação judicial e concordata, da sede da Proponente ou da comarca a que pertença, com data não anterior a 3 (três) meses da data prevista para o recebimento da Documentação de Habilitação e Propostas.	X	-	-	30	-
5.4 "a"	Prova de inscrição no CNPJ	X	-	-	32	-
5.4 "b"	Prova de regularidade relativa à Seguridade Social.	X	-	-	37	-
5.4 "c"	Prova de regularidade relativa ao FGTS.	X	-	-	38	-
5.4 "d"	Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débito para com a Fazenda Nacional, emitidas de acordo com os subitens 5.4.1 e 5.4.2 do Edital.	X	-	-	39	-
5.4 "d"	Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débito para com a Fazenda Estadual, emitidas de acordo com os subitens 5.4.1 e 5.4.2 do Edital.	X	-	-	40	-
5.4 "d"	Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débito para com a Fazenda Municipal, emitidas de acordo com os subitens 5.4.1 e 5.4.2 do Edital.	X	-	-	41	-

DOCUMENTAÇÃO RELATIVA A SÓCIA ANA CAROLINA OLIVEIRA DE MORAES (DIRIGENTE)

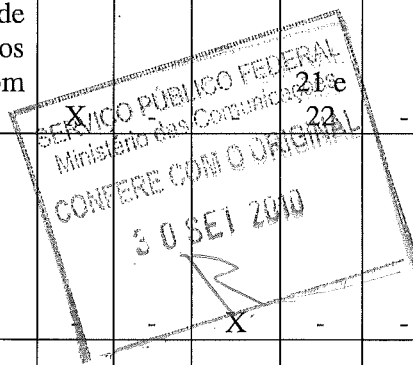
Item	Descrição	Sim	Não	Prej.	Pág.	Obs.
5.1.2	Prova da condição de brasileiro, nato ou naturalizado há mais de 10 (dez) anos, ou de igualdade de direito civis para os portugueses.	X	-	-	13	-
5.1.5	Certidões da Justiça Federal (Criminais) dos locais de residência e de exercício de atividade econômica nos últimos cinco anos, emitida de acordo com o subitem 5.1.5.1.	X	-	-	19	-
5.1.5	Certidões da Justiça Federal (Cíveis) dos locais de residência e de exercício de atividade econômica nos últimos cinco anos, emitida de acordo com o subitem 5.1.5.1.	X	-	-	19	-



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

das Comunicações
Fls. 50
Rubrica: [assinatura]
CEL

5.1.5	Certidões da Justiça Estadual (Criminais) dos locais de residência e de exercício de atividade econômica nos últimos cinco anos, emitida de acordo com o subitem 5.1.5.1.	X	-	-	17	-
5.1.5	Certidões da Justiça Estadual (Cíveis) dos locais de residência e de exercício de atividade econômica nos últimos cinco anos, emitida de acordo com o subitem 5.1.5.1.	X	-	-	15	-
5.1.5	Certidões dos Cartórios de Protestos de Títulos dos locais de residência e de exercício de atividade econômica nos últimos cinco anos, emitida de acordo com o subitem 5.1.5.1.	X	-	-	21 e 22	-
5.1.5.2	Certidões de objeto e pé de ações ou de documentos equivalentes que revelem as situações processuais (dispositivo aplicável somente na hipótese de as certidões referidas no subitem 5.1.5 do edital conterem menção <i>positiva</i>).	-	-	X	-	-
5.1.6	Prova de quitação com as obrigações eleitorais.	X	-	-	25	-



DOCUMENTAÇÃO RELATIVA A SÓCIA RAFAELA OLIVEIRA DE MORAES (DIRIGENTE)

Item	Descrição	Sim	Não	Prej.	Pág.	Obs.
5.1.2	Prova da condição de brasileiro, nato ou naturalizado há mais de 10 (dez) anos, ou de igualdade de direito civis para os portugueses.	X	-	-	13	-
5.1.5	Certidões da Justiça Federal (Criminais) dos locais de residência e de exercício de atividade econômica nos últimos cinco anos, emitida de acordo com o subitem 5.1.5.1.	X	-	-	20	-
5.1.5	Certidões da Justiça Federal (Cíveis) dos locais de residência e de exercício de atividade econômica nos últimos cinco anos, emitida de acordo com o subitem 5.1.5.1.	X	-	-	20	-
5.1.5	Certidões da Justiça Estadual (Criminais) dos locais de residência e de exercício de atividade econômica nos últimos cinco anos, emitida de acordo com o subitem 5.1.5.1.	X	-	-	18	-



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Ministério das Comunicações
Fls. 51
Subitem: 420

5.1.5	Certidões da Justiça Estadual (Cíveis) dos locais de residência e de exercício de atividade econômica nos últimos cinco anos, emitida de acordo com o subitem 5.1.5.1.	X	-	-	16	-
5.1.5	Certidões dos Cartórios de Protestos de Títulos dos locais de residência e de exercício de atividade econômica nos últimos cinco anos, emitida de acordo com o subitem 5.1.5.1.	X	-	-	23 e 24	-
5.1.5.2	Certidões de objeto e pé de ações ou de documentos equivalentes que revelem as situações processuais (dispositivo aplicável somente na hipótese de as certidões referidas no subitem 5.1.5 do edital conterem menção <i>positiva</i>).	-	-	X	-	-
5.1.6	Prova de quitação com as obrigações eleitorais.	X	-	-	26	-

[Assinatura]

[Assinatura]





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Min. das Comunicações
Fls. 52
Rubrica:
CEL

Com fundamento na análise apresentada, recomendo à Comissão Especial de Licitação que considere MORAES SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA. **HABILITADA** para a Concorrência 057/2009-CEL/MC

Brasília (DF), 26 de março de 2010.


ANDRÉA LIMA DE MORAES
ESTAGIÁRIA

Em 26 de março de 2010.

Após exame do que constam dos presentes autos, proponho aos senhores Membros da Comissão Especial de Licitação a aprovação da **AValiação DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO N.º 266/2010** de fls. a . Consigne-se em ata própria a decisão tomada e publique-se.


ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão Especial de Licitação

¹ IS = 20000/(1)=20.000,00. O balanço da licitante foi elaborado sem a utilização das contas do passivo circulante (obrigações e encargos com vencimento no curso do exercício subsequente à data do balanço patrimonial) e do exigível a longo prazo (obrigações e encargos com vencimento após o término do exercício subsequente à data do balanço patrimonial), o que significa que seu grau de endividamento é 0 (zero), o que é esperado, haja vista tratar-se de empresa sem atividade econômica, criada para disputar licitações de radiodifusão. O procedimento é correto, vez que nas demonstrações contábeis somente são discriminadas as contas em uso, eis que elencadas conforme a ordem crescente dos prazos esperados de realização (contas do ativo) ou a ordem crescente dos prazos de exigibilidade, estabelecidos ou esperados (contas do passivo), conforme subitem 3.2.2.2 da NBC T.3 – Conceito, Conteúdo, Estrutura e Nomenclatura das Demonstrações Contábeis, do Conselho Federal da Contabilidade, aprovada pela Resolução CFC N.º 686/90. Vale dizer, que conforme subitem 5.2.5 do edital se PC+ELP=0, será considerado o fator 1 como divisor.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
30 SET 2010
R

Nesta data anexei aos autos do processo de
nº 53000-014655/10 documentação
a seguir constituída de 02 folhas,
que assim numerei: 53 | 1 | 54
Data: 01/10 | 04 | 10
Nome: _____
Assinatura: P



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO


Ministério das Comunicações
CEL/MC
53

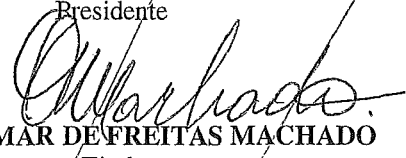
ATA DE REUNIÃO Nº 136/2010

Em 30 de março de 2010, terça-feira, às 14h45 (quatorze horas e quarenta e cinco minutos), na sala de reuniões da Comissão Especial de Licitação – CEL/MC, na sobreloja do Edifício sede do Ministério das Comunicações, Bloco “R”, Esplanada dos Ministérios, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, criada pela Portaria MC nº 432, de 24/07/2009, publicada no DOU de 27/07/2009 e suas alterações em conformidade, com a participação de seu Presidente, Alvimar Bertrand D.G. de Macêdo, Vice-Presidente Eriko Mendes Domenici e do membro Edmar de Freitas Machado (ausente justificadamente o membro José Adilson Bezerra Torquato), com o objetivo de dar prosseguimento aos trabalhos referentes à fase de “**habilitação**” de proponentes, com relação à concorrência indicada a seguir, compreendendo, entre outras, as atividades: (1) O Senhor Presidente apresentou para exame e aprovação da Comissão os **resultados de análise de documentos de habilitação**, com a numeração constante desta Ata; (2) Após as devidas verificações a Comissão aprovou as conclusões contidas nos mencionados resultados assinando-as e adotando providências necessárias ao desenvolvimento das licitações. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a presente sessão, lavrando a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos integrantes da Comissão.

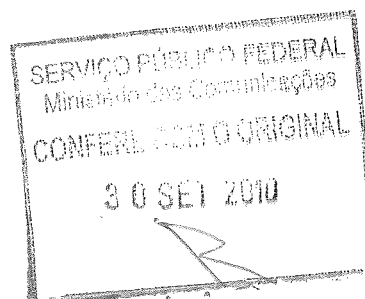
CONCORRÊNCIA(S) Nº(s)	AVALIAÇÕES DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO Nº(s)
057/2009-CEL/MC	263, 264, 265, 266 e 267/2010


ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente


ERIKO MENDES DOMENICI
Vice-Presidente


EDMAR DE FREITAS MACHADO
Titular

AUSENTE
JOSÉ ADILSON BEZERRA TORQUATO
Titular



Comunicações
54
750



150

ISSN 1677-7069

Diário Oficial da União - Seção 3

Nº 62, quinta-feira, 1 de abril de 2010

035/2009	PR	Tamarana	FM	Rádio e Televisão MRC Ltda.	Rádio Nova Princesa FM de Pitanga Ltda.
035/2009	PR	Tamarana	FM	Rádio e Televisão MRC Ltda.	Sully F. Siena & Cia. Ltda.
037/2009	PR	Maripá	FM	Rádio e Televisão MRC Ltda.	Grupo Sete de Comunicação Ltda.
037/2009	PR	Maripá	FM	Rádio e Televisão MRC Ltda.	Martins Fayad Radiodifusão Ltda.
037/2009	PR	Maripá	FM	Rádio e Televisão MRC Ltda.	Rádio 90.1 FM Ltda.
037/2009	PR	Maripá	FM	Rádio Nirvana Ltda.	Rádio 90.1 FM Ltda.
037/2009	PR	Maripá	FM	Grupo Sete de Comunicação Ltda.	Rádio Anelar Ltda.
037/2009	PR	Maripá	FM	Rádio e Televisão MRC Ltda.	Rádio Anelar Ltda.
037/2009	PR	Maripá	FM	Rádio Nirvana Ltda.	Rádio Anelar Ltda.
037/2009	PR	Maripá	FM	Rádio e Televisão MRC Ltda.	Rádio Jovem Prata Ltda.
037/2009	PR	Maripá	FM	Rádio Nirvana Ltda.	Rádio Jovem Prata Ltda.
037/2009	PR	Maripá	FM	Rádio e Televisão MRC Ltda.	Rede Nova Canaã de Comunicações Ltda.
038/2009	PR	Mangueirinha	FM	Rádio e Televisão MRC Ltda.	CMM Comunicações Ltda.
038/2009	PR	Mangueirinha	FM	Rádio e Televisão MRC Ltda.	JRC Telecomunicações Ltda.
038/2009	PR	Mangueirinha	FM	Rádio e Televisão MRC Ltda.	Martins Fayad Radiodifusão Ltda.
038/2009	PR	Mangueirinha	FM	Rádio e Televisão MRC Ltda.	Rádio 90.1 FM Ltda.
038/2009	PR	Mangueirinha	FM	Rádio e Televisão MRC Ltda.	Rádio Anelar Ltda.
038/2009	PR	Mangueirinha	FM	Rádio Nirvana Ltda.	Rádio Anelar Ltda.
038/2009	PR	Mangueirinha	FM	Rádio e Televisão MRC Ltda.	Rádio Club de Palmas Ltda.
038/2009	PR	Mangueirinha	FM	Rádio e Televisão MRC Ltda.	Rádio Jovem Prata Ltda.
038/2009	PR	Mangueirinha	FM	Rádio Nirvana Ltda.	Rádio Jovem Prata Ltda.
038/2009	PR	Mangueirinha	FM	Rádio e Televisão MRC Ltda.	Rádio Mangueirinha Ltda.
038/2009	PR	Mangueirinha	FM	Rádio e Televisão MRC Ltda.	Rádio Nirvana Ltda.
042/2009	RO	Buritis	FM	Rio Doce Comunicação e Marketing Ltda.	Camy Telecomunicações Ltda.
042/2009	RO	Buritis	FM	Rio Doce Comunicação e Marketing Ltda.	Catala FM Ltda.
042/2009	RO	Buritis	FM	Rio Doce Comunicação e Marketing Ltda.	CMM Comunicações Ltda.
042/2009	RO	Buritis	FM	Rio Doce Comunicação e Marketing Ltda.	Comunicações Maranhenses Ltda. - ME
042/2009	RO	Buritis	FM	Rio Doce Comunicação e Marketing Ltda.	Rádio Onda Sul FM Ltda.
042/2009	RO	Buritis	FM	Rio Doce Comunicação e Marketing Ltda.	Rafa Sistema de Comunicação Ltda.
042/2009	RO	Buritis	FM	Rio Doce Comunicação e Marketing Ltda.	Sistema Terra de Comunicação Ltda.

ANEXO II

RECURSOS CONTRA PRÓPRIA INABILITAÇÃO

Conc. N.º	UF	Localidade(s)	Serviço	Recorrente
031/2009	PB	Maturéia	FM	Buritama Radiodifusão Ltda.
031/2009	PB	Maturéia	FM	Grupo Paraíba de Comunicação Ltda.
032/2009	PB	Bayeux	FM	Buritama Radiodifusão Ltda.
032/2009	PB	Bayeux	FM	Rádio e Televisão Paraíba Ltda.
032/2009	PB	Bayeux	FM	Empresa de Radiodifusão Rio Sanhaú Ltda.
032/2009	PE	Barânia	FM	Grupo Paraíba de Comunicação Ltda.
037/2009	PR	Maripá	FM	Sistema Terra de Comunicação Ltda.
041/2009	RN	São José do Mipibu	FM	Grupo Paraíba de Comunicação Ltda.
042/2009	RO	Buritis	FM	Gemelli & Gemelli Ltda. - EPP
043/2009	RO	São Francisco do Guaporé	FM	Gemelli & Gemelli Ltda. - EPP
044/2009	RS	São Sepe	FM	LD Sistema de Comunicação Ltda.
047/2009	RS	Encantado	FM	LD Sistema de Comunicação Ltda.

RESULTADOS DE HABILITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 57, 58 E 59/2009

A Comissão Especial de Licitação, por meio da Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, em conformidade com o Edital de Licitação, torna público o(s) resultado(s) da análise da documentação da(s) proponente(s) identificada(s) no(s) concorrência(s) constante(s) do(s) anexo(s).

Os autos dos processos, em atenção ao subitem 10.6 do Edital, estarão disponíveis para obtenção de vistas de 5 a 9 de abril de 2010, na Comissão Especial de Licitação, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 110, Ed. Sede, Brasília/DF.

Os eventuais recursos deverão ser protocolizados no Protocolo Geral deste Ministério, sendo que a contagem do prazo de cinco dias úteis, para sua interposição, dar-se-á a partir de 12 de abril de 2010, conforme o subitem 11.1 do Edital, bem como nos termos do artigo 109, inciso I, alínea "a", §5º, art. 110, todos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Brasília - DF, 31 de março de 2010.

ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão

ANEXO I

Concorrência nº 57/2009-CEL/MC, Localidade de Santa Clara D'Oeste/SP

Proponente	Serviço	Nº do Processo	Resultado
Morais Serviços de Comunicação Ltda.-ME	FM	53000.014653/10	HABILITADA
Sintonia Entre Amigos Radiodifusão Ltda.	FM	53000.014660/10	HABILITADA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032010040100150

LD Sistema de Comunicação Ltda.	FM	53000.014653/10	HABILITADA
Sistema Max Digital de Comunicações Ltda.	FM	53000.014658/10	HABILITADA
Empresa de Radiodifusão Conquista Ltda.	FM	53000.014650/10	HABILITADA

ANEXO II

Concorrência nº 58/2009-CEL/MC, Localidade de Bilac/SP

Proponente	Serviço	Nº do Processo	Resultado
NSTV Sistema de Comunicações Ltda.	FM	53000.015295/10	HABILITADA
Ocean Comunicação Digital SE Ltda.	FM	53000.015299/10	HABILITADA
LD Sistema de Comunicação Ltda.	FM	53000.015301/10	HABILITADA
Empresa de Radiodifusão Urna Maior Ltda.	FM	53000.015303/10	HABILITADA
Rádio A Voz do Vale Parapanema Ltda.	FM	53000.015296/10	HABILITADA
Sistema Regional de Comunicação Andradina Ltda.-ME	FM	53000.015297/10	HABILITADA
Rota Comunicação Ltda.	FM	53000.015298/10	HABILITADA
Morais Serviços de Comunicação Ltda.	FM	53000.015300/10	HABILITADA

ANEXO III

Concorrência nº 59/2009-CEL/MC, Localidade de Santana da Ponte Pensu/SP

Proponente	Serviço	Nº do Processo	Resultado
Morais Serviços de Comunicação Ltda.-ME	FM	53000.015613/10	HABILITADA
LD Sistema de Comunicação Ltda.	FM	53000.015614/10	HABILITADA
Catala FM Ltda.	FM	53000.015611/10	NAO HABILITADA
Sistema Max Digital de Comunicações Ltda.	FM	53000.015612/10	HABILITADA

SECRETARIA EXECUTIVA CONSELHO GESTOR DO FUNDO PARA O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DAS TELECOMUNICAÇÕES

EDITAL Nº 2, DE 30 DE MARÇO DE 2010

O Conselho Gestor do Funtel, por meio do presente Edital notifica, aos contribuintes abaixo listados, que a partir do Relatório de Fiscalização da Anatel, que constatou a existência de débito(s) complementar (s) junto ao Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - FUNTEL (art. 4º, III da Lei nº 10.052/2000), em razão da inexistência do recolhimento por ocasião do lançamento espontâneo, efetuou o Lançamento de Ofício do valor complementar conforme decisão constante de relatório e consoante artigos 149 e 150 do Código Tributário Nacional - CTN. Ficam os contribuintes notificados a efetuar o pagamento do(s) débito(s) ou apresentar IMPUGNAÇÃO, a ser dirigida ao Ministério das Comunicações, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Protocolo Geral, CEP 70.044-900 - Brasília - DF, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação deste Edital, consoante o art.15 do decreto 70.235/72. Vistas do relatório de Fiscalização poderão ser solicitadas por meio de ofício a ser encaminhado ao endereço citado acima.

Informo que o não pagamento do(s) débito(s) ou a rejeição da impugnação implicará: na inscrição do(s) débito(s) em Dívida Ativa (art.201 do CTN) e demais providências cabíveis; inclusão do devedor no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal - CADIN, no prazo de 75 (setenta e cinco) dias, contados da data da publicação deste, conforme estabelecido no art.2º, § 2º da Lei 10.522/02. O pagamento poderá ser realizado junto à rede bancária com utilização do DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO DE RECEITAS FEDERAIS - DARF.

CARLOS ROBERTO PAIVA DA SILVA
Secretário Executivo

CNPJ	Nome do Devedor	Nº Relatório Fiscalização	Ano Base	Ano Exercício
03.722.616/0004-07	614 TVC INTERIOR S/A	1961/2009/ER01FT	2005	2010
84.478.353/0001-91	ATLANTA RÁDIO TAXI LTDA	0699/2009/ER01FT	2005	2010
05.545.502/0001-11	BON LINE INTERNET LTDA	2631/2009/ER01FT	2005	2010
06.957.255/0001-23	FONEBRASIL COMUNICAÇÃO & MULTIMÍDIA LTDA	0707/2009/ER03FT	2005	2010
43.688.035/0001-78	JOHNTONIK INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	0712/2009/ER03FT	2005	2010
03.944.480/0001-90	KAZZEN COP INTERNET BUSINESS LTDA	2056/2009/ER01FT	2005	2010
03.193.731/0001-99	TKL - TECNOLINK INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES SA	0255/2009/UC00IFT	2005	2010
00.291.648/0001-64	TV FILME GOLÂNIA SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	0311/2009/ER07FT	2005	2010

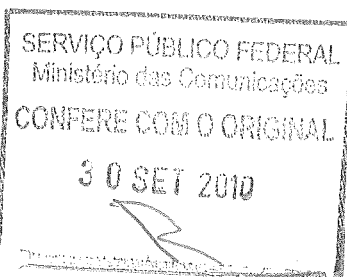
AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL GERÊNCIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

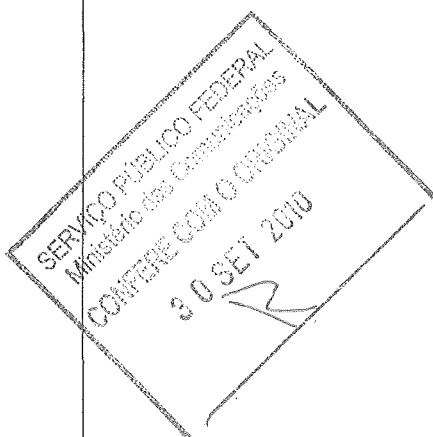
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO AMPLO Nº 35/2009

A Anatel torna público o resultado do Pregão Amplo nº 35/2009, Processo nº 53500.027012/2007 - serviço de vedação dos montantes principais e das placas de aço das fuchucas envidraçadas do Conjunto-Sede. Vencedora: Mafra Ribeiro Engenharia e Locações Ltda-ME. Valor total: R\$ 320.000,00. Homologação: Gerente-Geral de Administração, substituto; Ato nº 2035, de 31/03/2010.

ROBERTO MAIA TEIXEIRA
Gerente-Geral de Administração
Substituto

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





Nesta data anexei aos autos do processo de
nº 53000.014655/10 a documentação
a seguir constituída de 01 (uma) folhas,
que assim numerei: 55
Data: 22 / 04 / 2010
Nome: _____
Assinatura: [assinatura]



172

ISSN 1677-7069

Diário Oficial da União - Seção 3

Nº 74, terça-feira, 20 de abril de 2010

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 80/2010

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A - TREN-SURB, vinculada ao Ministério das Cidades, torna público para fins de conhecimento dos interessados que no dia 13 de maio de 2010, às 13:30h se dará a abertura de propostas do pregão em epígrafe e às 14h terá início a disputa em sessão pública. OBJETO: Aquisição de Escova Carvão e Cordoalha, de acordo com as especificações constantes no Edital e seus Anexos. Limite para recebimento de propostas até às 13h na mesma data da Licitação no sítio www.licitacoes-e.com.br. Maiores informações pelo fone (51) 3363-8532 ou pelo sítio www.trensurb.gov.br. Processo nº 0512/2010.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 81/2010

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A - TREN-SURB, vinculada ao Ministério das Cidades, torna público para fins de conhecimento dos interessados que no dia 19 de maio de 2010, às 13:30h se dará a abertura de propostas do pregão em epígrafe e às 14h terá início a disputa em sessão pública. OBJETO: Aquisição de Penetrante, Solvente, Fita Dupla Face, Rolo para Pintura, Pano de Algodão, Tinta Epoxi, Tinta Esmalte e Lubrificante de Silicose, de acordo com as especificações constantes no Edital e seus Anexos. Limite para recebimento de propostas até às 13h na mesma data da Licitação no sítio www.licitacoes-e.com.br. Maiores informações pelo fone (51) 3363-8532 ou pelo sítio www.trensurb.gov.br. Processo nº 0512/2010.

Licitação no sítio www.licitacoes-e.com.br. Maiores informações pelo fone (51) 3363-8532 ou pelo sítio www.trensurb.gov.br. Processo nº 0515/2010.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 85/2010

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A - TREN-SURB, vinculada ao Ministério das Cidades, torna público para fins de conhecimento dos interessados que no dia 13 de maio de 2010, às 08:30h se dará a abertura de propostas do pregão em epígrafe e às 09h terá início a disputa em sessão pública. OBJETO: Aquisição de Tampas Nitrílicas, Guarnição e Lupa Nitrílica, de acordo com as especificações constantes no Edital e seus Anexos. Limite para recebimento de propostas até às 08h na mesma data da Licitação no sítio www.licitacoes-e.com.br. Maiores informações pelo fone (51) 3363-8532 ou pelo sítio www.trensurb.gov.br. Processo nº 0558/2010.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 87/2010

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A - TREN-SURB, vinculada ao Ministério das Cidades, torna público para fins de conhecimento dos interessados que no dia 14 de maio de 2010, às 13:30h se dará a abertura de propostas do pregão em epígrafe e às

14h terá início a disputa em sessão pública. OBJETO: Trava Pneu, Amuleta Espagadora e Barra Âncora em Aço Crômico, de acordo com as especificações constantes no Edital e seus Anexos. Limite para recebimento de propostas até às 13h na mesma data da Licitação no sítio www.licitacoes-e.com.br. Maiores informações pelo fone (51) 3363-8532 ou pelo sítio www.trensurb.gov.br. Processo nº 0553/2010.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 88/2010

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A - TREN-SURB, vinculada ao Ministério das Cidades, torna público para fins de conhecimento dos interessados que no dia 17 de maio de 2010, às 13:30h se dará a abertura de propostas do pregão em epígrafe e às 14h terá início a disputa em sessão pública. OBJETO: Aquisição de Tampas Nitrílicas, Guarnição e Lupa Nitrílica, de acordo com as especificações constantes no Edital e seus Anexos. Limite para recebimento de propostas até às 13h na mesma data da Licitação no sítio www.licitacoes-e.com.br. Maiores informações pelo fone (51) 3363-8532 ou pelo sítio www.trensurb.gov.br. Processo nº 0519/2010.

Porto Alegre, 19 de abril de 2010.
JAIR BERNARDO CORRÊA
Chefe do Setor de Compras

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

AVISOS

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, em conformidade com o(s) Edital(s), torna público que a sessão para a abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços das Proponentes classificadas, será realizada no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 104, Ed. Sede, Brasília/DF, de acordo com o indicado no quadro abaixo. Ficam convocados os participantes da licitação, bem como convidados demais interessados para acompanhar os trabalhos.

Data da Reunião	Horário	Concorrência Nº CEL/MC	Localidade(s)	UF
26/04/2010	14h30	030/2009	Canaã dos Carajás.	PA
	14h45	036/2009	Rio Bonito do Iguacu.	PR
	15h00	039/2009	Boim Jardim.	RJ

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, em conformidade com os Editais de Licitação, torna público que a sessão para abertura do(s) envelope(s) contendo a(s) Proposta(s) Técnica(s) da(s) Proponente(s) habilitada(s), será realizada no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 104, Ed. Sede, Brasília/DF, de acordo com o indicado no quadro abaixo. Ficam convocados os participantes da licitação, bem como convidados e demais interessados para acompanhar os trabalhos.

Data da Reunião	Horário	Concorrência Nº CEL/MC	Localidades	UF
26/04/2010	09h30	016/2009	Olho D'Água das Cunhãs.	MA
	09h45	055/2009	Capela.	SE
	10h00	056/2009	Umbaúba.	PE
	10h15	057/2009	Santa Clara D'Oeste.	SP
	10h30	058/2009	Bitac.	SP
	10h45	059/2009	Santana da Ponte Preta.	SP
	11h00	060/2009	Três Fronteiras.	SP

Brasília - DF, 19 de abril de 2010.
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
PRESIDÊNCIA EXECUTIVA

EXTRATOS DE CONTRATOS

Contrato ADAD nº 05/2010-Anatel; Data de Assinatura: 12/04/2010; Contratada: Citel Construtora, Comércio e Serviços Gerais Ltda - EPP; Vigência: 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura; Objeto: prestação de serviços continuados de manutenção de prédios, equipamentos e instalações, preventiva e corretiva; Modalidade de Licitação: Pregão Ampla; Fundamento Legal: artigos 55 e 57, da Lei nº 9.472/97, Artigo 32 do Regulamento de Contratações, aprovado pela Resolução nº 005/98 da Anatel; Regimento Interno da Anatel; Lei 8.666/93; Valor anual estimado do Contrato R\$ 822.999,02; Processo nº 53500.003502/2009.

Contrato ADTO nº 03/2010-Anatel; Data de Assinatura: 12/04/2010; Contratada: Assemp Gestão Empresarial Ltda - EPP; Vigência: 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura; Objeto: prestação de serviços continuados de apoio administrativo - Lote 01: Atividades gerais de assistente administrativo (nível médio); Modalidade de Licitação: Pregão Ampla; Fundamento Legal: artigos 55 e 57, da Lei nº 9.472/97, Artigo 32 do Regulamento de Contratações, aprovado pela Resolução nº 005/98 da Anatel; Regimento Interno da Anatel; Lei 8.666/93; Valor anual estimado do Contrato R\$ 1.133.471,16; Processo nº 53500.000211/2010.

Contrato ADTOH nº 02/2010-Anatel; Data de Assinatura: 06/04/2010; Contratada: Paulista Serviços e Transportes Ltda - EPP; Vigência: 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura; Objeto: prestação de serviços continuados de apoio administrativo - Lote 02: Atividades gerais de assistente administrativo (nível superior); Modalidade de Licitação: Pregão Ampla; Fundamento Legal: artigos 55 e 57, da Lei nº 9.472/97, Artigo 32 do Regulamento de Contratações, aprovado pela Resolução nº 005/98 da Anatel; Regimento Interno da Anatel; Lei 8.666/93; Valor anual estimado do Contrato R\$ 662.296,76; Processo nº 53500.000211/2010.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032010042000172

Contrato ADTOH nº 04/2010-Anatel; Data de Assinatura: 12/04/2010; Contratada: Santa Helena Urbanização e Obras Ltda; Vigência: 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura; Objeto: prestação de serviços continuados de apoio administrativo - Lote 03: Atividades especializadas de arquivista e bibliotecário; Modalidade de Licitação: Pregão Ampla; Fundamento Legal: artigos 55 e 57, da Lei nº 9.472/97, Artigo 32 do Regulamento de Contratações, aprovado pela Resolução nº 005/98 da Anatel; Regimento Interno da Anatel; Lei 8.666/93; Valor anual estimado do Contrato R\$ 698.304,00; Processo nº 53500.000211/2010.

SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO - GERAL
GERÊNCIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃOAVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO AMPLA Nº 24/2008

A Anatel, CNPJ no 02.030.715/0001-12, torna público que realizará o Pregão em 14/05/2010 às 9 horas, cujo objeto é a contratação de empresa para fornecimento e instalação de sistema de monitoração do espectro para detectar e localizar potenciais fontes de interferências em VHF e UHF nos Serviços de Radiodifusão Aeronáutica e Móvel Aeronáutico, para os aeroportos de Recife/PE, Confins/MG, Curitiba/PR, Fortaleza/CE, Belém/PA e Manaus/AM. O Edital estará disponível a partir de 22/04/2010, às 14 horas, no Edifício Sede da Anatel, SAUS Quadra 06, Bloco "H", 3º andar, das 9 às 11 e das 15 às 17 horas e no site da Anatel, endereço: www.anatel.gov.br, seção: Espaço do Cidadão - Interação com a Sociedade - Licitações - Editais em Andamento - de aquisição/alienação.

ALENCASTRO GUIMARÃES DE BRITO
Freguesin

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO
ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DO PARÁ

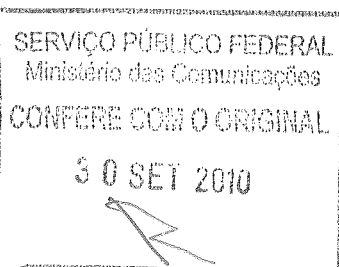
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE 11 DE MARÇO DE 2010

Edital nº: 101-0001/2010

A Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, por meio do presente Edital, NOTIFICA DO(S) LANÇAMENTO(S) do(s) crédito(s) da(s) receita(s) em nome do(s) devedor(es) que se encontram no final relacionado(s), por se encontrar(em) em local incerto e não sabido. Ficam, portanto, cientes(s) que o não pagamento do débito implicará a inscrição do débito em Dívida Ativa, assim como, transcorrido o prazo especificado a seguir, a inclusão do devedor no Cadastro Informativo de créditos não quitados do Setor Público Federal - CADIN, no prazo de 75 (setenta e cinco) dias. O pagamento poderá ser realizado junto ao Banco do Brasil S/A com a utilização do GUIA DE RECOLHIMENTO DA UNIAO-GRU - boleto bancário, obtido na Anatel ou na internet, no endereço: www.anatel.gov.br/boleto, que informará o valor atualizado e a data para pagamento. E para que chegue ao conhecimento dos interessados, foi expedido o presente edital, que será publicado pela Imprensa Oficial, e, ainda, afixado no local.

CNPJ/CPF	Nome do Devedor	Número Field	Receita	Processo	Ano
3753913333	ADEMAR DOS SANTOS ROLHA	8030309361	1555	53572009536008	2009
3872815024	ALDAI FRANCISCO DE OLIVEIRA COELHO	80301883408	1555	53569007292008	2008
6294704215	ALEX MACIEL COSTA SILVA	80302097536	1555	53569000412009	2009
75359605268	ALEX SANDRO DA SILVA	80301625611	1555	535690001663008	2008
73145823272	ALFAXANDRE DE SOUZA	80301965271	1555	535690019693008	2008
04554565312	ALEXSANDRO MONTENARO DA COSTA	80302092115	1555	53572000222009	2009
98206168249	ANTONIO JARIO MESQUITA FRAZAO	80301632341	1555	53569001682008	2008
0072555100012	ASS. C. DOS PROD RURAIS DE AGUA BRANCA D. J. E JATUARANA	8030077521	1555	535690005282001	2004
0329213800010	ASSOC. COMUNIT. IV DESENV. CULT. ART. E PAIS. CO-MUNIT. TURMACU	80301307830	1555	535720002112008	2008
01881210000196	ASSOC. COMUNIT. IV DESENV. SOCIO-EDU. ART. E CULT. DE CNETO	80301304815	1555	535720000182006	2009
07373263000127	ASSOCIACAO ASAIAIUIENSE-RADIO ANAIA FM	80301132940	1555	53572001360006	2007
08789476000165	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIOFUSAO	80302026792	1555	53572001376008	2009
05232416000118	ASSOCIACAO COMUNITARIA PACAJAENSE	80301960308	1555	535690020842005	2007
09487470000118	ASS. CULTURAL BENEFICIENTE DE ANANINDEUA - ACBA	80301852197	1555	535690013152008	2008
02451097000184	ASSOCIACAO CULTURAL DOS AMIGOS DE VISEU - AMAVI	80301123608	1555	535690006262002	2004
07563571000183	ASS. CULTURAL, ESPORTIVA E ARTESANAL DE CA-RAPAIO - ACEAC	80301182604	1555	535690018592006	2007
0151845000104	ASSOCIACAO DA RADIO COMUNITARIA ARACARI FM	80301360231	1555	535690014592005	2007
09011637000158	ASSOCIACAO DE DIFUSAO COMUNITARIA DO BAIR-RO DE FATIMA	80302033904	1555	535720014223008	2009
34639146000101	ASSOCIACAO DOS AMIGOS DE BENEVIDES - AAB	80302095432	1555	535690004183001	2004
02611133000185	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA DE ALTAMIRA	80302095503	1555	535690020892004	2007

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
30 SET 2010

Nesta data, anexeí aos autos do processo de
nº 53000.014655/10 a documentação
a seguir constituída de 56 / 57 folhas,
que assim numerar: 04 / 10
Data: 26 /
Nome:
Assinatura: P

Edital Concorrência nº 057/2009 - CEL/MC

Localidade: SANTA CLARA D'OESTE UF: SP

Razão Social da Proponente: MORAES SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA
ME

CNPJ: 11.626.572/0001-05 Data: 15 / 03 / 2010



1. Programas jornalísticos, educativos e informativos:

Programas jornalísticos, educativos e informativos de caráter geral	Tempo dos programas em minutos (T1)	(%T1) T1 × 100 / 1440
	115,2	8

2. Serviço noticioso:

Programas de serviço noticioso de caráter geral	Tempo dos programas em minutos (T2)	(%T2) T2 × 100 / 1440
	115,2	8

3. Programas culturais artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga:

Programas culturais, artísticos e jornalísticos de caráter local	Tempo dos programas em minutos (T3)	(%T3) T3 × 100 / 1440
	115,2	8

4. Prazo, em meses, para execução do serviço em caráter definitivo:

Prazo, em meses, para execução do serviço em caráter definitivo (T4)	Quantidade de meses (T4)
	9

5. Local, data e assinatura do(s) representante(s) legal(is)

RIBEIRÃO PRETO / SP, 15/03/2010

MORAES SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA ME
ANA CAROLINA OLIVEIRA DE MORAES
SÓCIO-PROPRIETÁRIA
CPF nº 369.275.498-11

Erika M. Domenici
CEL - MC



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério de Comunicação
CONFERE COM O ORIGINAL
30 SET 2010

CONJUNTO 2 - PROPOSTA TÉCNICA
Edital da Concorrência n.º 057/2009 - CEL/MC
SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO

Localidade de Prestação do Serviço: **Santa Clara D'Oeste /SP**

Razão Social da Proponente: **MORAES SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA ME**

Conteúdo:

Conjunto 2:
Proposta Técnica.

COM
5
segunda



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

58
CEL. - MC

ATA DE REUNIÃO Nº 164/2010

SESSÃO DE ABERTURA DE INVÓLUCRO(S) E JULGAMENTO DE PROPOSTA(S)
TÉCNICA(S)

CONCORRÊNCIA Nº 057/2009/CEL/MC

SERVIÇO: FREQUÊNCIA MODULADA (FM)

LOCALIDADE: SANTA CLARA D'OESTE/SP

Em, 26 de abril de 2010, segunda-feira, às 10h15 (dez horas e quinze minutos), na sala de Reunião da Comissão Especial de Licitação - CEL/MC, situada na sobreloja, sala 110 do Edifício sede do Ministério das Comunicações, Bloco "R" da Esplanada dos Ministérios, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, instituída por meio da Portaria MC nº 432, de 24/07/09, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, com a participação de seu Presidente, Alvimar Bertrand D. G. de Macêdo, Vice-Presidente, Eriko Mendes Domenici e do membro José Adilson Bezerra Torquato (ausente justificadamente o membro Edmar de Freitas Machado), com o objetivo de realizar a **abertura do(s) invólucro(s) contendo proposta(s) técnica(s) da(s) proponente(s) habilitada(s) na Concorrência nº 057/2009-CEL/MC**, que visa à outorga de permissão para a exploração do serviço de radiodifusão de Frequência Modulada (FM), na localidade de: **SANTA CLARA D'OESTE/SP**, para sessão de abertura e julgamento de propostas técnicas, publicado no DOU de 20/04/2010, Seção "3", nº 74, página 172, sendo desenvolvidas as atividades a seguir: (1) Assinatura das listas de presença das proponentes e do público que serão anexadas a presente Ata. (2) Conferência do malote de cor verde **padrão ECT** lacrado sob o nº CX31333650-5, sendo constatada a sua integridade. (3) Abertura do malote e conferência do envelope tipo *starlock* de nº 4584639 constatada sua integridade. (4) abertura do envelope plástico citado e conferência dos invólucros contendo as propostas técnicas dos licitantes; sendo constatada a sua integridade de todos eles. (5) Abertura do(s) invólucro(s) lacrado(s) contendo a(s) proposta(s) técnica(s) da(s) seguinte(s) empresa(s): MORAES SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA-ME., Processo nº 53000.014655/10, SINTONIA ENTRE AMIGOS RADIODIFUSÃO LTDA., Processo nº 53000.014660/10; LD SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA., Processo nº 53000.014653/10, SISTEMA MAX DIGITAL DE COMUNICAÇÕES LTDA., Processo nº 53000.014658/10, EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA., Processo nº 53000.014650/10. (6) A documentação foi rubricada por todos os membros da Comissão Especial de Licitação e público presente. (7) Apuração e registro em planilha eletrônica dos itens constantes da(s) proposta(s) técnica(s), sendo obtida(s) a(s) pontuações conforme segue, na(s) localidade(s) de **SANTA CLARA D'OESTE/SP**, MORAES SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA-ME, 100,00000 pontos; SINTONIA ENTRE AMIGOS RADIODIFUSÃO LTDA., 100,00000 pontos; LD SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA., 100,00000 pontos; SISTEMA MAX DIGITAL DE COMUNICAÇÕES LTDA., 100,00000 pontos; EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA., 100,00000 pontos. (8) Impressão, leitura e aprovação do(s) documento(s) denominado(s) **"Resultado da Proposta Técnica"**, que segue(m) em anexo, que aponta(m) a(s)

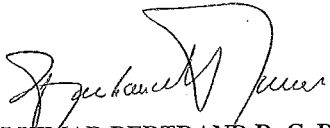
Eriko M. Domenici
CEL. - MC





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Comunicações
n.º 59
750

pontuação(ções) da(s) proposta(s) técnica(s) constante(s) da presente abertura. (9) O malote de cor verde **padrão ECT** foi novamente lacrado sob o nº CX31333609-4. Nada mais havendo a acrescentar, o Presidente deu por encerrada a presente sessão às 10h25 (dez horas e vinte e cinco minutos), sendo lavrada a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Vice-Presidente e membros Titulares da Comissão.


ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente


ERIKO MENDES DOMENICI
Vice-Presidente


EDMAR DE FREITAS MACHADO
Titular


JOSE ADILSON BEZERRA TORQUATO
Titular





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – CEL
CONCORRÊNCIA Nº 057/2009–CEL/MC
SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA(S) TÉCNICA

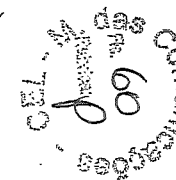
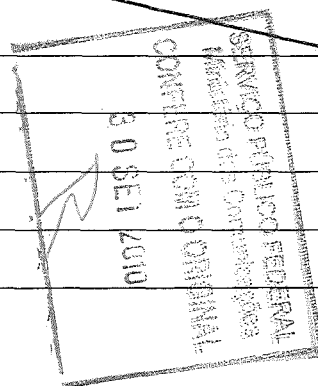
LISTA DE PRESENÇA DO PÚBLICO

DATA: 26/04/2010

SERVIÇO: FREQUÊNCIA MODULADA (FM)

LOCALIDADE(S) : SANTA CLARA D'OESTE/SP.

Nome	RG nº/UF	Rubrica
JOSE Jairo T. Oliveira/214	693.759 SSP/MA	





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – CEL

FOLHA Nº ____/____

CONCORRÊNCIA Nº 057/2009–CEL/MC

SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA DE TÉCNICA

LISTA DE PRESENÇA DAS PROPONENTES

DATA: 26/04/2010

SERVIÇO : FREQUÊNCIA MODULADA (FM)

LOCALIDADE : SANTA CLARA D'OESTE/SP

Razão Social da Proponente	Nome do representante legal ou Procurador	Assinatura	Rubrica	RG nº/UF	Cargo
					Sócio/Acionista ()
					Procurador ()
					Sócio/Acionista ()
					Procurador ()
					Sócio/Acionista ()
					Procurador ()
					Sócio/Acionista ()
					Procurador ()
					Sócio/Acionista ()
					Procurador ()

CEL. 4
F9
Comissão



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

das Comunicações
62
730

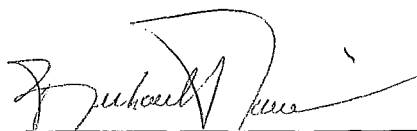
RESULTADO DA PROPOSTA TÉCNICA

Processo	53000.014655/2010			
Proponente	MORAES SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA - ME			
Concorrência	057/2009	Local	SANTA CLARA D'OESTE	UF: SP
Serviço	FM		Grupo de Enquadramento: A	


	Min.	%	Condição
Programas jornalísticos, educativos e informativos (ANEXO V, item 1))	115,200	8,00000	$5\% \leq T1 \leq 8\%$
Programas de serviços noticiosos (ANEXO V, item 2)	115,200	8,00000	$5\% \leq T2 \leq 8\%$
Programas culturais, artísticos e jornalísticos gerados na localidade (ANEXO V, item 3)	115,200	8,00000	$5\% \leq T3 \leq 8\%$
Prazo em meses para iniciar a execução do serviço em caráter definitivo (ANEXO V, item 4)	9		$9 \leq T4 \leq 36$

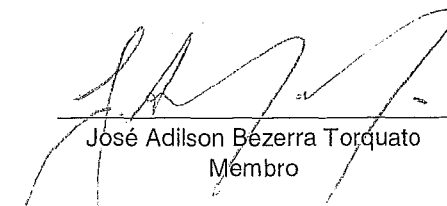
P1 = 15,00000
P2 = 15,00000
P3 = 30,00000
P4 = 40,00000
PT = 100,00000

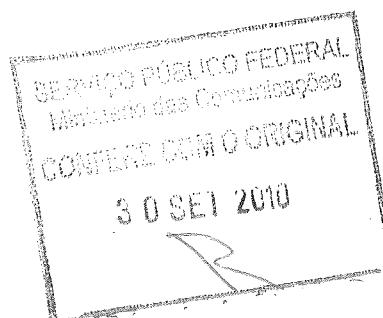
CLASSIFICADA


Alvimar Bertrand D. G. de Macêdo
Presidente


Eriko Mendes Domenici
Vice-Presidente


Edmar Freitas Machado
Membro


José Adilson Bezerra Torquato
Membro





Concorrência n.º 031/2000-SSR/MC, Localidade de Santa Maria do Oeste/PR.

Nº do Processo	Proponentes	Valor Ofertado	Serviço	PP	VP
53740.00051400	Rádio FM Conquista Ltda.	150.000,00	FM	96.667	99.667
53740.00049900	Rádio Serra da Esperança Ltda.	105.600,00	FM	95.265	99.527
53740.00050300	Rádio FM Terra do Mate Lda.	100.000,00	FM	95.000	99.500
53740.00052200	Rede Central de Comunicação Ltda.	35.000,00	FM	85.714	98.571
53740.00050100	Televisão Guararapes Ltda.	15.228,00	FM	67.166	96.717

Concorrência n.º 031/2000-SSR/MC, Localidade de Pitanga/PR.

Nº do Processo	Proponentes	Valor Ofertado	Serviço	PP	VP
53740.00051500	Rádio Nova Princesa FM de Pitanga Ltda.	267.700,00	FM	98.037	99.804
53740.00049900	Rádio Serra da Esperança Ltda.	252.200,00	FM	97.917	99.792
53740.00050400	Rádio Tatuá FM Ltda.	200.000,77	FM	97.373	99.737
53740.00051400	Rádio FM Conquista Ltda.	181.000,00	FM	97.097	99.710
53740.00050800	Rádio Pitanga FM Ltda.	180.000,00	FM	97.081	99.708
53740.00051800	Comunicações JM Ltda.	157.500,00	FM	96.664	99.666
53740.00051600	Rádio Canons FM Ltda.	150.000,00	FM	96.497	99.650
53740.00051700	Alto da Colina FM Ltda.	51.000,00	FM	89.698	98.970
53740.00050100	Televisão Guararapes Ltda.	35.120,00	FM	85.070	98.507

Concorrência n.º 031/2000-SSR/MC, Localidade de Reserva/PR.

Nº do Processo	Proponentes	Valor Ofertado	Serviço	PP	VP
53740.00052000	Rádio Reserva FM Ltda.	219.388,00	FM	97.721	99.772
53740.00051900	Rádio Origueira Ltda.	123.000,00	FM	95.935	99.593
53740.00052100	Rádio Clube Reservense Ltda.	61.188,00	FM	91.828	99.183
53740.00050100	Televisão Guararapes Ltda.	35.274,00	FM	85.825	98.583
53740.00049800	Rádio Diocesana Ltda.	128.000,00	FM	96.094	95.559

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, em conformidade com o Edital de Licitação, torna público os resultados da pontuação das Propostas de Preços pela Outorga (PP) e do Valor Ponderado (VP) atribuído a cada licitante da(s) Concorrência(s) conforme Anexo(s) I e II.

Os autos dos processos estarão com vista franqueada na Comissão Especial de Licitação, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 104, Ed. Sede, Brasília/DF, local este onde deverão ser protocolizados os eventuais recursos.

A contagem do prazo de cinco dias úteis, para a interposição de eventuais recursos, dar-se-á a partir desta publicação, conforme o subitem 13.6 do Edital, bem como nos termos do artigo 109, inciso I, alínea "b" e §5º e artigo 110, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Brasília - DF, 26 de abril de 2010.
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão

ANEXO I

Concorrência n.º 036/2009-CEL/MC, Localidade de Rio Bonito do Iguçu/PR.

Processo Nº :	Proponente(s)	Valor Ofertado	Serviço	PP	VP
53000.007816/10	Catania FM Ltda.	906.000,00	FM	95.01543	99.50154
53000.007811/10	Rio Bonito Comunicações Ltda.	658.000,00	FM	93.13675	99.31368
53000.007818/10	Rádio Liderança FM Ltda.	382.020,00	FM	88.17859	98.81786
53000.007813/10	Martins Fuyad Radiodifusão Ltda.	333.035,00	FM	86.43981	98.64398
53000.007812/10	JGR Telecomunicações Ltda.	313.000,00	FM	85.57183	98.55718
53000.007815/10	Rádio Jovem Prata Ltda.	302.000,27	FM	85.04632	98.50463
53000.007814/10	Rádio Anapêlar Ltda.	222.000,00	FM	79.65758	97.96576
53000.007810/10	Rádío 90.1 FM Ltda.	102.000,00	FM	55.72533	95.57253

ANEXO II

Concorrência n.º 039/2009-CEL/MC, Localidade de Bom Jardim/RJ.

Processo Nº :	Proponente(s)	Valor Ofertado	Serviço	PP	VP
53000.008528/10	V.R.D. Empresa de Radiodifusão Ltda.	1.500.000,00	FM	92.11271	99.21127
53000.008534/10	VCP Comunicações Ltda.	987.412,00	FM	88.01824	98.80182
53000.008530/10	Rádío Monte São Ltda.	721.500,00	FM	83.60231	98.36023

RESULTADOS DE PROPOSTAS TÉCNICAS

A Comissão Especial de Licitação, nos termos da Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, em conformidade com os Edital(s) de Licitação, torna público, por meio deste Aviso, o(s) resultado(s) da pontuação da(s) Proposta(s) Técnica(s) da(s) licitante(s) habilitada(s) conforme Anexo(s) I, II, III e IV.

Os autos do(s) processo(s) estarão disponíveis na Secretaria da Comissão Especial de Licitação, Sobreloja - sala 104, Ministério das Comunicações, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Sede, Brasília/DF.

Os eventuais recursos deverão ser protocolizados no Protocolo Geral deste Ministério, sendo que a contagem do prazo de cinco dias úteis terá início a partir do primeiro dia útil seguinte à presente publicação, nos termos dos artigos 109, inciso I, alínea "b" e 110, §5º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e subitem 13.6 do Edital.

Brasília - DF, 26 de abril de 2010.
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032010042700141

ANEXO I

Concorrência n.º 055/2009-CEL/MC, Localidade de Capela/SE.

Proponentes	Serviço	Nº do Processo	P. Téc	Resultado
TOTAL - Comunicação, Publicidade e Produções Artísticas Ltda.	FM	53000.013924/10	100,00000	CLASSIFICADA
Sistema de Comunicações de Rádio AM/FM e TV Ltda.	FM	53000.013911/10	100,00000	CLASSIFICADA
Rede Ilha de Comunicação Ltda.	FM	53000.013920/10	100,00000	CLASSIFICADA
Mega FM Ltda.	FM	53000.013915/10	100,00000	CLASSIFICADA
FM Tobias Barreto Almeida Reis Ltda.	FM	53000.013913/10	100,00000	CLASSIFICADA
Empresa de Radiodifusão Conquista Ltda.	FM	53000.013912/10	100,00000	CLASSIFICADA
Comunicações Maranhenses Ltda.	FM	53000.013233/10	100,00000	CLASSIFICADA
Ocean Comunicação Digital SE Ltda.	FM	53000.13926/10	100,00000	CLASSIFICADA

ANEXO II

Concorrência n.º 056/2009-CEL/MC, Localidade de Unhaúba/SE.

Proponentes	Serviço	Nº do Processo	P. Téc	Resultado
Sistema de Comunicações de Rádio AM/FM e TV Ltda.	FM	53000.014326/10	100,00000	CLASSIFICADA
Rede Ilha de Comunicação Ltda.	FM	53000.014328/10	100,00000	CLASSIFICADA
FM Tobias Barreto Almeida Reis Ltda.	FM	53000.014335/10	100,00000	CLASSIFICADA
Empresa de Radiodifusão Conquista Ltda.	FM	53000.014325/10	100,00000	CLASSIFICADA
Comunicações Maranhenses Ltda.	FM	53000.014331/10	100,00000	CLASSIFICADA
TOTAL - Comunicação, Publicidade e Produções Artísticas Ltda.	FM	53000.014329/10	100,00000	CLASSIFICADA

ANEXO III

Concorrência n.º 057/2009-CEL/MC, Localidade de Santa Clara D'Oeste/SP.

Proponentes	Serviço	Nº do Processo	P. Téc	Resultado
Empresa de Radiodifusão Conquista Ltda.	FM	53000.014650/10	100,00000	CLASSIFICADA
Morces Serviços de Comunicação Ltda.-ME	FM	53000.014655/10	100,00000	CLASSIFICADA
Sistema Max de Comunicações Ltda.	FM	53000.014658/10	100,00000	CLASSIFICADA
Sintonia Entre Amigos Radiodifusão Ltda.	FM	53000.014660/10	100,00000	CLASSIFICADA

ANEXO IV

Concorrência n.º 058/2009-CEL/MC, Localidade de Bilac/SP.

Proponentes	Serviço	Nº do Processo	P. Téc	Resultado
NSTV Sistema de Comunicações Ltda.	FM	53000.015295/10	100,00000	CLASSIFICADA
Rádio a Voz do Vale Paranaense Ltda.	FM	53000.015296/10	100,00000	CLASSIFICADA
Sistema Regional de Comunicação Andradina Ltda.-ME	FM	53000.015297/10	100,00000	CLASSIFICADA
Sota Comunicação Ltda.	FM	53000.015298/10	100,00000	CLASSIFICADA
Ocean Comunicação Digital SE Ltda.	FM	53000.015299/10	100,00000	CLASSIFICADA
Morces Serviços de Comunicação Ltda.-ME	FM	53000.015300/10	100,00000	CLASSIFICADA
LD Sistema de Comunicação Ltda.	FM	53000.015301/10	100,00000	CLASSIFICADA
Empresa de Radiodifusão Ursa Maior Ltda.	FM	53000.015303/10	100,00000	CLASSIFICADA

SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 12/2010

Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de Material de Expediente para ressuprimento do Almoarifado. Total de Itens Licitados: 00096 - Edital: 27/04/2010 de 08h00 às 12h00 e de 14h às 17h00 - ENDEREÇO: Esplanada dos Ministérios, Bloco "R", sala 111 - sobreloja, Plano Piloto - BRASÍLIA - DF. Entrega das Propostas: a partir de 27/04/2010 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 10/05/2010 às 09h30 site www.comprasnet.gov.br

SANTIAGO CARVALHO GUEDES
Pregoeiro

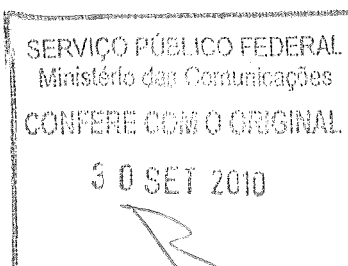
(SIDEAC - 26/04/2010) 410003-00001-2010NE900067

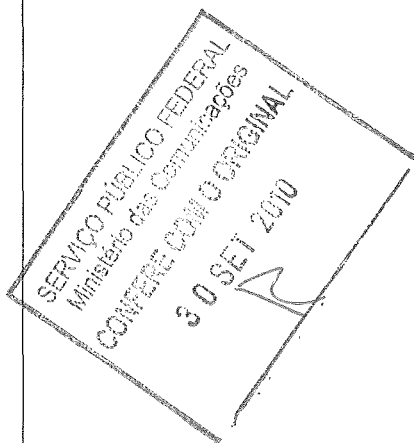
AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
PRESIDÊNCIA EXECUTIVA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Segundo Termo Aditivo ao Contrato APC nº 008/2008-Anatel; Data de Assinatura: 14/04/2010; Contratada: 14 PROCESSAMENTO E SISTEMAS DE INFORMAÇÕES LTDA; Vigência: 23/04/2010 a 22/04/2011; Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato, por um período de 12 (doze) meses, a partir de 23/04/2010; Fundamento Legal: art. 57, II da Lei 8.666/93; Valor do Contrato: R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais); Processo nº 53500.005848/2007.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





Nesta data anexo aos autos do processo de
nº 53000.014655/10 a documentação
a seguir constituída de 64 01 folhas
que assim numerei: 104 120
Data: 28 104 120
Nome: _____
Assinatura: P



ANEXO I

Concorrência n.º 016/2009-SSR/MC, Localidade de Olho D'Água das Cunhãs/MA.

Proponentes	Serviço	N.º do Processo	P. Tce	Resultado
Comunicações Maranhenses Ltda-ME	FM	530001058819/09	-	DESC. CLASSIFICADA
Nossa Rádio de Igeraim FM Ltda.	FM	530001058818/09	-	DESC. CLASSIFICADA

ANEXO II

Data da Reunião	Horário	Concorrência N.º	Localidade	Local
10/05/2010	11h00	CEL/MC 016/2009	Olho D'Água das Cunhãs/MA	Espanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 110, Ed. Sede, Brasília/DF

A Comissão Especial de Licitação, nos termos da Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, em conformidade com o Edital(s) de Licitação, torna público, por meio deste Aviso, o(s) resultado(s) da pontuação da(s) Proposta(s) Técnica(s) e da(s) habilitação(s) conforme Anexo(s) I.

Os auto(s) do(s) processo(s) estarão disponíveis na Secretaria da Comissão Especial de Licitação, Sobreloja - sala 104, Ministério das Comunicações, no seguinte endereço: Espanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Sede, Brasília/DF.

Os eventuais recursos deverão ser protocolizados no Protocolo Geral deste Ministério, sendo que a contagem do prazo de cinco dias úteis terá início a partir do primeiro dia útil seguinte à presente publicação, nos termos dos artigos 109, inciso I, alínea "b" e 110, §5º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e subitem 13.6 do Edital.

Brasília - DF, 27 de abril de 2010.
ALVIMIR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão

ANEXO I

Concorrência n.º 057/2009-CEL/MC, Localidade de Santa Clara D'Oeste/SP.

Proponentes	Serviço	N.º do Processo	P. Tce	Resultado
LD Sistema de Comunicação Ltda.	FM	530001014653/10	-	CLASSIFICADA

**SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 15/2010

N.º Processo: 53000.03289/2009. Contratante: MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - CNPJ Contratado: 24926973000103. Contratado: LINK-DATA INFORMATICA E SERVIÇOS LTDA. Objeto: Contratação de empresa especializada em tecnologia da informação, para prestar serviços de manutenção de software, gerenciador de almoxarifado e patrimônio do Ministério das Comunicações. Fundamento Legal: Lei Vigência: 26/04/2010 a 25/04/2011. Valor Total: R\$167.988,00. Fonte: 100000000 - 2010NE900455. Data de Assinatura: 26/04/2010.

(SICON - 27/04/2010) 410003-00001-2010NE900067

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2010

Número do Contrato: 32/2009. N.º Processo: 53000.009476/2009. Contratante: MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - CNPJ Contratado: 33641663000144. Contratado: FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS - Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 032/2009-MC por mais 30 (trinta) dias a contar de 07/04/2010. Fundamento Legal: Inciso IV do § 1º do Artigo 57 da Lei nº 8.666/1993. Vigência: 07/04/2010 a 06/05/2010. Data de Assinatura: 06/04/2010.

(SICON - 27/04/2010) 410003-00001-2010NE900067

**AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
PRESIDÊNCIA EXECUTIVA**

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato ADADI nº 7/2010 - Anatel; Data de Assinatura: 26/04/2010; Contratada: Mafra Ribeiro Construções e Metalurgia Ltda; Vigência: 140 (cento e quarenta) dias, a contar da data de sua assinatura; Objeto: Prestação de serviços de vedação dos montantes principais e das placas de aço das fachadas envidraçadas dos Blocos "E" e "H" do Complexo Sede da Anatel, em Brasília/DF; Pregão Amplo; Fundamento Legal: Lei nº 9.472/97, Resolução nº 005/98 - Regulamento de Contratações da Anatel, Instrução Normativa nº 02/2008 e pela Lei nº 8.666/93; Valor do Contrato: R\$ 320.000,00; Processo nº 53500.027012/2007.

**SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO-
GERAL
GERÊNCIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO AMPLO Nº 6/2010**

A Anatel, CNPJ nº 02.030.715/0001-12, torna público que realizará o Pregão em 10/05/2010, às 9 horas, cujo objeto é a contratação de empresa gráfica para executar serviços de impressão do Relatório Anual 2009. O Edital estará disponível a partir de 28/03/2010, às 14 horas, no Edifício Sede da Anatel, SAUS Quadra 06, Bloco "H", 3º andar, das 9 às 11 e das 15 às 17 horas e no site da Anatel, endereço: www.anatel.gov.br, seção: Espaço do Cidadão - Interação com a Sociedade - Licitações - Editais em Andamento - de aquisição/alienação.

ALENCASTRO GUIMARÃES DE BRITO
Pregoeiro

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/atomica/di.html>, pelo código 00032010042800111

**SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA
E FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO
ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO
DO AMAZONAS**

EXTRATO DE ADITAMENTO

Segundo Aditivo ao Contrato ER11 Nº 006/2008-Anatel. Data de Assinatura: 23 de abril de 2010. Contratada: Ar Norte - Refrigeração e ar condicionado LTDA. Vigência: 23/04/2010 a 24/04/2011. Objeto: prorrogação do prazo de vigência por um período de 12 (doze) meses. Valor anual estimado de R\$ 16.400,00. Fundamento legal: do disposto do Artigo 57º, inciso II da Lei nº 8.666/93. Programa de Trabalho: Fiscalização da Prestação dos Serviços de Telecomunicações. Nota de Empenho nº 2010NE000142. Signatários pela Contratante: José Gomes Pires e Maria Jeannett Souza da Silva, e pela Contratada: Síltonio Pereira da Cunha.

**ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO
DE SÃO PAULO
APOIO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO**

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato ER01 nº 01/2010-ANATEL; Data de assinatura: 20/04/2010; Contratada: Emitec Telecomunicações Ltda EPP; Vigência: 20/04/2010 a 19/04/2011; Objeto: prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva e o devido ajuste de equipamentos instalados nas dependências do ER01; Fundamento legal: Art. 55 e 57, da Lei nº 9.472/97, Art. 32 da Resolução nº 5/98; Nota de Empenho: 2010NE000207, de 06/04/2010; Elemento de despesa: 33.90.39; Programa de trabalho: 24.125.1157.2424.0001; Valor total do contrato: R\$ 20.342,28; Processo nº 53504.029823/2008; Signatários: pela contratante, Everaldo Gomes Ferreira e Apurecida Taguchi e, pela contratada, Fernando Delgado.

**ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DO RIO
DE JANEIRO**

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO DE 19 DE ABRIL DE 2010

Edital ER02OT nº 1/2010. Notificamos os autorizados de serviços de telecomunicações, constantes da relação anexa, uma vez que não foi possível o recebimento dos Ofícios de Notificação, expedido pelo Gerente do Escritório Regional no Estado do Rio de Janeiro, por via postal, em razão de ter sido constatado que a entidade não cumpriu a determinação contida no artigo 16 da Resolução nº 255, de 29 de março de 2001, que prevê a perda do direito do uso da radiofrequência e do serviço correspondente, em razão do não pagamento da Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF. A Situação descrita constitui descumprimento de obrigações impostas pela legislação vigente, ficando a entidade sujeita à pena de caducidade, prevista nos artigos 51, 140, 173 e seguintes da Lei nº 9.472, de 17 de julho de 1997 - Lei Geral de Telecomunicações. Por força do disposto no inciso II, do artigo 77, do Regimento Interno da ANATEL, aprovado pela Resolução nº 270, de 19 de julho de 2001, fica consignado à entidade o prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação da presente notificação, para, querendo, apresentar sua defesa e produzir provas, relacionadas à infração acima descrita, perante esta Gerência. A referida documentação deverá ser entregue no protocolo da ANATEL, considerando o encampamento a esta Gerência, localizada no Praça XV de Novembro nº 20 9º e 10º andares - Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-010.

-LIMITADO PRIVADO - (53508.002708/2010).

CPF	Nome do Devidor	Número Fiel
03.203.558/0001-00	FORÇA VIP VIGILÂNCIA E TRANSMISSÃO DE VALORES LTDA	5002191137

Edital ER02OT nº 2/2010. Notificamos os autorizados de serviços de telecomunicações, constantes da relação anexa, uma vez que não foi possível o recebimento dos Ofícios de Notificação, expedido pelo Gerente do Escritório Regional no Estado do Rio de Janeiro, por via postal, em razão de ter sido constatado que a entidade não cumpriu a determinação contida no artigo 16 da Resolução nº 255, de 29 de março de 2001, que prevê a perda do direito do uso da radiofrequência e do serviço correspondente, em razão do não pagamento da Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF. A Situação descrita constitui descumprimento de obrigações impostas pela legislação vigente, ficando a entidade sujeita à pena de caducidade, prevista nos artigos 51, 140, 173 e seguintes da Lei nº 9.472, de 17 de julho de 1997 - Lei Geral de Telecomunicações. Por força do disposto no inciso II, do artigo 77, do Regimento Interno da ANATEL, aprovado pela Resolução nº 270, de 19 de julho de 2001, fica consignado à entidade o prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação da presente notificação, para, querendo, apresentar sua defesa e produzir provas, relacionadas à infração acima descrita, perante esta Gerência. A referida documentação deverá ser entregue no protocolo da ANATEL, considerando o encampamento a esta Gerência, localizada no Praça XV de Novembro nº 20 9º e 10º andares - Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-010.

-LIMITADO PRIVADO ESTAÇÕES ITINERANTES - (53508.002710/2010).

CNPJ/CPF	Nome	Fiel
01.040.272/0001-09	ASSESSORIA TRINTA E TRÊS LTDA ME	5001.0044610
03.218.835/0001-75	C & L SERVICOS E ASSESSORIA TECNICA LTDA ME	5001.0096950

Edital ER02OT nº 3/2010. Notificamos os autorizados de serviços de telecomunicações, constantes da relação anexa, uma vez que não foi possível o recebimento dos Ofícios de Notificação, expedido pelo Gerente do Escritório Regional no Estado do Rio de Janeiro, por via postal, em razão de ter sido constatado que a entidade não cumpriu a determinação contida no artigo 16 da Resolução nº 255, de 29 de março de 2001, que prevê a perda do direito do uso da radiofrequência e do serviço correspondente, em razão do não pagamento da Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF. A Situação descrita constitui descumprimento de obrigações impostas pela legislação vigente, ficando a entidade sujeita à pena de caducidade, prevista nos artigos 51, 140, 173 e seguintes da Lei nº 9.472, de 17 de julho de 1997 - Lei Geral de Telecomunicações. Por força do disposto no inciso II, do artigo 77, do Regimento Interno da ANATEL, aprovado pela Resolução nº 270, de 19 de julho de 2001, fica consignado à entidade o prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação da presente notificação, para, querendo, apresentar sua defesa e produzir provas, relacionadas à infração acima descrita, perante esta Gerência. A referida documentação deverá ser entregue no protocolo da ANATEL, considerando o encampamento a esta Gerência, localizada no Praça XV de Novembro nº 20 9º e 10º andares - Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-010.

-Móvel Marítimo (Estações de Navio) (53508.002737/2010).

CPF	Nome do Devidor	Número Fiel
629.051.807-06	ADALTO PEREIRA DA SILVA	80100836350
308.263.548-69	ALBERTO ANGELO DE JESUS	80104943925
017.604.652-20	ALDAN JOSE SAMUEL LEMOS	80104429261
026.818.247-41	ALCIDO LEAL DA CUNHA	80103469390
076.597.017-65	ALVARO MARCELO TEIXEIRA FRANCISCO	80103344721
434.771.573-53	ANTONIO FERREIRA MACHADO	80102604711
216.263.807-34	ARNALDO ESTEVES FREITAS DE SILVA	80103337112
397.269.837-20	AUGUSTO JOSE MACHADO	80101160012
077.631.417-90	CARLOS EDUARDO DE ALMEIDA	80102920000
080.871.507-08	CARLOS ROBERTO FERNANDES JUNIOR	80102920001
59.553.313/0001-08	CAIL SHOW PRODUÇÕES LTDA	80103337792

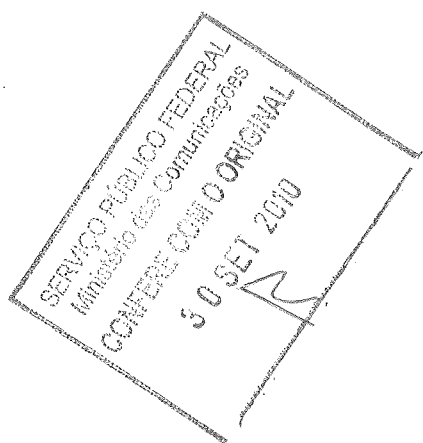
Edital ER02OT nº 4/2010. Notificamos os autorizados de serviços de telecomunicações, constantes da relação anexa, uma vez que não foi possível o recebimento dos Ofícios de Notificação, expedido pelo Gerente do Escritório Regional no Estado do Rio de Janeiro, por via postal, em razão de ter sido constatado que a entidade não cumpriu a determinação contida no artigo 16 da Resolução nº 255, de 29 de março de 2001, que prevê a perda do direito do uso da radiofrequência e do serviço correspondente, em razão do não pagamento da Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF. A Situação descrita constitui descumprimento de obrigações impostas pela legislação vigente, ficando a entidade sujeita à pena de caducidade, prevista nos artigos 51, 140, 173 e seguintes da Lei nº 9.472, de 17 de julho de 1997 - Lei Geral de Telecomunicações. Por força do disposto no inciso II, do artigo 77, do Regimento Interno da ANATEL, aprovado pela Resolução nº 270, de 19 de julho de 2001, fica consignado à entidade o prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação da presente notificação, para, querendo, apresentar sua defesa e produzir provas, relacionadas à infração acima descrita, perante esta Gerência. A referida documentação deverá ser entregue no protocolo da ANATEL, considerando o encampamento a esta Gerência, localizada no Praça XV de Novembro nº 20 9º e 10º andares - Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-010.

CPF	Nome do Devidor	Número Fiel
09.975.937-68	JOSE CARLOS SARAYIA GONCALVES	01011548769

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

30 SET 2010



Nesta data anexeí aos autos do processo de
nº 53000-14659/19 (uniao) a documentação
a seguir constituída de 02 folhas,
que assim numerei: 65

Data: 05

Nome: 05

Assinatura: 05



134

ISSN 1677-7069

Diário Oficial da União - Seção 3

Nº 84, quarta-feira, 5 de maio de 2010

EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

Nº. 01.006.033/2009-A - Primeiro Termo Aditivo firmado com APTA ENGENHARIA E PROJETOS LTDA. OBJETO: Aditar o contrato para prorrogar o prazo contratual por mais 90 (noventa) dias consecutivos, a contar de 31 de março de 2010, consoante art. 65, II, da Lei 8.666/93, consolidada. Processo Administrativo nº. 2112/2008. Assinatura: 30/03/2010.

CONTRATO Nº. 03.120.049/2009-A - Primeiro Termo Aditivo firmado com ATM CONSTRUÇÕES LTDA. OBJETO: Aditar o contrato originário, para prorrogar o prazo de execução contratual em mais 90 (noventa) dias consecutivos, a contar de 23/04/2010, consoante art. 65, II, da Lei 8.666/93 consolidada. Processo Administrativo nº. 0372/2008. Assinatura: 22/04/2010.

Nº. 01.050.008/2009-B - Segundo Termo Aditivo firmado com CISAL CONSTRUÇÕES E INSTALAÇÕES LTDA. OBJETO: Aditar o contrato para prorrogar o prazo contratual por mais 90 (noventa) dias consecutivos, a contar de 12 de fevereiro de 2010, consoante art. 65, II, da Lei 8.666/93, consolidada. Processo Administrativo nº. 2003/2008. Assinatura: 12/02/2010.

EDITAL Nº 19, DE 3 DE MAIO DE 2010
CONCURSO PÚBLICO

O Diretor-Presidente da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A, doravante denominada Trensurb, com sede à Av. Ernesto Neugebauer, 1985, Porto Alegre, RS, CEP 90250-140, no uso de suas atribuições legais e artigo nº 36, letra "g", do Estatuto Social da Empresa, torna pública o candidato convocados para a Avaliação Médica Admissional, etapa de caráter eliminatório, o qual deverá comparecer de 05.05.2010 à 07.05.2010, das 8h30min às 12h e das 13h30min às 16h30min, no Setor de Pessoal (SEPPS) da Trensurb, sito à Av. Ernesto Neugebauer, 1985, Prédio de Apoio Administrativo - Bairro Humaitá, Porto Alegre, CEP 90250-140 (com acesso, também, pela Estação Aeroporto - Trensurb). O candidato aprovado na etapa de AVALIAÇÃO MÉDICA ADMISSIONAL, submeter-se-á ao cumprimento da etapa de CHECAAGEM DE PRÉ-REQUISITOS E COMPROVAÇÃO DE DOCUMENTOS - etapa de caráter eliminatório, enumerados no item 4, Edital nº 001/2009. O não comparecimento do candidato para a realização da Avaliação Médica Admissional e/ou Checaagem de Pré-Requisitos e Comprovação de Documentos e/ou, o não atendimento a todos os pré-requisitos associados ao cargo, no prazo estabelecido pela Trensurb, resultará na eliminação do candidato no Concurso Público, na forma do item 12.1.2 - do Edital nº 001/2009. Cargo: técnico em gestão - função: técnico de contabilidade: 2º Marisa de Lima Cantini.

MARCO ARILDO PRATES DA CUNHA

EDITAL Nº 20, DE 4 DE MAIO DE 2010
CONCURSO PÚBLICO

O Diretor-Presidente da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A, doravante denominada Trensurb, com sede à Av. Ernesto Neugebauer, 1985, Porto Alegre, RS, CEP 90250-140, no uso de suas atribuições legais e artigo nº 36, letra "g", do Estatuto Social da Empresa, torna pública o resultado final do Concurso Público para o Cargo Técnico Industrial Função Técnico em Eletrotécnica constantes no Anexo I do Edital nº 001/2009 que possui como etapas a Prova Objetiva e a Avaliação Psicológica.

1. DIVULGAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL
Somente para o Cargo: TT08 - Técnico Industrial/Função Técnico em Eletrotécnica e dentro do número de vagas previstas no Edital nº 001/2009 - considerando vagas previstas, o total de vagas para provimento imediato e cadastro reserva. Os candidatos aprovados, mas excedentes ao número de vagas estão eliminados do concurso público.
Legenda: CE - Conhec. Específico, LP - Língua Portuguesa, Mat. - Matemática, NO - Nota da Objetiva.
Cargo: TT08 - Técnico Industrial/Função Técnico em Eletrotécnica
Vaga: Ampla Concorrência

Índice	Insc.	Nome	Doc.	LP	Mat.	CE	NO	Final	Classif.	Situação
9140748	JOSE	JOSE EVARISTO DOS SANTOS ROSSONI	24/03/89	N	11	10	24	52	3	Cad. Reserva
9140749	MARLON	MARLON PERES KLUG	08/12/79	N	12	7	22	51	2	Cad. Reserva
9077934	TIAGO	TIAGO SAMUEL FEIX	16/02/88	N	10	8	22	48	4	Cad. Reserva
908419	IRILINDO	IRILINDO KOTCH SCHMITT	20/09/81	N	13	8	18	46	4	Cad. Reserva
9113380	FERNANDO	FERNANDO MENDES DA ROSA	07/07/86	N	9	8	18	45	5	Cad. Reserva
9083003	JOSE	JOSE ADRIANO BRAGA MACHADO	15/10/82	N	7	8	20	43	6	Cad. Reserva
908416	MARCIO	MARCIO DE CAMARGO	26/09/85	N	13	7	16	43	7	Cad. Reserva
9058125	MATHEUS	MATHEUS BEIKHAN	03/01/86	N	8	7	18	42	8	Cad. Reserva
9063641	JADER	JADER DOS SANTOS PINTO	20/07/79	N	11	8	16	42	9	Cad. Reserva
9184309	TIAGO	TIAGO HENRIQUE BRUNZEN	14/02/89	N	8	10	16	42	10	Cad. Reserva
9113175	DEIVIS	DEIVIS HANSEN	06/12/86	N	8	9	16	42	11	Cad. Reserva
9000432	WILLIAN	WILLIAN RAPOSO DE MEDEIROS	13/12/86	N	8	8	16	42	12	Cad. Reserva
9145575	MARCELO	MARCELO ROSENBERGER	31/05/86	N	9	9	16	42	13	Cad. Reserva
9156810	CRISTIANE	CRISTIANE DE CARVALHO SILVA	31/03/85	N	6	7	20	41	14	Cad. Reserva
9068484	LUIS	LUIS CARLOS THIAGO DA SILVA	02/07/85	N	8	5	18	41	15	Cad. Reserva
9251528	MARCEL	MARCEL LEAO PEREIRA	13/12/79	N	7	9	18	41	16	Cad. Reserva
9071001	RONAS	RONAS FREITAS FELIO	12/03/91	N	6	10	18	41	17	Cad. Reserva
9123857	IVAN	IVAN CARLOS RECH	10/08/85	N	7	9	16	41	18	Cad. Reserva
9040315	LUIS	LUIS RENE GOUART DIHL	25/07/87	N	8	7	20	40	19	Cad. Reserva
9084884	DIEGO	DIEGO FERNANDO SOARES DA SILVA	05/05/84	N	8	6	20	40	20	Cad. Reserva
9204105	GILMAR	GILMAR CAROSO DE ALMEIDA	14/08/83	N	7	7	20	40	21	Cad. Reserva
9011276	ALISON	ALISON FERNANDO SOUZA COLLEONI	06/08/76	N	12	7	16	40	22	Cad. Reserva
9021116	CESAR	CESAR CLASSE DA ROSA	14/05/81	N	9	6	18	39	23	Cad. Reserva
9064013	DANIEL	DANIEL LUIS LINDEMMEYER	14/06/86	N	9	4	18	39	24	Cad. Reserva
9197460	FABIO	FABIO TEIXEIRA LIMA	15/02/84	N	6	7	18	39	25	Cad. Reserva
9030082	LEONARDO	LEONARDO EVALDY BOFF	07/10/80	N	7	9	16	39	26	Cad. Reserva
9008462	BRUNO	BRUNO DA SILVA ROSA	02/07/80	N	7	8	16	39	27	Cad. Reserva
9015717	HELENTON	HELENTON ISAAC GALINDO RIVEROS	19/02/81	N	11	4	16	38	28	Cad. Reserva
9110178	GABRIELA	GABRIELA MENDES	03/11/81	N	8	7	16	37	29	Cad. Reserva
9009221	FELIPE	FELIPE FALCONI PARMIGIANI	20/06/85	N	7	4	16	37	30	Cad. Reserva
9082536	DOUGLAS	DOUGLAS REUS DA SILVEIRA	19/07/85	N	7	7	16	36	31	Cad. Reserva
9010386	MARCUS	MARCUS SEVERO DE SOUZA GONCALVES	26/10/88	N	7	8	16	36	32	Cad. Reserva
9004378	RENATO	RENATO NOGUEIRA PEREIRA	26/07/84	N	6	5	16	36	33	Cad. Reserva
9121340	ALESSANDRO	ALESSANDRO CAVA ARCE	18/07/73	N	8	5	16	35	34	Cad. Reserva
9031019	PAULO	PAULO ROBERTO DA SILVA TENUTTI	04/08/86	N	8	6	16	34	35	Cad. Reserva
9205349	PAULO	PAULO CESAR TOMINI	17/03/73	N	6	4	18	33	36	Cad. Reserva
9199780	LUIS	LUIS EMILIO DA SILVEIRA SCHMIDT	23/06/80	N	6	4	16	33	37	Cad. Reserva
9201351	PAULIANO	PAULIANO MARTINS DE FRAGA	28/08/78	N	5	6	16	32	38	Cad. Reserva

Vaga: Portador de Deficiência
Não houve candidatos aprovados nesta opção.

MARCO ARILDO PRATES DA CUNHA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/atomizade.html>, pelo código 00032010050500134

AVISO DE RETIFICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 88/2010

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A - TRENSURB, vinculada ao Ministério das Cidades, torna público para fins de conhecimento dos interessados que houve retificação do resultado publicado referente ao Pregão Presencial 016/2010, publicado no DOU de 04/05/2010 seção 3, pág. 154, onde lê-se: "Empresa vencedora: RIO GRANDE EMERGENCIAS MEDICAS LTDA.", leia-se: " Empresa vencedora: RISCO ZERO ATENDIMENTOS MEDICOS DE URGENCIA LTDA." Processo 0289/2010.

Porto Alegre, 4 de maio de 2010
GABRIEL GROSS D'AMICO
Pregoeiro

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2010

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A - TRENSURB, vinculada ao Ministério das Cidades, torna público para fins de conhecimento dos interessados, o Resultado de Julgamento, referente a licitação em epígrafe. OBJETO: Aquisição de lâmpadas, LOTES 1, 3, 5 e 6 - FRACASSADOS. LOTE 2 - Empresa J. BILL COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E HIDRÁULICOS LTDA, no valor de R\$ 1.987,20 Processo nº 0391/2010.

LUCIANO DA SILVA OLIVEIRA
Pregoeiro

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

AVISOS

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, em conformidade com o(s) Edital(s), torna público que a sessão para a abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços das Proponentes classificadas, será realizada no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Subrelação - sala 104, Ed. Sede, Brasília/DF, de acordo com o indicado no quadro abaixo. Ficam convocados os participantes da licitação, bem como convidados demais interessados para acompanhar os trabalhos.

Data da Reunio	Horário	Concorrência Nº - CEL/MC	Localidade(s)	UF
10/05/2010	14h30	055/2009	Canela	SE
	14h45	056/2009	Umbaúna	SE
	15h00	057/2009	Santa Clara D'Oeste	SP
	15h15	058/2009	Bilac	SP

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, em conformidade com a legislação em vigor e Editais de Licitação, torna público o resultado de análise do(s) recurso(s) interposto(s) na fase de habilitação de proponente(s), com relação à(s) concorrência(s) e respectivo(s) serviço(s) indicado(s) no Anexo Único.

Brasília - DF, 5 de maio de 2010.
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACEDO
Presidente da Comissão

ANEXO ÚNICO

RECURSO CONTRA A HABILITAÇÃO DE TERCEIROS - CONHECIDO E PROVIDO.

Concorrência Nº - CEL/MC	Ser-Viço	Localidade(s)	UF	Recorrente	Contra Habilitação de:
003/2009	FM	Couri	AM	DMP - DESIGN MARKETING E PROPAGANDA LTDA	RÁDIO BRASIL NORTE LTDA.
004/2009	FM	Codajás	AM	FRONTEIRA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.	RÁDIO JOVEM PRATA LTDA.

SECRETARIA EXECUTIVA

EXTRATOS DE CONTRATOS

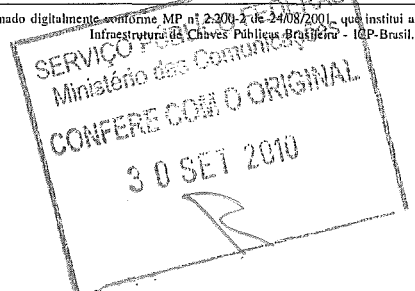
Processo nº.53.000.025.426/2008-06. Espécie: Contrato Temporário de Trabalho. Contratante: MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. Contratado: relacionado abaixo. Objeto: análise documental de processos; análise de autos de infração; assessoramento técnico; compor comissões interdisciplinares; compor comissões de licitação, entre outras que não conflitem com as atribuições exclusivas da Advocacia-Geral da União, traçadas no art. 131 da Constituição Federal. Vigência: 01/03/2010, não ultrapassando cinco anos. Retribuição mensal: importância equivalente a remuneração de Técnico de Nível Superior-Nível IV, em regime de 40 horas semanais de trabalho, nos termos da Lei 8.745/93. Signatário: FERNANDO RODRIGUES LOPES DE OLIVEIRA- Secretário Executivo, Interino.

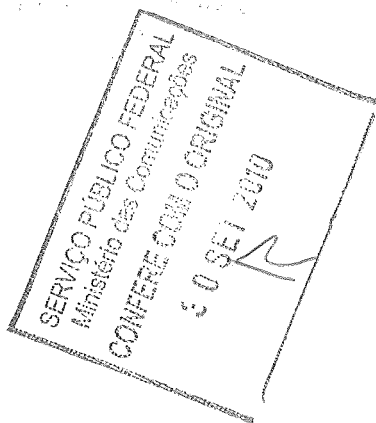
ÁREA DE FORMAÇÃO: DIREITO	CPF
FERNANDA CASTELLO BRANCO DOS SANTOS	178.559.141-53

Processo nº. 53.000.020.827/2010-86. Espécie: Contrato Temporário de Trabalho. Contratante: MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. Contratado: relacionado abaixo. Cargo: Técnico de Nível Superior - Nível IV. Extinção do contrato: a partir de 27/04/2010, nos termos da Lei 8.745/93. Signatário: FERNANDO RODRIGUES LOPES DE OLIVEIRA - Secretário Executivo, Interino.

ÁREA DE FORMAÇÃO: Direito	CPF
SABRINA LOPES DA CUNHA	017.326.141-71

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2-2007-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





Nesta data anexei aos autos do processo de
nº 53000.014655/10 a documentação
a seguir constituída de 66 10 74 folhas,
que assim numerai: 05 1 10
Data: 11 / 05 / 10
Nome: P
Assinatura: P

PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA

Proposta sintética do preço pela Outorga.

1. Razão Social da Proponente: MORAES SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA ME.
2. CNPJ/MF : 11.626.572/0001-05
3. Edital de Concorrência n.º 057/2009 – CEL/MC
4. Serviço: radiodifusão sonora em frequência modulada (FM)
5. Localidade: Santa Clara D'Oeste /SP
6. Valor Proposto: R\$ 631.100,00 (Seiscentos e Trinta e Um Mil e Cem Reais)

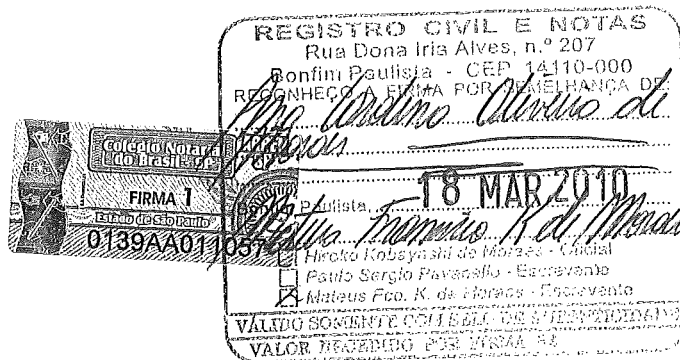


1ª Parcela : R\$ 315.500,00 (Trezentos e Quinze Mil e Quinhentos Reais)

2ª Parcela : R\$ 315.500,00 (Trezentos e Quinze Mil e Quinhentos Reais)

Ribeirão Preto, 15 de Março de 2010

ANA CAROLINA OLIVEIRA DE MORAES
SÓCIO-PROPRIETÁRIA
CPF n.º 369.275.498-11



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE ORIGINAL
30 SET 2009

CONJUNTO 3 - PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA
Edital da Concorrência n.º 057/2009 - CEL/MC
SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO

Localidade de Prestação do Serviço: **Santa Clara D'Oeste /SP**

Razão Social da Proponente: **MORAES SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA ME**

Conteúdo:

CEL - 11
67
Comunicações



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

CEL/MC
68
Comunicações

ATA DE REUNIÃO Nº 190/2010

SESSÃO DE ABERTURA DE INVÓLUCRO(S) E JULGAMENTO DE PROPOSTA(S)
DE PREÇO.

CONCORRÊNCIA Nº 057/2009/CEL/MC

SERVIÇO: FM – CANAL: 225 – CLASSE: C – GRUPO: A

PREÇO MÍNIMO: R\$ 57.266,35

LOCALIDADE(S): SANTA CLARA D'OESTE/SP



Em 10 de maio de 2010, segunda-feira às 15h00 (quinze horas), na sala de Reunião da Comissão Especial de Licitação - CEL/MC, situada na sobreloja, sala 110 do Edifício sede do Ministério das Comunicações, Bloco "R" da Esplanada dos Ministérios, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, instituída por meio da Portaria MC Portaria MC nº 432, de 24/07/2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, com a participação de seu Presidente Alvimar Bertrand D. G. de Macedo, Vice-Presidente, Eriko Mendes Domenici e dos membros Edmar de Freitas Machado e José Adilson Bezerra Torquato, com o objetivo de realizar a **abertura do(s) invólucro(s) contendo proposta(s) técnica(s) e de preço da(s) proponente(s) habilitada(s) na Concorrência nº 056/2009-CEL/MC**, que visa à outorga de permissão para a exploração do serviço de radiodifusão de sonora em frequência modulada (FM), na localidade de **SANTA CLARA D'OESTE/SP**, conforme convocação publicada no DOU de 05/05/2010, Número 84, Seção "3", Página 134, para sessão de abertura e julgamento de proposta(s) de preço, sendo desenvolvidas as atividades a seguir: (1) Assinatura da(s) lista(s) de presença das proponentes e do público que serão anexada(s) a presente Ata. (2) Conferência do malote de cor verde do tipo padrão ECT sob o n.º CX31333609-1, sendo constatada a sua integridade. (3) Abertura do malote e conferência do envelope tipo *starlock* de nº 4592137, sendo constatada sua integridade. (4) Abertura do envelope plástico citado e conferência dos invólucros contendo as propostas de preço dos licitantes; sendo constatada a integridade de todos eles. (5) Abertura do(s) invólucro(s) lacrado(s) contendo a(s) proposta(s) de preço(s) da(s) seguinte(s) empresa(s): MORAES SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA-ME, Processo nº 53000.014655/10, SISTEMA MAX DE COMUNICAÇÕES LTDA., Processo nº 53000.014658/10, SINTONIA ENTRE AMIGOS RADIODIFUSÃO LTDA., Processo nº 53000.014660/10, EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA., Processo nº 53000.014650/10, L.D. SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA., Processo nº 53000.014653/10. (6) A documentação foi rubricada por todos os membros da Comissão Especial de Licitação e público presente. (7) Apuração e registro em planilha eletrônica do(s) valor(es) ofertado(s) pela outorga na(s) localidade(s) conforme segue: MORAES SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA-ME, R\$ 631.100,00 (seiscentos e trinta e um mil e cem reais), SISTEMA MAX DE COMUNICAÇÕES LTDA., R\$ 287.500,00 (duzentos e oitenta e sete mil e quinhentos reais), SINTONIA ENTRE AMIGOS RADIODIFUSÃO LTDA., R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA., R\$

[Assinatura]

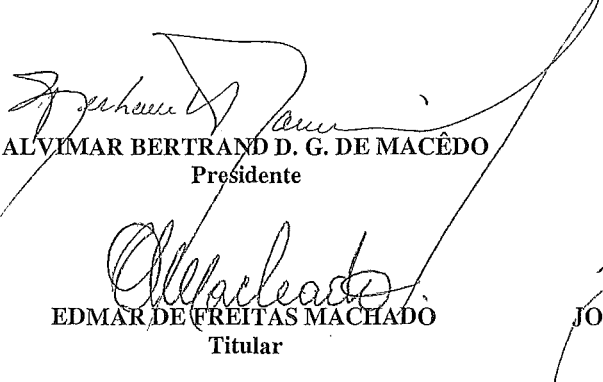
[Assinatura]




SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

69
CEL

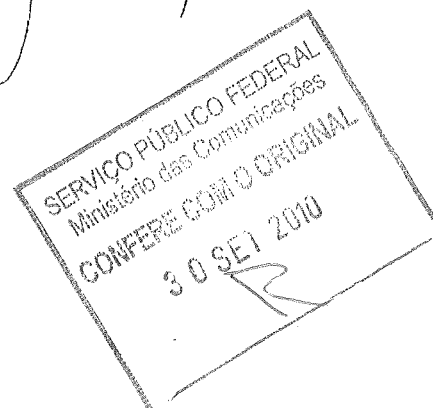
132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais), L.D. SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA., R\$ 365.785,00 (trezentos e sessenta e cinco mil e setecentos e oitenta e cinco reais). (8) Impressão, leitura e aprovação do documento denominado “**Classificação das Proponentes (Média Ponderada)**”, que segue em anexo, que aponta o **valor da média ponderada (VP) da pontuação da proposta técnica (PT) e da proposta de preço pela outorga (PP)** de cada proponente. (9) A Comissão Especial de Licitação, por unanimidade de votos, propôs como vencedora a concorrente que obteve o maior **Valor Ponderado (VP)**, qual seja, MORAES SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA-ME. Nada mais havendo a acrescentar, o Presidente deu por encerrada a presente sessão às 15h12 (quinze horas e doze minutos), sendo lavrada a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Vice-Presidente e membros Titulares da Comissão.


ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente


ERIKO MENDES DOMENICI
Vice-Presidente


EDMAR DE FREITAS MACHADO
Titular


JOSÉ ADILSON BEZERRA TORQUATO
Titular





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – CEL

FOLHA Nº ____/____

CONCORRÊNCIA Nº 057/2009–CEL/MC

SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA(S) DE PREÇO(S)

LISTA DE PRESENÇA DAS PROPONENTES

DATA: 10/05/2010

SERVIÇO : FREQUÊNCIA MODULADA (FM)

LOCALIDADE : SANTA CLARA D'OESTE/SP.

Razão Social da Proponente	Nome do representante legal ou Procurador	Assinatura	Rubrica	RG nº/UF	Cargo
					Sócio/Acionista ()
					Procurador ()
					Sócio/Acionista ()
					Procurador ()
					Sócio/Acionista ()
					Procurador ()
					Sócio/Acionista ()
					Procurador ()
					Sócio/Acionista ()
					Procurador ()

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
30 SET 2010

CEL - 10/05/2010
Assinatura
10/05/2010



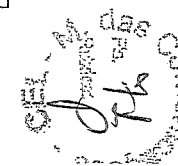
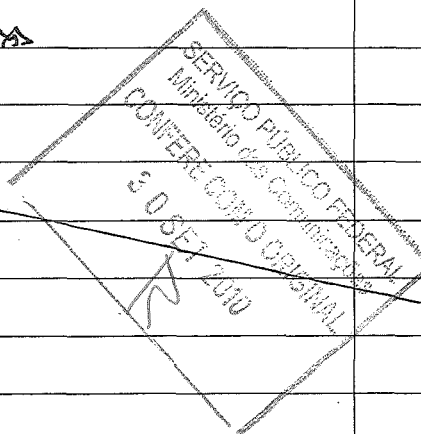
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – CEL
CONCORRÊNCIA Nº 057/2009–CEL/MC
SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA(S) DE PREÇO
LISTA DE PRESENÇA DO PÚBLICO

DATA: 10/05/2010

SERVIÇO: FREQUÊNCIA MODULADA (FM)

LOCALIDADE(S) : SANTA CLARA D'OESTE/SP.

Nome	RG nº/UF	Rubrica
Comila Tenório N. Martins	2485 909	Blattus





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO



CLASSIFICAÇÃO DAS PROPONENTES
(Média Ponderada)

Concorrência : 057 / 2009

Preço Mínimo : 57.266,35

Serviço : FM

Grupo : A

Localidade : SANTA CLARA D'OESTE

UF : SP

N.º Processo	Razão Social	Valor ofertado	(PT)	(PP)	(VP)
53000.014655/2010	Moraes Serviços de Comunicação Ltda - ME	631.100,00	100,00000	95,46297	99,54630
53000.014653/2010	LD Sistema de Comunicação Ltda.	365.785,00	100,00000	92,17213	99,21721
53000.014658/2010	Sistema Max de Comunicações Ltda.	287.500,00	100,00000	90,04063	99,00406
53000.014650/2010	Empresa de Radiodifusão Conquista Ltda.	132.000,00	100,00000	78,30820	97,83082
53000.014660/2010	Sintonia Entre Amigos Radiodifusão Ltda.	120.000,00	100,00000	76,13902	97,61390

Alvimar Bertrand D. G. de Macêdo
Presidente

Eriko Mendes Domenici
Vice-Presidente

Edmar Freitas Machado
Membro

José Adilson Bezerra Torquato
Membro





PREGÃO Nº 91/2010

Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de materiais permanentes. Total de Itens Licitados: 00007. Edital: 11/05/2010 de 09h00 às 17h00. ENDEREÇO: Rua do Resende, 128 - sala 302 Centro - RIO DE JANEIRO - RJ. Entrega das Propostas: a partir de 11/05/2010 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 27/05/2010 às 09h00 site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: Acessar os sites www.comprasnet.gov.br ou www.inca.gov.br para retirada do edital.

PAULO AUGUSTO DIAS DE OLIVEIRA
Pregoeiro

(SIDE - 10/05/2010) 250052-00001-2010NE900183

RETIFICAÇÃO

Na Inexigibilidade de Licitação Nº 23/2010 publicada no D.O.U. de 05/05/2010, Seção 3 Pág. 133, Onde se lê: LIVRARIA ADUANEIRAS LTDA - Valor: R\$ 3.895,00 Leia-se: ADUANEIRAS INFORMATICA LTDA - Valor: R\$ 3.895,00 Onde se lê: ADUANEIRAS INFORMATICA LTDA - Valor: R\$ 6.815,00 Leia-se: LIVRARIA ADUANEIRAS LTDA Valor: R\$ 6.815,00

(SIDE - 10/05/2010) 250052-00001-2010NE900183

Ministério das Cidades

SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS
LOGÍSTICOS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4/2010

Objeto: Prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização diária, a qual serão efetuados na sede do Ministério das Cidades. Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 11/05/2010 de 09h00 às 12h00 e de 13h às 17h00. ENDEREÇO: www.comprasnet.gov.br Brasília - BRASILIA - DF. Entrega das Propostas: a partir de 11/05/2010 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 21/05/2010 às 10h00 site www.comprasnet.gov.br

JEAN CARLOS SANTOS CRISPIM
Pregoeiro

(SIDE - 10/05/2010) 560010-00001-2010NE900056

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS
SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS
DE NATAL

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA

A Superintendência de Trens Urbanos de Natal - STU-NAT, situada na Praça Augusto Severo, 302, Ribeira, Natal/RN, torna público a quantos possa interessar que às 09h do dia 14 de junho de 2010, realizará Concorrência Pública, na forma do disposto na Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações, pela Lei Complementar 123/2006 e pelo Decreto Federal nº 6.204/2007, objetivando a contratação para elaboração do Projeto Básico de Engenharia para a recuperação de 56,2 km de linha férrea do Sistema de Trens Urbanos na Região Metropolitana de Natal, compreendendo os municípios de Natal, Pamunhim, Extremoz e Ceará Mirim. O tipo de licitação é o de MENOR PREÇO, sob a forma de EXECUÇÃO INDIRETA, regime de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO. O Edital estará à disposição das empresas interessadas para consulta e/ou aquisição, na sala da Coordenação de Licitação e Compras - COLIC, no endereço acima citado, nos horários de 08h às 12h e 13h às 17h, e poderá ser adquirido mediante requisição eletrônica endereçada a george@chtu.gov.br ou rlima@chtu.gov.br. Informações poderão ser obtidas pelos telefones (84) 3221-3546 ou 3221 3355 (ramal 2243).

GEORGE DE BRITO PINHEIRO
Presidente da CPL

AVISO DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/2010 - CBTU/STU-NAT

OBJETO: Aquisição de compressor de ar 3CDC, completo, para locomotivas RS-8, Alco-Bombardier, da CBTU/STU-NAT. As propostas deverão ser enviadas, exclusivamente por meio eletrônico, através do portal www.licitacoes-e.com.br, até às 09h do dia 24/05/2010, e a abertura da sessão será às 09h15h do mesmo dia (horário de Brasília). Esta Licitação reger-se-á pela Lei 10.520/2002, Decreto nº 5.450/2005, Decreto nº 3.931/01, Lei Complementar 123/2006, Decreto 6.204/2007, e ainda de forma subsidiária, à dis-

ciplina da Lei 8.666/93, e suas alterações. O tipo de licitação é o de menor preço. O Edital estará à disposição dos interessados no endereço eletrônico acima citado. O número da licitação é 305132. Informações poderão ser obtidas pelo telefone (84) 3221-3546.

RICARDO LUIZ CÂMARA DE LIMA
PREGOEIRO

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS
DE RECIFE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ESPÉCIE: 6º Termo Aditivo ao Contrato nº 007/2006; CONTRATANTE: CBTU/STU-REC; CONTRATADA: Sena Segurança Inteligente Ltda sucedida pela Nordeste Transporte de Valores Ltda; RESUMO DO OBJETO: Substituição da contratada Sena Segurança Inteligente e Transporte de Valores Ltda em razão da cisão e sucessão pela Nordeste Transporte de Valores Ltda e convalidação do Quinto Termo Aditivo; DATA DE ASSINATURA: 16/04/10 NOME E CARGO DOS SIGNATÁRIOS: Pela contratante: Dr. José Marques de Lima-Superintendente e Dr. José Renato Freire de Lira-Coordenador de Administração e Finanças; Pela contratada: Sr. José Edmilson Gonçalves de Andrade - Representante legal.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2010/CBTU/STU-REC

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ADESIVOS. Comunicamos a todos os interessados, que o objeto do Pregão em epígrafe, foi Homologado pelo Superintendente de Trens Urbanos do Recife, a Empresa: R M MARTINS GRÁFICA LTDA-ME, para os Lote 1 (ÚNICO) no valor total de R\$ 12.790,00.

LUIZ EUGÊNIO DE CARVALHO FREIRE
Pregoeiro

EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO
ALEGRE S/A

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 8.120.012/2010 - A

Espécie: Primeiro Termo Aditivo firmado com ABB LTDA. OBJETO: Aditar o contrato originário para introduzir modificações na redação de cláusulas contratuais, como segue: Na Cláusula Quinta - Do Pagamento, parágrafo quarto, onde se lê: "A Contratante ... está obrigada a promover a retenção de ISSQN para a Prefeitura da cidade de Esteio/RS". Leia-se: "A Contratante ... está obrigada a promover a retenção de ISSQN nas Prefeituras das cidades de Canoas e Porto Alegre/RS, respectivamente". Na Cláusula Décima - Das Obrigações Correlatas, onde se lê: "A Contratada deverá realizar o objeto contratual com força de trabalho própria, ... exclusão da Contratante". Leia-se: A Contratada deverá realizar o objeto por meio de mão-de-obra especializada e devidamente qualificada, sob sua supervisão, de acordo com a legislação vigente, assumindo total responsabilidade por esta contratação". E inserção do texto: Quanto ao faturamento, a subcontratada deverá emitir Nota Fiscal diretamente à Contratada e esta emitirá Nota Fiscal/Fatura nos valores totais para a Contratante, anexando os documentos referentes daquela. As alterações atendem a disposição legal contida no art. 65, II, da Lei 8.666/93, consolidada. Processo Administrativo nº. 1935/2009. Assinatura: 30/04/2010

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A, vinculada ao Ministério das Cidades, torna público para fins de conhecimento dos interessados, a contratação emergencial de empresa para prestação de serviço de Perícia Contábil, concedida a empresa PEREIRA DE SOUZA PERITOS ASSOCIADOS, no valor de R\$ 125,00 reais por processo com até 10 reclamantes e R\$ 25,00 reais por reclamante adicional, com base no Artigo 24, Inciso IV, da Lei 8.666/93. Processo 0758/2010.

Porto Alegre, 10 de maio de 2010
PEDRO ZOTTI NETO
Pregoeiro

RESULTADOS DE JULGAMENTOS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2010

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A, vinculada ao Ministério das Cidades, torna público para fins de conhecimento dos interessados, o Resultado de Julgamento do Pregão Presencial 015/2010. Objeto: serviço de locação lavagem de toalhas, lençóis e jalecos. Empresa vencedora: Simone de Oliveira Martins, cujo valor foi: Lote único: R\$ 1.250,00 mensais. Processo 0260/2010.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2010

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A, vinculada ao Ministério das Cidades, torna público para fins de conhecimento dos interessados, o Resultado de Julgamento, do Pregão Presencial 021/2010. Objeto: aquisição de cilindro universal e cadeados. Empresa vencedora: Ferragem Monteiro Ltda, cujos valores foram: Lote 1: R\$ 1.200,00. Lote 2: R\$ 3.280,00. Lote 3: R\$ 1.500,00. Processo 0386/2010.

Porto Alegre, 10 de maio de 2010
LUCIANO DA SILVA OLIVEIRA
Pregoeiro

SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 1/2010

Nº Processo: 80000007399200935. Contratante: MINISTÉRIO DAS CIDADES - CNPJ Contratado: 02737566000126. Contratado: EAQD LORENO SOLUCOES EM EDUCACAO E TECNOLOGIA LTDA.. Objeto: Contratação de instituição especializada em Educação à Distância (EAD) para desenvolvimento, gestão de plataforma tecnológica e ambiente on-line e aplicação de Curso à Distância de Capacitação em Ações de Integração Urbana de Assentamentos Precários, contando com profissionais especializados para ministrar o curso promovido pelo Ministério das Cidades. Fundamento Legal: Lei 8666/1993, Lei 10520/2002, Decreto 3555/2000, Decreto 5450/2005, Decreto 5504/2005. Vigência: 27/04/2010 a 23/10/2010. Valor Total: R\$373.000,00. Fonte: 148001549 - 2010NE900003. Data de Assinatura: 27/04/2010.

(SICON - 10/05/2010) 560010-00001-2010NE900056

SECRETARIA NACIONAL DE PROGRAMAS
URBANOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Termo Aditivo Nº 00008/2010 ao Convênio Nº 00018/2007, subrogado pela UASG: 560010 - COORDENAÇÃO GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS MCID. Nº Processo: 800000041715200736. Conventos: Concedente: COORDENAÇÃO GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS MCID, Unidade Gestora: 560010, Gestão: 00001. Conveniente: SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E POLI. CNPJ nº 05.475.097/0001-02. Interviente: SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO, CNPJ nº 05.475.103/0001-21. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do convênio por mais 8 meses. Vigência: 28/12/2007 a 23/12/2010. Data de Assinatura: 28/12/2007. Signatários: Concedente: CELSO SANTOS CARVALHO, CPF nº 030.917.218-76. Conveniente: SEBASTIAO NAVARRO VIEIRA FILHO, CPF nº 005.295.086-72. Interviente: ANTONIO AUGUSTO JUNHO ANASTASIA, CPF nº 475.558.826-04.

(SICONV - 10/05/2010)

Ministério das Comunicações

CABINETE DO MINISTRO
RESULTADOS DE JULGAMENTOS

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 422 de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, em conformidade com o Edital de Licitação, torna público os resultados da pontuação das Propostas de Preços pela Outorga (OP) e do Valor Ponderado (VP) atribuída a cada licitante da(s) Concorrência(s) conforme Anexo(s).

Os autos dos processos estarão com vista franqueada na Comissão Especial de Licitação, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobrelaje, sala 104, Ed. Sede, Brasília/DF, local este onde deverão ser protocolizados os eventuais recursos.

A contagem do prazo de cinco dias úteis, para a interposição de eventuais recursos, dar-se-á a partir desta publicação, conforme o subitem 13.6 do Edital, bem como nos termos do artigo 109, inciso I, alínea "b" e §5º e artigo 110, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Brasília - DF, 10 de maio de 2010.
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032010051100091

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



ANEXO I

Concorrência n.º 055/2009-CEL/MC, Localidade de Cupela/SE.

Processo Nº :	Proponente(s)	Valor Oferta-do	Serviço	PP	VP
53000.013915/10	Megga FM Ltda.	1.830.000,00	FM	97,53143	99,75314
53000.013920/10	Rede Ilha de Comunicação Ltda.	1.100.100,00	FM	95,89358	99,58936
53000.013924/10	Total - Comunicação, Publicidade e Produções Artísticas Ltda.	968.500,00	FM	95,33559	99,53356
53000.013926/10	Ocean Comunicação Digital SE Ltda.	840.000,00	FM	94,62205	99,46221
53000.013911/10	Sistema de Comunicações de Rádio AM/FM e TV Ltda.	777.777,77	FM	94,19182	99,41918
53000.013913/10	FM Tobias Bureto Almeida Reis Ltda.	460.000,00	FM	90,17940	99,01794
53000.013912/10	Empresa de Radiodifusão Conquista Ltda.	352.000,00	FM	87,16626	98,71663
53000.013923/10	Comunicações Maranhenses Ltda.	255.000,00	FM	82,28440	98,22844

ANEXO II

Concorrência n.º 056/2009-CEL/MC, Localidade de Umbaúba/SE.

Processo Nº :	Proponente(s)	Valor Oferta-do	Serviço	PP	VP
53000.014329/10	Total - Comunicação, Publicidade e Produções Artísticas Ltda.	1.185.000,00	FM	96,92798	99,69280
53000.014328/10	Rede Ilha de Comunicação Ltda.	631.100,00	FM	94,23176	99,42318
53000.014335/10	FM Tobias Barreto Almeida Reis Ltda.	422.000,00	FM	91,37361	99,13736
53000.014325/10	Empresa de Radiodifusão Conquista Ltda.	352.000,00	FM	89,65813	98,96581
53000.014326/10	Sistema de Comunicações de Rádio AM/FM e TV Ltda.	333.333,00	FM	89,07897	98,90790
53000.014331/10	Comunicações Maranhenses Ltda.	175.000,00	FM	79,19807	97,91981

ANEXO III

Concorrência n.º 057/2009-CEL/MC, Localidade de Santa Clara D'Oeste/SP.

Processo Nº :	Proponente(s)	Valor Oferta-do	Serviço	PP	VP
53000.014655/10	Morões Serviços de Comunicação Ltda-ME	631.100,00	FM	95,46297	99,54630
53000.014653/10	LD Sistema de Comunicação Ltda.	365.785,00	FM	92,17213	99,21721
53000.014658/10	Sistema Max de Comunicações	287.500,00	FM	90,04063	99,00406
53000.014650/10	Empresa de Radiodifusão Conquista Ltda.	132.000,00	FM	78,30820	97,83082
53000.014660/10	Síntia Entre Amigos Radiodifusão Ltda.	120.000,00	FM	76,13902	97,61390

ANEXO IV

Concorrência n.º 058/2009-CEL/MC, Localidade de Bilac/SP.

Processo Nº :	Proponente(s)	Valor Oferta-do	Serviço	PP	VP
53000.015303/10	Empresa de Radiodifusão Ursa Maior Ltda.	1.890.000,00	FM	95,90153	99,59015
53000.015299/10	Ocean Comunicação Digital SE Ltda.	1.800.000,00	FM	95,69661	99,56966
53000.015300/10	Morões Serviços de Comunicação Ltda-ME	1.661.000,00	FM	95,33648	99,53365
53000.015298/10	Rota Comunicações Ltda.	789.580,00	FM	90,18959	99,01896
53000.015301/10	LD Sistema de Comunicação Ltda.	765.785,00	FM	89,88475	98,98848
53000.015296/10	Rádio a Voz do Vale Parapanema Ltda.	635.555,00	FM	87,81206	98,78121
53000.015295/10	NSTV Sistema de Comunicações Ltda.	463.000,00	FM	83,26975	98,32697
53000.015297/10	Sistema Regional de Comunicação Andréia Ltda-ME	406.000,00	FM	80,92092	98,09209

RESULTADOS DE PROPOSTAS TÉCNICAS

A Comissão Especial de Licitação, nos termos da Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, em conformidade com os Editais de Licitação, torna público, por meio deste Aviso, o(s) resultado(s) da pontuação da(s) Proposta(s) Técnica(s) da(s) licitante(s) habilitada(s) conforme Anexo(s) I, II e III.

Os auto(s) do(s) processo(s) estarão disponíveis na Secretaria da Comissão Especial de Licitação, Sobreloja - sala 104, Ministério das Comunicações, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Sede, Brasília/DF.

Os eventuais recursos deverão ser protocolizados no Protocolo Geral deste Ministério, sendo que a contagem do prazo de cinco dias úteis terá início a partir do primeiro dia útil seguinte à presente publicação, nos termos dos artigos 109, inciso I, alínea "b" e 110, §5º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e subitem 13.6 do Edital.

Brasília - DF, 10 de maio de 2010.
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão

ANEXO I

Concorrência n.º 005/2009-CEL/MC, Localidade de Barra do Choça/BA.

Proponentes	Serviço	Nº do Processo	P. Téc	Resultado
Total - Comunicação, Publicidade e Produções Artísticas Ltda.	FM	53000.061239/09	100,00000	CLASSIFICADA
Anre Participações e Empreendimentos Ltda.	FM	53000.061238/09	100,00000	CLASSIFICADA
Fundação Espírita André Luiz	FM	53000.061237/09	100,00000	CLASSIFICADA
Empresa de Radiodifusão Ursa Maior Ltda.	FM	53000.061243/09	100,00000	CLASSIFICADA
Rede Ello Brasil Comunicação Ltda.	FM	53000.061246/09	100,00000	CLASSIFICADA

ANEXO II

Concorrência n.º 007/2009-CEL/MC, Localidade de Itagibá/BA.

Proponentes	Serviço	Nº do Processo	P. Téc	Resultado
Anre Participações e Empreendimentos Ltda.	FM	53000.058522/09	100,00000	CLASSIFICADA
Total - Comunicação, Publicidade e Produções Artísticas Ltda.	FM	53000.058524/09	100,00000	CLASSIFICADA
Nossa Rádio de Ierêsima FM Ltda.	FM	53000.058526/09	-	DESCCLASSIFICADA

ANEXO III

Concorrência n.º 060/2009-CEL/MC, Localidade de Três Fronteiras/SP.

Proponentes	Serviço	Nº do Processo	P. Téc	Resultado
Sistema Max Digital de Comunicações Ltda.	FM	53000.015897/10	100,00000	CLASSIFICADA
LD Sistema de Comunicação Ltda.	FM	53000.015894/10	100,00000	CLASSIFICADA
Empresa de Radiodifusão Conquista Ltda.	FM	53000.015895/10	100,00000	CLASSIFICADA
Morões Serviços de Comunicação Ltda.	FM	53000.015896/10	100,00000	CLASSIFICADA
Rádio e Televisão Século 21 Ltda.	FM	53000.015898/10	100,00000	CLASSIFICADA
Empresa de Radiodifusão Ursa Maior Ltda.	FM	53000.015901/10	100,00000	CLASSIFICADA
Sistema NZ de Comunicação Ltda.	FM	53000.015902/10	100,00000	CLASSIFICADA
Catela FM Ltda.	FM	53000.015903/10	100,00000	CLASSIFICADA

A Comissão Especial de Licitação, instituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27 de julho de 2009, Seção 2, página 38, em conformidade com o Edital da Licitação, torna público, por meio deste Aviso, o(s) resultado(s) de julgamento da(s) Proposta(s) Técnica(s) da(s) licitante(s) habilitada(s), conforme Anexo I.

Foi aberta e julgada a Proposta de Preço, obtendo o resultado de pontuação da Proposta de Preço pela Outorga (PP) e Valor Ponderado (VP), apontados no Anexo II.

Os autos dos processos estarão em vista franqueada na Comissão Especial de Licitação, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 104, Ed. Sede, Brasília/DF.

Brasília - DF, 10 de maio de 2010.
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão Especial de Licitação

Anexo I

Concorrência Nº 016/2009-CEL/MC, Localidade de Olho D'Água das Cunhãs/MA

Proponentes	Serviço	Nº do Processo	P. Téc	Resultado
Comunicações Maranhenses Ltda.	FM	53000.058819/09	100,00000	CLASSIFICADA

Anexo II

Concorrência Nº 016/2009-CEL/MC, Localidade de Olho D'Água das Cunhãs/MA

Processo Nº:	Proponente(s)	Valor Oferta-do	Serviço	PP	VP
53000.058819/09	Comunicações Maranhenses Ltda.	355.000,00	FM	88,18513	98,81851

SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃOAVISO DE LICITAÇÃO
PREÇO Nº 16/2010

Objeto: Pregão Eletrônico - Celebração de contrato com "Agente de Integração" para fins de execução do estágio do âmbito do Ministério das Comunicações. Total de Itens: 12. Edital: 11/05/2010 de 08h00 às 17h00 e de 14h às 17h00. ENDEREÇO: Esplanada dos Ministérios, Bloco "R", sala 111 - Sobreloja, Plano Piloto, BRASÍLIA - DF. Entrega das Propostas: a partir de 11/05/2010 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 24/05/2010 às 09h30 no site www.comprasnet.gov.br.

SANTIAGO CARVALHO GUEDES
Pregoeiro

(SIDE - 10/05/2010) 410003-00001-2010NE900067

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 16/2010

O Ministério das Comunicações, através do seu Pregoeiro, informa o resultado do Pregão 011/2010-MC - Material de Cozinha. Empresas vencedoras: Construtora Mat. de Construção e Limpeza Ltda - Item 12 - Valor: R\$ 238,80; Itiban Comércio e Indústria Embalagens Plásticas Ltda - Itens 1, 3 e 5 - Valor total: R\$ 830,88; Guiriqua Versus Fatima ME - Itens 2, 4, 8, 10, 14, 16, 19 e 20 - Valor total: R\$ 6.363,66; Via Copa Produtos de Limpeza e Utilidades Ltda - Itens 7, 9, 11 e 18 - Valor total: R\$ 4.306,38 e Embramar Distribuidora de Materiais - Item 17 - Valor total: R\$ 2.295,00. Total do Pregão: R\$ 14.034,72.

SANTIAGO CARVALHO GUEDES
Pregoeiro

(SIDE - 10/05/2010) 410003-00001-2010NE900067

Nesta data anexei aos autos do processo de
nº 53000.014655/2010 a documentação
a seguir consubstanciada de 06 folhas,
que assim numerai: 75 / 80
Data: 31 / 03 / 2010
Nome: _____
Assinatura: [assinatura]

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
30 SET 2010

[Início](#) [Links](#) [Fale Conosco](#) [Mapa do Site](#)

Você está em: [Início](#) > [Consultas](#) > [Processos](#)

Processos

Nenhuma Parte Encontrada para essa pesquisa !!!

[Buscar Processos](#)

[Nova Pesquisa](#)

Em caso de dúvidas, fale conosco:
Seção de Informação Processual
(61) 3319-8410, 3319-8411, 3319-8412 e 3319-8225
informacao.processual@stj.jus.br

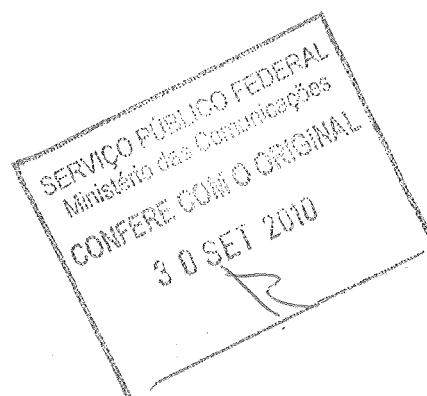
Avalie este serviço:


Informações
processuais

- ☐ Ótimo
☐ Bom
☐ Ruim
☐ Péssimo

[Votar](#)

SAFS - Quadra 06 - Lote 01 - Trecho III. CEP: 70.095-900. Brasília - DF
Telefone: (61) 3319-8000 Fax: (61) 3319-8700 - Informações Processuais: (61) 3319.8410
© 1996-2006 - Superior Tribunal de Justiça. Todos os direitos reservados. Reprodução permitida se citada a fonte.



 Consulta Processual 1º grau - SJSP e SJMS

O Sistema não Encontrou processos que atendam aos critérios informados.

Processo

Classe

Secretaria

Situação

Numeração Antiga



<< >>



PORTAL DO
Tribunal de Justiça do Estado de **SÃO PAULO**

Processos - 1ª Instância - Processos Distribuídos - Comarcas do Interior

[Conectar](#) [Pág. Principal](#) [Voltar](#) [Imprimir](#)

Dados da Pesquisa

Fórum / Comarca: **Ribeirão Preto**
Tipo de Pesquisa: **Criminal**
Parte: **MORAES SERVIÇOS LTDA.-ME**

NOME NÃO ENCONTRADO!

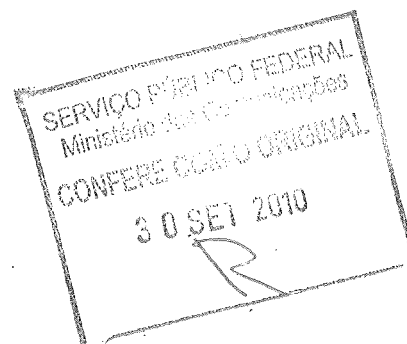
As informações contidas no Portal do TJ/SP não têm efeito legal. A contagem dos prazos somente é válida a partir da publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo - Poder Judiciário - Tribunal de Justiça.

[Pág. Principal](#) [Voltar](#) [Imprimir](#)

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - Palácio da Justiça - Praça da Sé, s/n - São Paulo - SP - CEP 01018.010



Versão: Versão: PO.2010.01.22.4

Nossa Casa
O Banco do São Paulo

PORTAL DO
Tribunal de Justiça do Estado de **SÃO PAULO**

Processos - 1ª Instância - Processos Distribuídos - Comarcas do Interior

[Conectar](#) [Pág. Principal](#) [Voltar](#) [Imprimir](#)

Dados da Pesquisa

Fórum / Comarca: **Ribeirão Preto**Tipo de Pesquisa: **Cível**Parte: **MORAES SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA. ME****NOME NÃO ENCONTRADO!**

As informações contidas no Portal do TJ/SP não têm efeito legal. A contagem dos prazos somente é válida a partir da publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo - Poder Judiciário - Tribunal de Justiça.

[Pág. Principal](#) [Voltar](#) [Imprimir](#)

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - Palácio da Justiça - Praça da Sé, s/n - São Paulo - SP - CEP 01018-010



Versão: Versão: PO.2010.01.22.4

Nossa Chama
O Poder de São Paulo


 Ministério das Comunicações

Destques do Governo

Agência Nacional
de TelecomunicaçõesSistemas
Interativos Menu Principal ▾

SISCOM »» Consulta por Plano Básico de Distribuição de Canais

menu ajuda

 Dados da consulta Consulta Criar Arquivo Texto

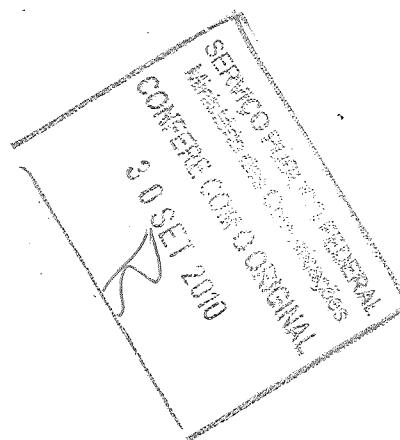
UF: SP

SERVIÇO: FM

Entidade	Latitude	Longitude	Canal	Azimute	ERP (KW)	CL	Obs.
Localidade: Santa Clara d'Oeste (Concorrência: 57/2009)	20S053800	50W553500	225			C	
Usuário: - Data: 10/09/2010 Hora: 16:04:57							

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Comunicações
Fls. 80
Rubrica
730

CERTIDÃO

Conforme a Ordem de Serviço Conjunta SSCE/CONJUR n.º 1, de 03 de novembro de 2004 – art. 2º, inciso I, alnea “d” – certifico que não há no processo n.º 53000.014655/2010-10, MORAES SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA-ME. - pendência de recurso sem apreciação pela Comissão Especial de Licitação.

Brasília- DF, 01 de junho de 2010.


RUSSIL DE BEM
Assistente Jurídica

De acordo. Encaminhe-se o processo à douta Consultoria Jurídica, para providências de sua alçada.
Em 31 de maio de 2010.


ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão Especial de Licitação





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES



NOTA Nº 1759 - 2.17 / 2010 /GBA/CONJUR-MC/AGU

CONCORRÊNCIA n.º 057/2009

PROCESSO PRINCIPAL: 53000.034332/2009-09

ASSUNTO: Análise do procedimento licitatório objeto do Edital de Concorrência n.º 057/2009-SSR/MC, levada a efeito com a finalidade de outorgar permissão para a exploração dos Serviços de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada nas localidades de Santa Clara D'Oeste/SP. Pela homologação do certame, com adjudicação do objeto à licitante Moraes Serviços de Comunicação LTDA-ME. declarada vencedora para a localidade supracitada.

Senhora Coordenadora-Geral,

A Comissão Especial de Licitação encaminha para exame e análise desta Consultoria Jurídica o processo em referência, contendo a documentação e a proposta das licitantes que participaram do procedimento licitatório, objeto do Edital da Concorrência n.º 057/2009-SSR/MC, levada a efeito com a finalidade de outorgar permissão para a exploração dos Serviços de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada nas localidades de Santa Clara D'Oeste/SP.

2. O certame em epígrafe se encontra na fase de homologação e adjudicação, a qual corresponde à manifestação de concordância da autoridade competente. Essa concordância se refere a dois aspectos, a saber: legalidade dos atos praticados pela Comissão e conveniência de ser mantida a licitação.

3. No que tange à conveniência da manutenção da licitação, por ser aspecto afeto ao juízo da autoridade, ressalvamos que, caso se entenda pela inconveniência, deverá a licitação ser revogada, desde que preenchidos os requisitos estabelecidos pelo art. 49 da Lei n.º 8.666/93, "in verbis":

"Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

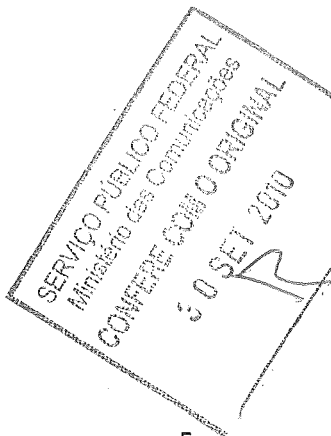
§ 1º A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.

§ 2º A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.

§ 3º No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§ 4º O disposto neste artigo e seus parágrafos aplica-se aos atos do procedimento de dispensa e de inexigibilidade de licitação".

4. Deste modo, é importante observar que a revogação, nos termos da própria lei, somente será possível se existir motivo superveniente suficiente a justificar tal conduta, nos termos do que preleciona MARÇAL JUSTEN FILHO:



"Ao determinar a instauração da licitação, a Administração realiza juízo de conveniência acerca do futuro contrato. Esse juízo é confirmado quando da elaboração e aprovação do ato convocatório. No momento final da licitação, após apurada a classificação, exercita-se novo juízo de conveniência. Não se trata, porém, do mesmo juízo. Exercita-se sobre suportes fáticos distintos. Vale dizer, a Lei reconhece um condicionamento à revogação. A Administração pode desfazer seus próprios atos, a qualquer tempo, tendo em vista avaliação de sua inconveniência. Tendo concluído que o ato é conveniente e determinado sua prática ou manutenção, a Administração se vincula a essa decisão. Poderá revê-la desde que existam circunstâncias novas, inexistentes ou desconhecidas à época anterior. Logo, não se admite que a Administração julgue, posteriormente, que era inconveniente precisamente a mesma situação que fora reputada conveniente em momento pretérito". (FILHO, Marçal Justen. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 8 ed. São Paulo, Dialética, 2001. p.481).

5. Entretanto, no que tange aos aspectos mencionados, interessa à análise desta Consultoria Jurídica o exame da legalidade dos atos praticados pela Comissão Especial de Licitação.

6. Dessa forma, analisando a Concorrência n.º 057/2009-SSR/MC, levada a efeito com a finalidade de outorgar permissão para a exploração dos Serviços de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada nas localidades de Santa Clara D'Oeste/SP, certifica-se que a referida Comissão observou as regras insculpidas no instrumento convocatório (edital), atendeu o rito procedimental do certame, bem como pugnou pelo cumprimento das exigências legais pertinentes a todo procedimento licitatório, no que tange à habilitação da licitante Moraes Serviços de Comunicação LTDA-ME.

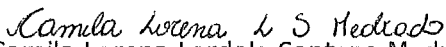
7. Diante do exposto, opinamos pela homologação do certame e a adjudicação da outorga dos serviços de radiodifusão sonora em Frequência Modulada à empresa Moraes Serviços de Comunicação LTDA-ME, declarada vencedora para a localidade supracitada. Atente-se para o limite do Decreto-lei 236/67.

Brasília, 10 de setembro de 2010.


GUILHERME BRUM DE ALMEIDA
Advogado da União

De acordo. À consideração do Sr. Consultor Jurídico.

Em 13 /09 /2010.


Camila Lorena Lordelo Santana Medrado
Advogada da União
Coordenadora-Geral de Assuntos Administrativos

Aprovo. Encaminhem-se os autos ao Gabinete do Ministro.
Em 15 /09 /2010.



ÉDIO HENRIQUE DE A. J. E AZEVEDO
Consultor Jurídico

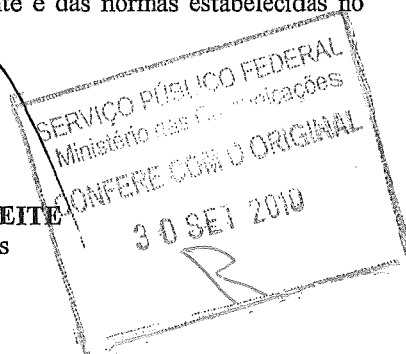
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO

Em de de 2010.

Acolho a **NOTA Nº 1759 - 2.17 / 2010/GBA/CONJUR-MC/AGU**, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e **HOMOLOGO** a presente licitação e adjudico seu objeto à vencedora, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

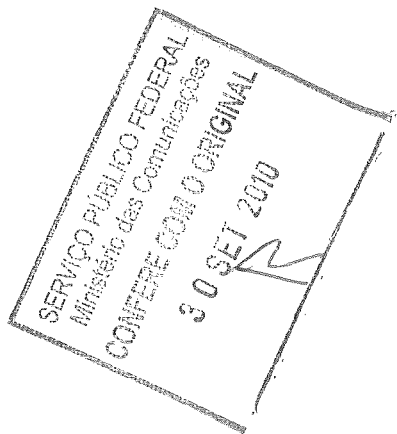

JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE
Ministro das Comunicações



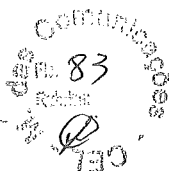
ANEXO ÚNICO

Nº DA CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	Localidade	SERVIÇO	PROPONENTE VENCEDORA	Nº PROCESSO
057/2009	SP	SANTA CLARA D'OESTE	FM	MORAES SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA-ME	53000.014655/10

Nesta data anexei aos autos do processo da
nº 53000.014655/10, a seguinte: 02
que se trata de: 83 e 84
Data: 16.09.2010
Nome: Sergio
Assinatura: [assinatura]



RECEBADO NO D.O. DE 16/09/10




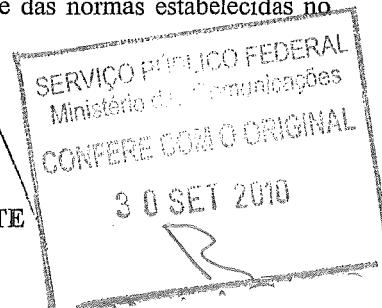
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO

Em 15 de setembro de 2010.

Acolho a **NOTA Nº 1759 - 2.17 / 2010/GBA/CONJUR-MC/AGU**, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e **HOMOLOGO** a presente licitação e adjudico seu objeto à vencedora, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.


JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE
Ministro das Comunicações



ANEXO ÚNICO

Nº DA CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	Localidade	SERVIÇO	PROPONENTE VENCEDORA	Nº PROCESSO
057/2009	SP	SANTA CLARA D'OESTE	FM	MORAES SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA-ME	53000.014655/10



Ministério das Cidades

GABINETE DO MINISTRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 14 DE SETEMBRO DE 2010

Altera a Instrução Normativa nº 36, de 15 de julho de 2009, que regulamenta o Programa Habitacional Popular - Entidades - Minha Casa, Minha Vida

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso I, art. 8º da Lei nº 8.677, de 13 de julho de 1993, com as alterações introduzidas pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; o inciso III do Decreto nº 1.081, de 8 de março de 1994, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 3.907, de 4 de setembro de 2001, e considerando a criação do Programa Habitacional Popular - Entidades - Minha Casa, Minha Vida, estabelecida pela Resolução CCFDS nº 141, de 10 de junho de 2009, alterada pela Resolução CCFDS nº 143, de 26 de novembro de 2009, resolve:

Art. 1º Alterar o subitem 6.1.1. do Anexo da Instrução Normativa nº 36, de 15 de julho de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 16 de julho de 2010, Seção 1, páginas 48 e 49, que passa a vigorar com a seguinte redação:

6.1.1 No caso de construção verticalizada é obrigatória a contratação na modalidade de empreitada global, exceto se a Entidade Organizadora (EO) ou a sua Assessoria Técnica comprovarem experiência em gestão de obras e projetos semelhantes, junto ao Agente Financeiro;

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIO FORTES DE ALMEIDA

PORTARIA Nº 465, DE 14 DE SETEMBRO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 6º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e o art. 66 do Regulamento Consolidado do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, aprovado pelo Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990, com a redação dada pelo Decreto nº 1.522, de 13 de junho de 1995, e

Considerando a solicitação formulada pela Prefeitura de Belém/PA, por intermédio do Agente Financeiro, Caixa Econômica Federal, referente à operação de crédito selecionada no âmbito do Programa de Atendimento Habitacional através do Poder Público - PRO-MORADIA, operado com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, resolve:

Art. 1º Alterar, na forma do Anexo, a seleção da proposta de operação de crédito da Prefeitura Municipal de Belém/PA, objeto da Portaria nº 536, de 22 de dezembro de 2009, do Ministério das Cidades, publicada no Diário Oficial da União, em 23 de dezembro de 2009, seção 1, pág. 115.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIO FORTES DE ALMEIDA

ANEXO

Tomador / Empreendimento	Processo Administrativo nº	Valor Original Financiado (R\$1.000)	Valor Alterado Financiado (R\$1.000)	Nº de famílias beneficiadas (Originais)	Nº de famílias beneficiadas (Alteradas)	Agente Financiado
Município de Belém - PA Sub-locas 1 e 2 da Nova Habitação Entidade Nova	80001.032314/2009-57	130.000.000,00	70.015.000,00	3.611	1.944	CEF

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 586, DE 24 DE JUNHO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta dos Processos nºs 53690.001010/1994 e 53000.008285/2007, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, §3º, da Lei nº 4.117, de 22 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 25 de março de 2005, a permissão outorgada à RÁDIO CUIABANA DE MELODIAS LTDA, conforme consta nesta Portaria, para explorar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Cuiabá, Estado do Mato Grosso.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, rege-se pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

PORTARIA Nº 742, DE 23 DE AGOSTO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.050948/2004, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, §3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 20 de junho de 2004, a permissão outorgada originariamente à Rádio Cultura Linhares Ltda., pela Portaria nº 133, de 15 de junho de 1984, publicada no Diário Oficial da União de 20 de junho de 1984, renovada pela Portaria nº 621, de 4 de outubro de 2000, publicada no Diário Oficial da União de 10 de novembro de 2000, referendada pelo Decreto Legislativo nº 901, de 2004, publicada no Diário Oficial da União de 10 de novembro de 2004, transferida à CULTURA COMUNICAÇÕES LTDA., pela Portaria nº 656, de 22 de dezembro de 2005, publicado no Diário Oficial da União de 30 de dezembro de 2005, para explorar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no Município de Linhares, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, rege-se pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012010091600093

PORTARIA Nº 811, DE 3 DE SETEMBRO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.008983/2004, resolve:

Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, a TELEVISÃO MIRANTE LTDA, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 10- (dez decalado para menos), no município de São Luís, Estado do Maranhão, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, anelar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter primário, no município de Barroirinhas, Estado do Maranhão, por meio do canal 13- (treze decalado para menos), utilizando os sinais de televisão repetidos via satélite, visando a retransmissão dos seus próprios sinais.

JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

DESPACHOS DO MINISTRO

Em 15 de setembro de 2010

Acolho a NOTA Nº 1756 - 2.17 / 2010/GBA/CONJUR-MC/AGU, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e HOMOLOGO a presente licitação e adjudico seu objeto à vencedora, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO ÚNICO

Nº DA CONCORRÊNCIA	UF	Localidade	SERVIÇO	PROFONTE VENCEDORA	Nº PROCESSO
059/2009	SP	BILAC	FM	Empresa de Radiodifusão Urua Melhor LTDA	53000.024333/09

Acolho a NOTA/AGU/CONJUR-MC/CLL/Nº 1779-2.17/2010, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e HOMOLOGO a presente licitação e adjudico seu objeto à vencedora, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO ÚNICO

CONC. Nº	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	PROFONTE VENCEDORA	Nº PROCESSO
007/2010	GO	CALDAS NOVAS	TV	GUARANI RÁDIO-DIFUSÃO LTDA	53000.021135/2010

Acolho a NOTA Nº 1775-2.17/2010/CLL/CGAA/CONJUR-MC/AGU, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e HOMOLOGO a presente licitação e adjudico seu objeto à vencedora, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

ANEXO ÚNICO

Nº DA CONCORRÊNCIA	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	PROFONTE VENCEDORA	Nº PROCESSO
011/2010	RJ	SÃO JOÃO DA BARRA	TV	PROFONTE VENCEDORA	53000.022553/2010

Acolho a NOTA Nº 1768-2.17/2010/CLL/CGAA/CONJUR-MC/AGU, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e HOMOLOGO a presente licitação e adjudico seu objeto à vencedora, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO ÚNICO

Nº DA CONCORRÊNCIA	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	PROFONTE VENCEDORA	Nº PROCESSO
001/2009	AL	TRAIPU	FM	SISTEMA DE COMUNICAÇÃO DO AGRICULTOR LTDA	53000.055469/2009

Acolho a NOTA Nº 1759 - 2.17 / 2010/GBA/CONJUR-MC/AGU, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e HOMOLOGO a presente licitação e adjudico seu objeto à vencedora, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

ANEXO ÚNICO

Nº DA CONCORRÊNCIA	UF	Localidade	SERVIÇO	PROFONTE VENCEDORA	Nº PROCESSO
057/2009	SP	SANTA CLARA D'OS-TE	FM	MORAES SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA-ME	53000.014655/10

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
COORDENAÇÃO-GERAL DE REGIME LEGAL DE OUTORGAS

Min. das Comunicações
1985
Supp

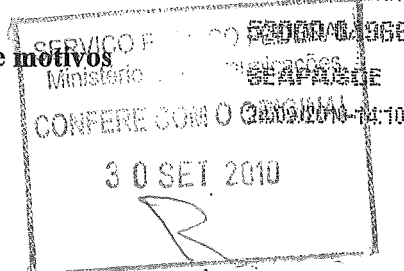
Mem.º n.º 156 /ATOS/CGLO/DEOC/SCE/MC

Brasília, 24 de setembro de 2010.

Ao Sr. Consultor Jurídico/MC

Assunto: Minutas de portarias e exposições de motivos

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASILIA - DF



Senhor Consultor,

Encaminhamos a V.Sa. minutas de portarias e exposições de motivos, visando a outorga de permissão para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme decisão proferida pela Comissão Especial de Licitação, nas concorrências abaixo mencionadas, homologadas pelo Exmº Sr. Ministro das Comunicações, por despacho de 15/09/10, publicado no DOU de 16 subsequente, como se segue:

- Empresa de Radiodifusão Ursa Maior Ltda, no município de Bilac, Estado de São Paulo, Concorrência n.º 058/09, Processo n.º 53000.015303/09;
- Sistema de Comunicação do Agreste Ltda, no município de Traipu, Estado de Alagoas, Concorrência 001/09, Processo n.º 53000.055489/09;
- Moraes Serviços de Comunicação Ltda - ME, no município de Santa Clara d'Oeste, Estado de São Paulo, Concorrência n.º 057/09, Processo n.º 53000.014655/10.

Seguem também originais dos processos mencionados que, após a assinatura dos atos de outorga pelo Ministro das Comunicações, deverão ser devolvidos à seção de ATOS/CGLO/DEOC/SCE, para publicação e preparo de cópias autenticadas e encaminhamento ao Congresso Nacional, nos termos do § 3º do artigo 223 da Constituição.

Atenciosamente,

ANACLETO RODRIGUES CORDEIRO

Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Substituto

ATOS/CGLO

De ordem,
junto se aos autos do proc.º nº 53000.015303/09
(com cópia nos outros processos).
BSB, 27/09/2010.
Assessoria Técnica
CONJUR/MC

PUBLICADO NO DIÁRIO	
OFICIAL DE	1/10/10
Página: 77	Seção: 1
ANOTADO POR: <i>Rogério</i>	



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 883 , DE 29 DE SETEMBRO DE 2010.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.014655/2010, Concorrência nº 057/2009-CEL/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão a MORAES SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA - ME. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Santa Clara d'Oeste, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE



frações - JARI da 8ª SPRF; Relator: Esmeraldo Malheiros - Ministério da Educação. Após apresentação do Parecer 429/2010, foi o mesmo aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo provimento. Mantendo a penalidade. 55) Processo: 08.666.000.490/2007-15; Interessado: Vinicius Alberto Dall Bosco; Assunto: Recurso interposto pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SPRF; Relator: Esmeraldo Malheiros - Ministério da Educação. Após apresentação do Parecer 430/2010, foi o mesmo aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo provimento. Mantendo a penalidade. 56) Processo: 50604.001.374/2009-68; Interessado: Abílio Gomes Guerra; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª UNIT; Relator: Marcelo Paiva dos Santos - Ministério da Justiça. Após apresentação do Parecer 431/2010, foi o mesmo aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 57) Processo: 50604.001.567/2009-19; Interessado: Marta Bandeira de Mello Santos; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª UNIT; Relator: Marcelo Paiva dos Santos - Ministério da Justiça. Após apresentação do Parecer 432/2010, foi o mesmo aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 58) Processo: 50604.001.312/2009-56; Interessado: Milton Carneiro de Albuquerque Filho; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da UNIT; Relator: Marcelo Paiva dos Santos - Ministério da Justiça. Após apresentação do Parecer 433/2010, foi o mesmo aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 59) Processo: 50604.001.320/2009-01; Interessado: Maria de Fátima Almeida; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª UNIT; Relator: Marcelo Paiva dos Santos - Ministério da Justiça. Após apresentação do Parecer 434/2010, foi o mesmo aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 60) Processo: 50604.001.543/2009-60; Interessado: Maria Bernadete Freire Berthault; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 2ª UNIT; Relator: Marcelo Paiva dos Santos - Ministério da Justiça. Após apresentação do Parecer 435/2010, foi o mesmo aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 61) Processo: 50617.004.759/2006-95; Interessado: Geraldo Antonio Perovano; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da UNIT; Relator: Marcelo Paiva dos Santos - Ministério da Justiça. Após apresentação do Parecer 436/2010, foi o mesmo aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 62) Processo: 50604.001.428/2009-95; Interessado: Aurinete de Araújo Silvestre; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª UNIT; Relator: Marcelo Paiva dos Santos - Ministério da Justiça. Após apresentação do Parecer 437/2010, foi o mesmo aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 63) Processo: 50604.001.377/2009-00; Interessado: Aluizio Alves Neto; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª UNIT; Relator: Marcelo Paiva dos Santos - Ministério da Justiça. Após apresentação do Parecer 438/2010, foi o mesmo aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 64) Processo: 50604.001.306/2009-07; Interessado: Adonias Batista de Queiroz; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª UNIT; Relator: Marcelo Paiva dos Santos - Ministério da Justiça. Após apresentação do Parecer 439/2010, foi o mesmo aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 65) Processo:

50604.001.542/2009-15; Interessado: Paulo Sérgio Leonardo Vieira; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª UNIT; Relator: Marcelo Paiva dos Santos - Ministério da Justiça. Após apresentação do Parecer 440/2010, foi o mesmo aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 66) Processo: 50604.001.362/2009-33; Interessado: Saulo Rogério Gomes de Freitas; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da UNIT; Relator: Marcelo Paiva dos Santos - Ministério da Justiça. Após apresentação do Parecer 441/2010, foi o mesmo aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 67) Processo: 50604.003.299/2004-65; Interessado: Enoque Gonçalves do Monte; Assunto: Recurso interposto pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 1ª UNIT; Relator: Marcelo Paiva dos Santos - Ministério da Justiça. Após apresentação do Parecer 442/2010, foi o mesmo aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos pelo Senhor Presidente e determinada a lavratura da presente Ata que, depois de aprovada, será assinada pelos membros presentes, representantes de seus respectivos ministérios.

ALFREDO PERES DA SILVA
Presidente do Conselho

RUI CÉSAR DA SILVEIRA BARBOSA
Ministério da Defesa

RONE EVALDO BARBOSA
Ministério dos Transportes

ESMERALDO MALHEIROS SANTOS
Ministério da Educação

LUIZ OTAVIO MACIEL MIRANDA
Ministério da Saúde

JOSE ANTONIO SILVÉRIO
Ministério da Ciência e Tecnologia

ELCIONE DINIZ MACEDO
Ministério das Cidades

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 881, DE 29 DE SETEMBRO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.055489/2009, Concorrência nº 001/2009-CEL/MC, resolve:

Outorgar permissão ao Sistema de Comunicação do Agreste Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Traipu, Estado de Alagoas. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

JOSE ARTUR FILARDI LEITE

PORTARIA Nº 886, DE 30 DE SETEMBRO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, Parágrafo único, da Constituição Federal, e

CONSIDERANDO a Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, que dispõe sobre o Plano Plurianual 2008-2011, e o Decreto nº 6.601, de 10 de outubro de 2008, que estabelece normas para a gestão do Plano Plurianual 2008-2011 e de seus programas, resolve:

Art. 1º Regularmente a gestão do Plano Plurianual no âmbito do Ministério das Comunicações e dar cumprimento ao Decreto nº 6.601, de 2008.

Art. 2º Os programas do Plano Plurianual - PPA 2008-2011 e respectivas ações, sob responsabilidade deste Ministério, serão geridos pelos titulares das unidades administrativas responsáveis, indicadas na relação constante do Anexo I desta Portaria.

Art. 3º As ações deste Ministério, que integram os programas Multissetoriais de responsabilidade de outros órgãos, serão geridas pelos titulares das unidades administrativas responsáveis, indicadas na relação constante do Anexo II desta Portaria.

Art. 4º Fica designada a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração deste Ministério para exercer as funções de Unidade de Monitoramento e Avaliação com a finalidade de apoiar as atividades de monitoramento e avaliação dos programas, bem como oferecer subsídios técnicos que auxiliem na definição de conceitos e procedimentos específicos aos programas sob responsabilidade deste Ministério.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Fica revogada a Portaria nº 710, de 5 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 7 de novembro de 2008.

JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

PORTARIA Nº 882, DE 29 DE SETEMBRO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.015303/2010, Concorrência nº 058/2009-CEL/MC, resolve:

Outorgar permissão à Empresa de Radiodifusão Ursa Maior Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Bilac, Estado de São Paulo. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

JOSE ARTUR FILARDI LEITE

PORTARIA Nº 883, DE 29 DE SETEMBRO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.014655/2010, Concorrência nº 057/2009-CEL/MC, resolve:

Outorgar permissão à Moraes Serviços de Comunicação Ltda - ME para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Santa Clara d'Oeste, Estado de São Paulo. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

JOSE ARTUR FILARDI LEITE

PORTARIA Nº 885, DE 29 DE SETEMBRO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000002036/2005, resolve:

Autorizar, de acordo com o artigo 16 de Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, a TV TOP LTDA, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 9- (nove decalado para menos), no município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, anelar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, no município de Blumenau (Vila Itoupava), Estado de Santa Catarina, por meio do canal 10 (dez), visando a retransmissão dos seus próprios sinais.

JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

ANEXO I

Relação de Programas e Ações do Ministério das Comunicações, e respectivas unidades administrativas responsáveis:

Programas / Ações	Unidade Administrativa Responsável
0256 - APRIMORAMENTO DOS SERVIÇOS POSTAIS	Secretaria-Executiva
Ação 3222 - Aquisição da Infra-Estrutura de Produção e Distribuição	Departamento de Planejamento e Estudos Econômicos - DEPE/ECT
Ação 3228 - Adequação da Infra-Estrutura de Atendimento - Correios	Departamento de Planejamento e Estudos Econômicos - DEPE/ECT
Ação 4094 - Manutenção da Infra-Estrutura de Produção e Distribuição	Departamento de Planejamento e Estudos Econômicos - DEPE/ECT
Ação 4095 - Manutenção da Infra-Estrutura de Atendimento - Correios	Departamento de Planejamento e Estudos Econômicos - DEPE/ECT
0257 - UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	Secretaria-Executiva
Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa	Agência Nacional de Telecomunicações
Ação 2C46 - Disponibilização de Serviço de Telefonia em Conformidade com a Lei 9.998/2000	Agência Nacional de Telecomunicações
Ação 2C48 - Disponibilização do Serviço de Acesso a Redes Digitais em Banda Larga de acordo com a Lei 9.998/2000	Agência Nacional de Telecomunicações
1157 - QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	Secretaria-Executiva
Ação 2B68 - Relações com os Usuários de Serviços de Telecomunicações	Agência Nacional de Telecomunicações
Ação 2422 - Certificação e Homologação de Produtos de Comunicação	Agência Nacional de Telecomunicações
Ação 2424 - Fiscalização em Telecomunicações	Agência Nacional de Telecomunicações
Ação 2425 - Gestão dos Recursos de Numeração, Espectro de Rádiofrequência e Órbita	Agência Nacional de Telecomunicações
Ação 2738 - Outorga de Serviços de Telecomunicações	Agência Nacional de Telecomunicações
Ação 2740 - Gestão Econômica da Prestação dos Serviços de Telecomunicações	Agência Nacional de Telecomunicações
Ação 4572 - Capacitação dos Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	Agência Nacional de Telecomunicações



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BL. R, ANEXO B, SALA 300
CEP:: 70044-900 – BRASÍLIA-DF
TEL:: 3311-6000 – FAX: 3311-6617

Processo n.º 53000.014655/10

Tendo em vista a publicação da Portaria n.º 883, de 29 de setembro de 2010, no Diário Oficial da União de 01 de outubro do corrente ano, e consoante o disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, encaminhe-se o presente processo, em cópia autenticada, acompanhado do ato de outorga e exposição de motivos, ao Gabinete do Ministro, para enviar à Presidência da República.

Brasília, 05 de outubro de 2010.

CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE
Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 722
70044-900 Brasília-DF
Tel.: (61) 311-6242 - 321-7484 - Fax: (61) 311-6583

Ofício nº 66 /2010/GM-MC

Brasília, 14 de outubro de 2010.

Ao Senhor

LUÍS ALBERTO DOS SANTOS

Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais

Palácio do Planalto, 4º andar

70150-900 Brasília-DF

Assunto: **Encaminha anexo(s)**

Senhor Subchefe,

Atendendo à orientação dessa Subchefia e ao que dispõe o Decreto nº 3.714, de 3 de janeiro de 2001, referente à transmissão eletrônica de documentos, encaminho, em anexo, os seguintes processos:

MC 00486 2010 EM ✓
- 53000.055695/2007

MC 00544 2010 EM
- 53740.000953/1998 / 53000.024819/2008

MC 00745 2010 EM ✓
- 53000.046274/2007

MC 00746 2010 EM ✓
- 53740.000116/2002

MC 00747 2010 EM ✓
- 53710.000474/1998 / 53000.027495/2008 ✓

MC 00748 2010 EM ✓
- 53000.055489/2009

MC 00749 2010 EM ✓
- 53000.014655/2010

MC 00750 2010 EM ✓
- 53000.015303/2010



MC 00751 2010 EM /
- 53640.000054/2001

MC 00752 2010 EM /
- 53000.052134/2006


MC 00753 2010 EM /
- 53000.009034/2003

MC 00754 2010 EM /
- 53000.008638/2006

MC 00755 2010 EM /
- 53710.000239/2002

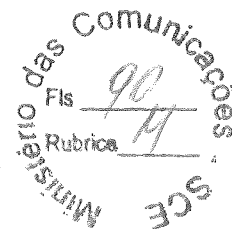
MC 00756 2010 EM /
- 53710.000249/2002

Atenciosamente,



PEDRO LEITE RIBEIRO NETO
Coordenador-Geral Substituto

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
COORDENAÇÃO GERAL DE REGIME LEGAL DE OUTORGAS



DESPACHO Nº 531/2011/COCAN/CGLO/DEOC/SCE

Ref. Processo nº : 53000.014655/2010
Concorrência nº : 057/2009-CEL/MC
Serviço : Frequência Modulada
Interessada : Moraes Serviços de Comunicação Ltda.-ME
Assunto : Submete o processo à apreciação da Comissão Especial de Licitação
Em anexo : Minuta de Exposição de Motivos

Verificamos, nesta data, que a cópia n.º 1 do processo em referência, do Município de Santa Clara d'Oeste, Estado de São Paulo, foi devolvida da Casa Civil da Presidência da República, para que seja feita nova instrução dos autos, se necessária.

Tendo em vista que os autos tratam de processo licitatório, opino no sentido do seu encaminhamento à Comissão Especial de Licitação, para que esta informe se há fato novo que possa impedir o seu prosseguimento e, em não havendo tal impedimento, seja a cópia do processo remetida à Consultoria Jurídica, para as providências cabíveis.

Brasília, 23 de fevereiro de 2011.

Conferido.


ALICIONETE DA S. LUZ
Agente Administrativo


ANA PATRICIA S. ALÊSCIO CAMPOS
Coordenadora de Outorgas e Consignação de Canais

De acordo. À apreciação do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Em 24 / 2 / 2011


VANEA RABELO
Coordenadora-Geral de Regime Legal de Outorgas
Substituta

De acordo. Encaminhe-se a cópia do processo à Comissão Especial de Licitação.

Em 01 / 03 / 2011


DERMEVAL DA SILVA JÚNIOR
Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Nesta data anexo aos autos do processo de
nº 5300014655/010 a documentação
a seguir conatada de 05 folhas
que assim numerai: 01 / 05
Data: 18 / 03 / 011
Nome: Vanier
Assinatura: R

Min. das Comunicações
Fk. 91
Rubrica:
CEL
739

 Ministério das Comunicações

Destques do Governo

Agência Nacional
de TelecomunicaçõesSistemas
Interativos Menu Principal ▾

SRD »» Consultas »» Geral | menu ajuda

 Tela Inicial

Resultado da Consulta

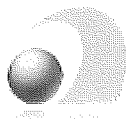
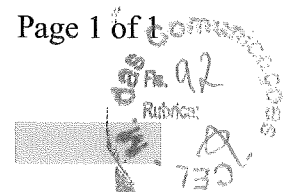
Consulta Geral

Canal/Freq	Entidade	UF	Localidade	Serviço	Fase	Situação	Car.
225	MORAES SERVIÇOS DE COMUNICACAO LTDA - ME	SP	Santa Clara d'Oeste	FM	C		

Usuário: - Data: 11/03/2011 Hora: 16:02:43

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

**ANATEL**Agência Nacional
de TelecomunicaçõesSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO » » Consultas Gerais » » Perfil das Empresas | menu ajuda



Dados da consulta



Resultado

Perfil das Empresas

Tipo de
comparação: ☐ Exata ☐ Iniciando com ☒ Contendo ▾Nome da
Entidade: MORAES SERVICOS DE COMUNICACAO LTCNPJ/CPF da
Entidade:

Resultado da Pesquisa

Não foi encontrado nenhum registro com os critérios informados!

Para maiores informações clique no botão ajuda.



Voltar



Confirmar



Ajuda

Informe o nome ou parte do nome da entidade que será
pesquisada

Comunicações
Sede: 93
Rubrica: 2
CEL 730

 Ministério das Comunicações

Destques do Governo



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOA TARDE
MARIA MONICA FURTADO RODRIGUES DE LIMA

Sistemas
Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consulta Participação do Sócio -
RADIODIFUSÃO**

Internet tela menu ajuda

 Dados da consulta

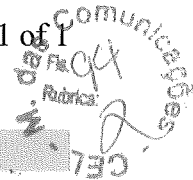
 Consulta

Consulta Participação de Sócio

Critérios da Consulta:

Nome: CAROLINA OLIVEIRA DE MORAES

Não foi encontrado nenhum registro com os critérios informados!



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOA TARDE
MARIA MONICA FURTADO RODRIGUES DE LIMA

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consulta Participação do Sócio -
RADIODIFUSÃO**

internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta Consulta

Consulta Participação de Sócio

Critérios da Consulta:

Nome: RAFAELA OLIVEIRA DE MORAES

Não foi encontrado nenhum registro com os critérios informados!



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO



CONCORRÊNCIA : 057/2009-CEL/MC
PROCESSO ESPECÍFICO : 53000.014655/2010 (Cópia nº 01)

DESPACHO MC/CEL/PRESI/N.º 078 /2011

A cópia nº 01 dos autos do processo em referência, que trata da Concorrência 057/2009-CEL/MC, na qual a empresa MORAES SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA. - ME sagrou-se vencedora para executar o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no Município de Santa Clara d'Oeste, Estado de São Paulo, retornou da Casa Civil da Presidência da República para nova instrução do processo, caso haja necessidade.

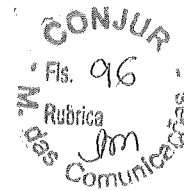
Tendo em vista que as pesquisas realizadas no SRD – Sistema de Controle de Radiodifusão e do SIACCO – Sistema de Acompanhamento de Controle Societário da ANATEL, extratos às fls. 91/94, informam que a entidade em comento, bem como os participantes de seu quadro societário, não extrapolaram os limites previstos no Decreto-Lei nº 236/67 e que não há fato novo que obste o prosseguimento do feito, encaminhamos cópia dos autos à Consultoria Jurídica para manifestação.

Brasília (DF), 17 de março de 2011.


ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão Especial de Licitação



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DA CONSULTORIA JURÍDICA



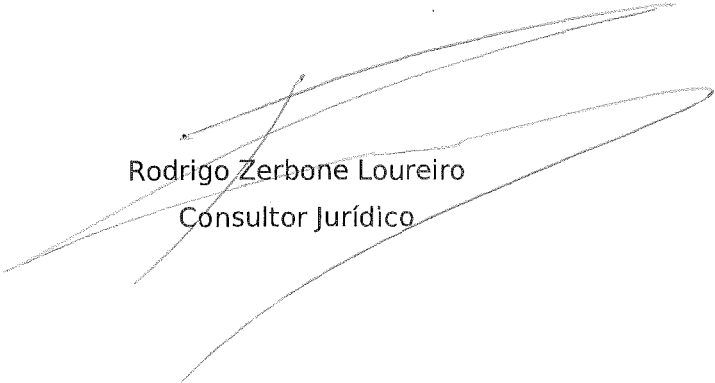
COTA nº 062/2011/RZL/ CONJUR-MC/AGU
Processo nº 53000.014655/2010 (cópia 1)
Interessado: MORAES SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO LTDA -ME

Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica,

Após nova análise dos autos do processo em epígrafe solicitada por essa Secretaria, ratifico os termos da NOTA/ Nº 1759-2.17/2010/GBA/CONJUR-MC/AGU desta Consultoria Jurídica às fls. 81, bem como informo a regularidade da minuta de ato anexa aos autos, conforme a legislação aplicável.

Dessa forma, encaminho o processo a essa d. Secretaria para as providências necessárias.

Brasília, 31 de março de 2011.



Rodrigo Zerbone Loureiro
Consultor Jurídico

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 722
70044-900 Brasília-DF
Tel.: (61) 311-6242 - 321-7484 - Fax: (61) 311-6583

Ofício nº 18 /2011/GM-MC

Brasília, 11 de julho de 2011.

Ao Senhor

LUÍS ALBERTO DOS SANTOS

Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais

Palácio do Planalto, 4º andar

70150-900 Brasília-DF

Assunto: **Encaminha anexo(s)**

Senhor Subchefe,

Atendendo à orientação dessa Subchefia e ao que dispõe o Decreto nº 3.714, de 3 de janeiro de 2001, referente à transmissão eletrônica de documentos, encaminho, em anexo, os seguintes processos:

MC 00220 2011

- 53000.014655/2010 ✓

MC 00221 2011

- 53000.015303/2010

MC 00222 2011

- 53710.000239/2002

MC 00223 2011

- 53830.000056/1999

MC 00224 2011

- 53710.001698/1998

MC 00225 2011

- 53000.008424/2002

MC 00226 2011

- 53710.000240/2002

MC 00227 2011

- 53000.000117/2002



MC 00228 2011
- 53000.059524/2009

MC 00229 2011
- 53000.023478/2007

MC 00230 2011
- 53000.008528/2010

MC 00231 2011
- 53000.005957/2010

MC 00232 2011
- 53000.023298/2008

MC 00233 2011
- 53000.007120/2002 - vol. I e II

MC 00234 2011
- 53000.060199/2009


MC 00235 2011
- 53000.085647/2006

MC 00236 2011
- 53000.023187/2008 - vol. I e II

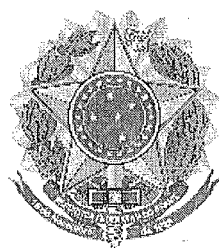
MC 00237 2011
- 53000.045079/2007

MC 00238 2011
- 53000.008890/2006 - vol. I e II

Atenciosamente,



PEDRO LEITE RIBEIRO NETO
Coordenador-Geral Substituto



TVR- 679-13

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

EDITAL DE CONCORRÊNCIA 057/2009 - CEL/MC

SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

PERMISSÃO DE FM

Brasília (DF), _____ de _____ de 2009.

ÍNDICE

- 1 DO OBJETO
- 2 DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS
- 3 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL
- 4 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
- 5 DOS REQUISITOS PARA A HABILITAÇÃO DAS PROPONENTES
- 6 DOS CRITÉRIOS PARA A ELABORAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA
- 7 DOS CRITÉRIOS PARA A ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA
- 8 DA APRESENTAÇÃO E RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS
- 9 DAS ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO E DAS SESSÕES
- 10 DA SESSÃO DE ABERTURA DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
- 11 DA ANÁLISE E JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
- 12 DA ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA
- 13 DOS CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA
- 14 DA ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO
- 15 DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
- 16 DA HOMOLOGAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO
- 17 DAS PENALIDADES
- 18 DOS RECURSOS, REPRESENTAÇÕES E IMPUGNAÇÕES (CONTRA-RAZÕES)
- 19 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
- 20 ANEXOS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

EDITAL - CONCORRÊNCIA N.º 057/2009 – CEL/MC

O **MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**, neste ato representado pela Comissão Especial de Licitação instituída por meio da Portaria de n.º 432, de 24 de julho de 2009, torna público que receberá dos interessados em participar desta Licitação, simultaneamente, a Documentação de Habilitação e as Propostas Técnica e de Preço pela Outorga, doravante denominadas simplesmente Propostas, para a exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), na localidade de Santa Clara D'Oeste - SP, cujo Preço Mínimo da Outorga é de R\$ 57.266,35 (cinquenta e sete mil duzentos e sessenta e seis reais e trinta e cinco centavos).

A entrega da Documentação de Habilitação e das Propostas ocorrerá no dia _____ de _____ de _____, às 9:00 horas, no Ministério das Comunicações, situado na Esplanada dos Ministérios – Bloco “R” – no Auditório Lourenço Chehab - Subsolo, Edifício Sede do Ministério das Comunicações - Brasília – Distrito Federal.

A licitação, na modalidade Concorrência, objeto do presente Edital, será julgada pelo critério de maior valor da média ponderada da pontuação da Proposta Técnica e da Proposta de Preço pela Outorga.

A presente licitação reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, instituído pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962; pelo Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; pelo Regulamento Geral do Código Brasileiro de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 52.026, de 20 de maio de 1963; pelo Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 e suas alterações; e pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações e pela Lei 10.610, de 20 de dezembro de 2.002, assim como pelos Regulamentos Técnicos específicos do serviço.

1 DO OBJETO

1.1 O objeto desta Licitação é a outorga de permissão para a exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em horário ilimitado (execução durante 24 horas do dia), na localidade de Santa Clara D'Oeste - SP pelo prazo de 10 (dez) anos, com as seguintes características: Frequência/Canal: 225 (duzentos e vinte e cinco); Classe: C, Grupo de Enquadramento: A.

2 DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

2.1 Quaisquer dúvidas sobre o conteúdo do presente Edital e de seus Anexos poderão ser dirigidas ao Presidente da Comissão Especial de Licitação, mediante requerimento, a ser protocolizado diretamente no Ministério das Comunicações, ou por intermédio de correspondência registrada, via postal, conforme a seguir indicado, até 30 (trinta) dias antes da data fixada para recebimento da Documentação de Habilitação e das Propostas:

Externamente:

Ao
Presidente da Comissão Especial de Licitação
LICITAÇÃO N.º ____/____ - CEL
Esplanada dos Ministérios – Bloco “R” – Sala 104 – Sobreloja
Edifício Sede do Ministério das Comunicações
70044-900 – Brasília – DF

Internamente:

- a) identificação e qualificação da requerente;
- b) objeto do requerimento, com a indicação clara dos itens questionados;
- c) fundamentação das questões a serem esclarecidas;
- d) data, nome e assinatura.

2.2 A Comissão Especial de Licitação responderá às consultas em até (5) cinco dias antes da data fixada para recebimento da Documentação e das Propostas, fazendo publicar no Diário Oficial da União o local e as condições pelas quais os interessados poderão obter cópias dos esclarecimentos. As consultas e respostas formuladas estarão disponibilizadas ao público em geral na sala de vistas da Comissão e no sítio eletrônico do Ministério das Comunicações (<http://www.mc.gov.br>).

2.2.1 Independentemente da solicitação dos interessados, a Comissão poderá expedir esclarecimentos sobre o instrumento convocatório, comunicando àqueles que o tiverem adquirido e disponibilizando-os na Secretaria da Comissão Especial de Licitação e no sítio eletrônico do Ministério das Comunicações (<http://www.mc.gov.br>).

2.3 Antes do recebimento da Documentação de Habilitação e das Propostas, este Edital poderá ser alterado por razões de interesse público ou por exigência legal. Em qualquer caso, se a modificação a ser realizada afetar a apresentação dos Documentos de Habilitação e a formulação das Propostas, a Comissão Especial de Licitação fará publicar, no Diário Oficial da União, Aviso de Alteração do Edital, fixando nova data para apresentação dos referidos Documentos de Habilitação e Propostas, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido.

2.4 A anulação ou revogação da Licitação, ainda que parcial, é ato do Ministro de Estado das Comunicações. A revogação dar-se-á por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal decisão, e a anulação dar-se-á, de ofício ou por provocação de terceiros, por ilegalidade. Em ambos os casos, a decisão será antecedida de parecer da Consultoria Jurídica do Ministério.

2.4.1 A Comissão Especial de Licitação poderá tornar sem efeito seus próprios atos, em face de ilegalidade, desde que a fase em que praticados não esteja encerrada.

2.4.2 Da decisão de revogação ou anulação a licitação caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

2.4.3 Não caberá qualquer indenização às Proponentes em caso de revogação ou anulação do presente Edital.

2.5 Para efeito de contagem dos prazos estabelecidos neste Edital é excluído o dia do início e incluído o do vencimento.

2.5.1 Se na data marcada para o recebimento das propostas não houver expediente normal no Ministério das Comunicações, considerar-se-á transferido o evento para o primeiro dia útil seguinte.

2.6 A Proponente, executante ou não do serviço de radiodifusão, para fins dos limites a que se refere o artigo 12 do Decreto-lei n.º 236, de 28 de fevereiro de 1967, terá a quantidade de outorgas computadas a partir da assinatura dos respectivos contratos.

2.6.1 A superação àqueles limites em número de vitórias impedirá novas homologações para o mesmo tipo de serviço, até que os contratos respectivos sejam assinados, ficando os processos em que isto ocorra sobrestados.

3 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

3.1 Eventuais impugnações ao Edital serão recebidas até o quinto dia útil que anteceder a abertura dos envelopes contendo a Documentação de Habilitação.

3.2 O não oferecimento, no prazo do item 3.1, de impugnação ao Edital e a subsequente entrega da Documentação de Habilitação e das Propostas, pressupõe que a Proponente tem dele pleno conhecimento e que aceita incondicionalmente os seus termos, vedadas alegações posteriores de desconhecimento ou discordância de suas cláusulas ou condições, bem como das normas regulamentares pertinentes.

3.3 O não oferecimento de impugnação ao Edital no prazo estabelecido no subitem 3.1, ainda que a Proponente indique falhas ou irregularidades que o viciaram, implicará preclusão para quaisquer fins, inclusive recurso.

3.4 Acolhida a impugnação, e havendo alteração das disposições do Edital, substancial ou relevante para a apresentação da Documentação de Habilitação e formulação das Propostas, preceder-se-á conforme disposto no subitem 2.3.

4 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 Somente poderão participar desta licitação pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras, com sede e administração no País, que tenham pelo menos 70% (setenta por cento) do capital total e do capital votante pertencentes, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

4.1.1 A participação de capital estrangeiro nas empresas a que se refere o subitem 4.1 deverá obedecer ao que prevê a Lei n.º 10.610, de 20 de dezembro de 2002.

4.2 É vedada a participação nesta licitação de pessoa jurídica enquadrada nas situações a seguir.

4.2.1 Que não tenha sido recadastrada conforme determinação contida na Portaria MC n.º 447, de 9 de agosto de 2007 (dispositivo aplicável somente a empresas executantes de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão).

4.2.1.1 Na ocorrência da situação indicada no subitem 4.2.1 a interessada deverá, até a data fixada para o recebimento da Documentação de Habilitação e Propostas, apresentar a documentação exigida para o recadastramento.

4.2.2 Que já detenha outorga, ou participe de concessionária/permissionária do serviço objeto deste Edital, nos limites estabelecidos no artigo 12 do Decreto-lei n.º 236, de 28 de fevereiro de 1967.

4.2.3 Cujos sócios e dirigentes participem dos quadros societário e diretivo de outras concessionárias/permissionárias do serviço objeto deste Edital, nos limites estabelecidos no artigo 12 do Decreto-lei n.º 236, de 28 de fevereiro de 1967.

4.2.4 Que execute o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da presente licitação.

4.2.5 Cujos sócios, administradores ou gerentes participem do quadro societário ou diretivo de outra executante do mesmo tipo de serviço na localidade objeto desta licitação.

4.2.6 Que tenha sido declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios, ou ainda, que esteja impedida ou com seu direito de licitar e contratar com a Administração suspenso.

4.2.7. Cujas falência haja sido declarada ou que esteja em regime de concordata ou recuperação judicial.

4.3 Não será admitida a inclusão de documento adicional pelas Proponentes ou a substituição ou ainda a alteração dos já entregues, qualquer que seja a justificativa apresentada, ressalvada a realização das diligências referidas no subitem 9.2.

4.4 Após o recebimento das Propostas não serão admitidas modificações no quadro diretivo e no controle societário das Licitantes.

4.4.1 Fica excetuada da vedação contida no subitem 4.4 a hipótese de transferência *causa mortis*.

4.5 São vedadas, sob pena de desclassificação dos envolvidos, a representação (simultânea ou sucessiva) de mais de um licitante pelo mesmo procurador e a participação de licitantes com sócios (diretos e indiretos) em comum.

5 DOS REQUISITOS PARA A HABILITAÇÃO DAS PROPONENTES (CONJUNTO 1)

5.1 Para habilitar-se, a Proponente estará obrigada a satisfazer às exigências relativas à Habilitação Jurídica, Qualificação Econômico-Financeira e Regularidade Fiscal, devendo apresentar, em 1 (uma) via, no Conjunto nº 1, os documentos, certidões e declarações a seguir especificados, original ou cópia autenticada.

5.1.1 Ato constitutivo (estatuto ou contrato social) em vigor e suas alterações, ou sua consolidação, devidamente registrados na repartição competente, devendo a sociedade por ações

encaminhar, também, a ata de eleição de seus atuais administradores e a relação de acionistas em que conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada acionista na data do recebimento da documentação e propostas.

5.1.1.1 No ato constitutivo da Proponente, ou em suas alterações, deverá constar, dentre os objetivos sociais, a atividade de execução de serviços de radiodifusão.

5.1.1.2 Em se tratando de Fundação, apresentar, além do estatuto, a ata de eleição de sua diretoria.

5.1.1.3 Caso a Proponente tenha em seu quadro societário sócio pessoa jurídica deverá apresentar o respectivo ato constitutivo de todos os sócios nessa condição que, direta ou indiretamente, participem do capital social, total e votante, da Proponente, até que se comprove a plena observância do art. 2º da Lei 10.610, de 20 de dezembro de 2002.

5.1.1.4 Para efeito do subitem 5.1.1.3, deverá ser apresentado qualquer dos documentos listados no subitem 5.1.2, referentes às pessoas físicas que indiretamente participem do capital social, total e votante, da Proponente.

5.1.2 Prova da condição de brasileiros, natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, ou de igualdade de direito civis para os portugueses, das pessoas físicas que sejam sócias da Proponente, feita mediante a apresentação de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento, certidão de casamento, certificado de reservista, carteira profissional, carteira de identidade ou comprovante de naturalização ou, para os portugueses, comprovante de igualdade de direitos civis.

5.1.3 Declaração da Proponente de que não possui e nem manterá em seu quadro de pessoal empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (catorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme ANEXO I.

5.1.4 Declaração, conforme ANEXO II, firmada pelos dirigentes da Proponente.

5.1.5 Certidões expedidas pelas Justiças Estadual e Federal, quanto a feitos cíveis e criminais, bem como certidões dos Cartórios de Protestos de Títulos, todas dos locais de residência e de exercício de atividade econômica dos dirigentes nos últimos 05 (cinco) anos.

5.1.5.1 As certidões deverão ter validade na data prevista para recebimento da Documentação de Habilitação e Propostas. Caso a certidão não contenha data de validade serão aceitas aquelas expedidas nos 3 (três) meses anteriores à referida data.

5.1.5.2 A menção “positiva” em qualquer das certidões referidas no subitem 5.1.5 implica a obrigatoriedade de apresentação de certidão de objeto e pé da ação respectiva ou de documento equivalente que revele sua situação processual.

5.1.5.3 A Proponente, em decorrência das certidões a que se refere o subitem 5.1.5 será inabilitada:

a) em caso de omissão em sua apresentação;

b) se não apresentar os documentos referidos no subitem 5.1.5.2;

- c) diante do trânsito em julgado de sentença penal condenatória;
- d) se os débitos a que se referirem os títulos protestados superarem o valor mínimo previsto pela outorga do serviço, desde que não estejam sendo contestados judicialmente;
- e) se a sentença de natureza cível for de improbidade administrativa com sentença condenatória não mais sujeita a recurso com efeito suspensivo;
- f) diante de execução não embargada cujo valor ultrapasse o valor mínimo previsto pela outorga do serviço.

5.1.6 Prova de que os dirigentes estão quites com suas obrigações eleitorais, mediante certidão fornecida pela Justiça Eleitoral.

5.1.7 Alvará de Funcionamento da Proponente ou documento congênere.

5.2 A Proponente deverá comprovar sua qualificação econômico-financeira mediante:

5.2.1 Para as Proponentes em atividade, apresentação do Balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentadas na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, admitindo-se as demonstrações financeiras do exercício imediatamente anterior, caso não tenha transcorrido, ainda, o prazo legal de sua divulgação.

5.2.2 Para as Proponentes inativas ou constituídas há menos de 1 (um) ano, a apresentação do balanço de abertura em conformidade com todos os requisitos da legislação societária e comercial.

5.2.3 Comprovante relativo à garantia de manutenção de proposta, válida para as três etapas, equivalente a 1% (um por cento) do valor mínimo previsto pela outorga, podendo a Proponente optar por uma das seguintes modalidades de garantia: a) carta de fiança bancária; ou b) caução.

5.2.3.1 Quando a Proponente optar por carta de fiança bancária, esta deverá ser emitida em favor da Proponente por banco comercial, de investimento ou múltiplo.

5.2.3.1.1 A carta de fiança deverá ter prazo de validade de 24 (vinte e quatro) meses, a partir da data de entrega dos Documentos e das Propostas.

5.2.3.2 A comprovação de garantia de manutenção de proposta na forma de caução deverá ser feita junto à Caixa Econômica Federal, em formulário específico, conforme dispõe o Decreto-lei n.º 1.737, de 20 de dezembro de 1979.

5.2.4 A garantia de manutenção de proposta será devolvida às Proponentes, mediante a apresentação de recibo, conforme segue:

a) às Proponentes inabilitadas, em até 15 (quinze) dias após a comunicação formal da inabilitação, desde que não tenha havido recursos, ou após seus julgamentos.

b) à Proponente vencedora, em até 15 (quinze) dias após a assinatura do Contrato.

c) às Proponentes com propostas classificadas, em até 15 (quinze) dias após a homologação do certame.

5.2.5 A Proponente será considerada em boa situação financeira e, portanto, apta a assumir os compromissos decorrentes da execução do serviço objeto desta licitação, quando:

a) apresentar a garantia a que se refere o subitem 5.2.3:

b) o exame de seu balanço patrimonial e de suas demonstrações contábeis ou do seu balanço de abertura resultar na verificação, pela Comissão Especial de Licitação, do Índice de Solvência maior ou igual a 1,0 (um vírgula zero) segundo a fórmula abaixo:

$$IS = AT \div (PC + ELP) \geq 1,0$$

onde:

IS : Índice de Solvência

AT : Ativo Total

PC : Passivo Circulante

ELP : Exigível a Longo Prazo

Se $PC + ELP = 0$, será considerado o fator 1 como divisor

5.3 Apresentação de certidão negativa de pedido de falência, recuperação judicial e concordata, expedida pelos distribuidores da sede da Proponente ou da comarca a que pertença, com data não anterior a 3 (três) meses da data prevista para o recebimento da Documentação de Habilitação e Propostas.

5.4 A Proponente deverá comprovar sua regularidade fiscal mediante:

a) Prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes - CNPJ/MF;

b) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

c) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

d) Certidões Negativas de Débito ou Certidões Positivas com Efeito de Negativas de Débitos para com as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal.

5.4.1 Os documentos exigidos nas alíneas do subitem 5.4 deverão ter validade na data de recebimento da Documentação e Propostas.

5.4.2 Caso os documentos mencionados nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 5.4 não contenham data de validade, serão aceitos aqueles expedidos nos 3 (três) meses anteriores à data prevista para recebimento da Documentação de Habilitação e Propostas.

6 DOS CRITÉRIOS PARA A ELABORAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

6.1 Para fins de pontuação, a Proponente deverá elaborar e apresentar a Proposta Técnica conforme ANEXO III deste Edital, informando:

6.1.1 Tempo total diário proposto para transmissão de programas jornalísticos, educativos e informativos de caráter geral, preenchendo o item 1 (um) do ANEXO III (T1).

6.1.1.1 No preenchimento do item 1 (um) do ANEXO III a Proponente deverá desconsiderar o tempo a que se refere o subitem 6.1.3.

6.1.2 Tempo total diário proposto para o serviço noticioso de caráter geral, preenchendo o item 2 (dois), do ANEXO III (T2).

6.1.2.1 No preenchimento do item 2 (dois) do ANEXO III a Proponente deverá desconsiderar o tempo mínimo de 5% (cinco por cento) de serviço noticioso fixado no art. 38, alínea "h" do Código Brasileiro de Telecomunicações, aprovado pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962.

6.1.3 Tempo total diário proposto para transmissão de programas culturais, artísticos e jornalísticos, produzidos e gerados no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, preenchendo o item 3 (três) do ANEXO III (T3).

6.1.5 O prazo, em meses, para início da execução do serviço em caráter definitivo, a partir da vigência da outorga, preenchendo o item 4 (quatro) do ANEXO III (T4).

6.2 A Proposta Técnica deverá ser datada e assinada pelo representante legal da Proponente.

6.3 A Proposta Técnica apresentada pela Proponente vencedora será anexada ao Contrato ou Termo de Adesão, conforme o caso, constituindo-se parte integrante dele.

7 DOS CRITÉRIOS PARA A ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA

7.1 A Proposta de Preço pela Outorga deverá ser apresentada na forma do ANEXO IV.

7.2 A Proponente deverá indicar o valor da importância que se propõe a pagar pela outorga, por extenso, em moeda corrente do País, em 2 (duas) parcelas iguais, preenchendo o ANEXO IV.

7.3 O valor ofertado não poderá ser inferior ao Preço Mínimo fixado para a Outorga.

8 DA APRESENTAÇÃO E RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS

8.1 A Proponente deverá apresentar a Documentação de Habilitação e Propostas, conforme detalhamento indicado nos itens a seguir.

8.2 Os Documentos de Habilitação e as Propostas deverão ser entregues, pessoalmente, pelo(s) dirigente(s) ou procurador(es) da Proponente, na forma indicada no preâmbulo deste Edital, sendo vedada sua remessa via postal ou por qualquer outra forma que não a prevista neste Edital.

8.2.1 O(s) dirigente(s) das Proponentes ou seu(s) procurador(es), detentor(es) de poderes suficientes, deverão comprovar suas qualificações por meio da apresentação:

a) de documento de identidade;

b) da documentação prevista no subitem 5.1.1 deste Edital;

c) de instrumento público ou particular de mandato com firma reconhecida, em se tratando de procurador, conforme Modelo constante do ANEXO VI, a ser entregue em separado no ato de apresentação da Documentação de Habilitação e das Propostas, que será juntado ao processo.

8.2.2 A não exibição no ato dos documentos indicados no subitem 8.2.1 implicará no não recebimento dos Documentos de Habilitação e as Propostas da Proponente.

8.3 A Documentação de Habilitação e as Propostas deverão ser apresentadas separadamente, em invólucros distintos, indevassáveis, opacos, fechados e rubricados em todas as partes coladas, designados como CONJUNTO 1, CONJUNTO 2 e CONJUNTO 3, contendo na parte externa, obrigatoriamente, os seguintes dizeres:

CONJUNTO 1 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO Edital da Concorrência nº ____/____ – CEL/MC SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO
Localidade de Prestação do Serviço: <i>(indicar a localidade de interesse)</i>
Razão Social da Proponente: <i>(indicar a Razão Social)</i>
<u>Conteúdo:</u> Conjunto 1 – Documentação de Habilitação: Habilitação Jurídica; Qualificação Econômico-Financeira; Regularidade Fiscal.

CONJUNTO 2 – PROPOSTA TÉCNICA Edital da Concorrência nº ____/____ – CEL/MC SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO
Localidade de Prestação do Serviço: <i>(indicar a localidade de interesse)</i>
Razão Social da Proponente: <i>(indicar a Razão Social)</i>
<u>Conteúdo:</u> Conjunto 2: Proposta Técnica.

CONJUNTO 3 - PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA Edital da Concorrência nº ____/____ – CEL/MC SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO

Localidade de Prestação do Serviço:	(indicar a localidade de interesse)
Razão Social da Proponente:	(indicar a Razão Social)
<u>Conteúdo:</u>	
<u>Conjunto 3:</u>	
Proposta de Preço pela Outorga.	

8.3.1 A inclusão de qualquer elemento, entre os Documentos de Habilitação e Propostas, que implique violação do sigilo acarretará a desclassificação da Proponente.

8.3.2 Será recusado o invólucro que não contiver a indicação externa de seu conteúdo, conforme estabelecido no subitem 8.3.

8.3.3 Recomenda-se que, na elaboração dos Documentos de Habilitação e das Propostas, os aspectos essenciais e os quesitos formulados nos itens e subitens do presente Edital constem de um índice visando facilitar sua localização.

8.4 Entregues os invólucros, não será admitida a inclusão de documento adicional, substituição ou alteração dos já entregues, qualquer que seja a justificativa apresentada pela Proponente.

8.5 Todos os documentos, incluindo as declarações, deverão conter a qualificação do(s) seu(s) signatário(s) e a descrição dos fatos ou identificação dos eventos que comprovem o atendimento das exigências formuladas.

8.6 A Proposta Técnica e a Proposta de Preço pela Outorga não poderão conter rasuras, emendas ou entrelinhas, mesmo que ressalvadas, e deverão ser preferencialmente datilografadas ou impressas em papel tamanho A4, com até 44 linhas por página e letras no tamanho 12 pontos.

8.7 O conteúdo dos Conjuntos dos Documentos de Habilitação e Propostas, será apresentado em 1 (uma) via, rubricada pelo representante legal da Proponente no rodapé de cada folha, devendo preferencialmente cada uma das folhas estar numerada sequencial e continuamente, por CONJUNTO, no ângulo superior direito.

9 DAS ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO E DAS SESSÕES

9.1 As atribuições da Comissão Especial de Licitação, bem como os trabalhos a serem por ela desenvolvidos, estão estabelecidas na Portaria de n.º 432, de 24 de julho de 2009, além daquelas constantes deste Edital.

9.2 Cabe ao Presidente da Comissão Especial de Licitação, ou a quem ele designar, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução da licitação, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da Documentação de Habilitação e das Propostas.

9.3 De todas as sessões da Comissão, públicas ou não, será lavrada ata que, lida e aprovada, será assinada obrigatoriamente por seus membros e, no caso de sessão pública também pelos representantes legais das Proponentes presentes.

9.4 Nas sessões públicas da Comissão, o Presidente solicitará aos representantes legais das Proponentes que assinem a lista de presença, na qual indicarão a pessoa jurídica que representam e a respectiva qualificação, aferindo os documentos exibidos no ato.

9.4.1 Somente um representante legal de cada Proponente poderá manifestar-se em seu nome e assinar a ata, exceto quando a ocorrência de fatos supervenientes, durante a sessão, obrigar a sua substituição.

9.4.1.1 Os invólucros fechados e documentos serão rubricados pelo representante legal de cada Proponente.

9.4.2 Nas sessões públicas da Comissão, por determinação do Presidente, as eventuais manifestações dos representantes legais das Proponentes serão reduzidas a termo para anexação à ata da sessão.

9.4.3 Os representantes das Proponentes não poderão interromper a leitura de qualquer documento, devendo solicitar a palavra, pela ordem, ao Presidente da Comissão, não sendo admitido aparte nem discussão paralela entre os representantes das Proponentes.

9.4.4 O Presidente fará as advertências cabíveis e solicitará a retirada daqueles que estiverem, de qualquer forma, dificultando o bom andamento dos trabalhos.

10 DA SESSÃO DE ABERTURA DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1 Aberta a sessão, serão recebidas, em invólucros distintos, a Documentação de Habilitação e as Propostas, que serão rubricados em todas as partes coladas pelos representantes legais das Proponentes, verificando a identificação dos invólucros, bem como a de seus respectivos representantes.

10.2 O Presidente anunciará o nome de cada Proponente estabelecendo o critério para a abertura do CONJUNTO 1 (Documentação de Habilitação) e determinará o acondicionamento dos CONJUNTOS 2 (Proposta Técnica) e CONJUNTO 3 (Proposta de Preço) em invólucros fornecidos pela Comissão que serão lacrados e depositados no cofre disponível na sala da Comissão.

10.3 Aberto o CONJUNTO 1 e rubricados os Documentos de Habilitação pelos membros da Comissão e por um representante de cada Proponente, a sessão será encerrada.

10.4. O resumo dos atos praticados durante a sessão constará de ata que será assinada pelos membros da Comissão e por um representante de cada Proponente presente.

10.5 Encerrada a sessão, o Presidente determinará o recolhimento de toda a Documentação de Habilitação para fins de organização, autuação e remessa dos autos à Comissão Especial de Licitação para análise.

10.6 Os Proponentes terão acesso à Documentação de Habilitação após a análise da Comissão Especial de Licitação.

11 DA ANÁLISE E JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

11.1 A Comissão Especial de Licitação analisará, em sala reservada, a conformidade dos Documentos de Habilitação com os termos do Edital e legislação específica, procedendo à publicação dos conceitos “**HABILITADA**” e “**NÃO HABILITADA**”, conforme o caso, no Diário Oficial da União, abrindo prazo de 5 (cinco) dias úteis para a interposição de recursos.

11.2 Decorrido o prazo para a interposição dos recursos a Comissão Especial de Licitação intimará os interessados, abrindo prazo de 5 (cinco) dias úteis para impugnação (contra-razões).

11.3 A(s) Proponente(s) julgada(s) inabilitada(s) fica(m) impedida(s) de participar das fases subsequentes da licitação.

11.3.1 Encerrada a fase de habilitação as Proponentes inabilitadas serão intimadas para resgate de suas Propostas, devidamente lacradas, no prazo de 30 (dias) dias.

11.3.1.1 O não atendimento da intimação no prazo estabelecido autoriza a Administração a incinerar os documentos em referência.

11.4 Ultrapassada a fase de Habilitação, as Proponentes não serão mais desclassificadas por motivo relacionado à Habilitação Jurídica, Qualificação Econômico-financeira e Regularidade Fiscal, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após a Habilitação.

11.5 A previsão contida no subitem 11.4 não afasta o poder de autotutela do Ministério das Comunicações.

12 DA ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA.

12.1 Encerrada a fase de Habilitação a Comissão convocará com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis a sessão pública para abertura das Propostas Técnicas.

12.1.1 No local, dia e hora marcados, a Comissão procederá à abertura das Propostas Técnicas (CONJUNTO 2) das Proponentes habilitadas.

12.2 Após a abertura do CONJUNTO 2 e rubrica dos documentos relativos às Propostas Técnicas pelos membros da Comissão e por um representante legal de cada Proponente, a sessão será mantida em aberto pelo Presidente, que disponibilizará a documentação dos Proponentes para verificação.

12.3. O resumo dos atos praticados durante a sessão constará de ata que deverá ser assinada pelos membros da Comissão e por um representante de cada Proponente presente à sessão.

12.4 A Comissão Especial de Licitação analisará a conformidade das Propostas Técnicas com os requisitos do Edital e atribuirá pontuação a cada uma delas conforme estabelecido no item 13.

12.5 A Comissão Especial de Licitação elaborará ficha de avaliação das Propostas Técnicas, lavrando a correspondente ata, procedendo à publicação dos conceitos “**CLASSIFICADA**” e “**NÃO CLASSIFICADA**”, conforme o caso, no Diário Oficial da União, abrindo prazo de 5 (cinco) dias úteis para a interposição de recursos.

12.6 Será desclassificada a Proposta Técnica apresentada em desconformidade com o presente Edital e seus Anexos.

13 DOS CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

13.1 Será atribuída à Proposta Técnica a seguinte pontuação:

13.1.1 A pontuação P1, relativa ao percentual do tempo total diário proposto para a transmissão de programas jornalísticos, educativos e informativos de caráter geral (%T1), conforme a fórmula e condições a seguir:

$$P1 = 65,0 \times [(\%T1 - 5) / (\%T1 + 5)], \text{ para } 5\% \leq T \leq 8\%$$

- Condição Mínima: %T1 = 5

- Condição Máxima: %T1 = 8

Legenda:

$$\%T1 = T1 \times 100 / 1440$$

T1 = valor preenchido no item 1 do ANEXO III.

13.1.2 A pontuação P2 relativa ao percentual de tempo total diário proposto para serviço noticioso de caráter geral (%T2), conforme a fórmula e condições a seguir:

$$P2 = 65,0 \times [(\%T2 - 5) / (\%T2 + 5)], \text{ para } 5\% \leq T \leq 8\%$$

- Condição Mínima: %T2 = 5

- Condição Máxima: %T2 = 8

Legenda:

$$\%T2 = T2 \times 100 / 1440$$

T2 = valor preenchido no item 2 do ANEXO III.

13.1.3 A pontuação P3 relativa ao percentual do tempo total diário proposto para programas culturais, artísticos e jornalísticos, produzidos e gerados no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga (%T3), conforme a fórmula e condições a seguir:

$$P3 = 130 \times [(\%T3 - 5) / (\%T3 + 5)], \text{ para } 5\% \leq T \leq 8\%$$

- Condição Mínima: %T3 = 5

- Condição Máxima: %T3 = 8

Legenda:

$$\%T3 = T3 \times 100 / 1440$$

T3 = valor preenchido no item 3 do ANEXO III.

13.1.4 A pontuação P4 relativa ao prazo em meses (T4) para iniciar a execução do serviço em caráter definitivo, conforme a fórmula e condições a seguir:

$$P4 = 10 + 50 \times [(36 - T4) / (36 + T4)], \text{ para } 9 \leq T4 \leq 36$$

- Condição Mínima: T4 = 36 meses

- Condição Máxima: T4 = 9 meses

Legenda:

T4 = valor preenchido no item 4 do ANEXO III.

13.1.5 A valoração da Proposta Técnica da Proponente (PT), será obtida pela soma dos pontos resultantes da verificação do enquadramento da mesma no disposto em cada quesito constante do subitem 13.1, conforme a seguir:

$$PT = (P1 + P2 + P3 + P4) \text{ pontos.}$$

13.2 Serão classificadas as Propostas Técnicas que obtiverem o mínimo de 50 (cinquenta) pontos para os serviços enquadrados no grupo A, 60 (sessenta) pontos para os serviços enquadrados no grupo B e 70 (setenta) pontos para os serviços enquadrados no grupo C, conforme estabelecido no § 4º do art. 16 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com as alterações do Decreto nº 2.108, de 26 de dezembro de 1996.

13.3 O prazo de validade das Propostas é de 24 (vinte e quatro) meses, findo o qual estas serão automaticamente revalidadas por períodos sucessivos de 6 (seis) meses.

13.3.1 Não pretendendo a Proponente manter sua proposta deverá se manifestar, por escrito, em até 5 (cinco) dias antes do transcurso de cada período.

14 DA ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO

14.1 Encerrada a fase de análise e julgamento das Propostas Técnicas, a Comissão convocará, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, sessão pública para abertura das Propostas de Preço pela Outorga e intimará as Proponentes desclassificadas para devolução de suas Propostas.

14.1.1 No local, dia e hora marcados, a Comissão procederá à abertura das Propostas de Preço pela Outorga (CONJUNTO 3) das Proponentes classificadas.

14.2 Após a abertura do CONJUNTO 3 e rubrica dos documentos relativos às Propostas de Preço pela Outorga pelos membros da Comissão e por um representante legal de cada Proponente, a sessão será mantida em aberto pelo Presidente, que disponibilizará a documentação para verificação.

14.3. O resumo dos atos praticados durante a sessão constará de ata que deverá ser assinada pelos membros da Comissão e por um representante de cada Proponente presente à sessão.

14.4 A Comissão Especial de Licitação analisará a conformidade das Propostas de Preço pela Outorga com os requisitos do Edital e atribuirá pontuação a cada uma delas conforme estabelecido no subitem 14.5.

14.4.1 Será desclassificada a Proposta de Preço pela Outorga em desconformidade com o Edital e seus Anexos, em especial a de valor inferior ao mínimo estabelecido.

14.5 A pontuação das Propostas de Preço pela Outorga será calculada de acordo com a fórmula a seguir:

$$PP = 50 + 50 \times [(Vof - Vmin) / Vof] \quad (\text{Grupo de enquadramento A})$$

$$PP = 60 + 40 \times [(Vof - Vmin) / Vof] \quad (\text{Grupo de enquadramento B})$$

$$PP = 70 + 30 \times [(Vof - Vmin) / Vof] \quad (\text{Grupo de enquadramento C})$$

Legenda:

PP = Pontuação da Proposta de Preço pela Outorga

Vof = Valor do Preço ofertado pela Outorga

Vmin = Valor Mínimo fixado para a Outorga

15 DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

15.1 Será considerada vencedora da Licitação a Proponente habilitada e classificada nas fases anteriores que obtiver o maior valor expresso pela seguinte fórmula:

$$VP = (0,90 PT + 0,10 PP) \text{ pontos (Grupo A)}$$

$$VP = (0,50 PT + 0,50 PP) \text{ pontos (Grupo B)}$$

$$VP = (0,10 PT + 0,90 PP) \text{ pontos (Grupo C)}$$

Legenda:

VP : Valor ponderado das pontuações da Proposta Técnica e da Proposta de Preço pela Outorga da Proponente.

PT : Valor da pontuação da Proposta Técnica da Proponente.

PP : Valor da pontuação da Proposta de Preço pela Outorga da Proponente.

15.2 Ocorrendo empate entre duas ou mais Proponentes, será declarada vencedora a que tiver oferecido maior preço pela outorga. Persistindo o empate será realizado sorteio.

15.3 Concluída a fase de julgamento, o resultado final constará de ata e será publicado no Diário Oficial da União.

15.3.1 Transcorrido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a interposição de recursos e julgados os eventuais recursos interpostos a Comissão Especial de Licitação enviará os autos à Consultoria Jurídica para manifestação.

15.4 Em se tratando de localidade constante da relação de Municípios Brasileiros da Faixa de Fronteira, publicada pela Diretoria de Geociências do IBGE, nos termos do art. 9º do Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980, antes de remessa dos autos à Consultoria Jurídica, a Proponente será intimada para apresentar no prazo de 90 (noventa) dias documento de Assentimento Prévio emitido pelo órgão competente.

15.4.1 Em caso de negativa de assentimento por parte do órgão encarregado, a licitação será retomada e convocada a segunda colocada no certame e, assim, sucessivamente.

16 DA HOMOLOGAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

16.1 O Ministro de Estado das Comunicações, à vista do Parecer da Consultoria Jurídica, decidirá acerca da homologação da licitação por despacho que será publicado no Diário Oficial da União.

16.2 Transcorrido o prazo de 10 (dez) dias úteis da publicação do despacho de homologação da licitação sem manifestação dos interessados, o Ministro das Comunicações assinará a portaria de

outorga da permissão para a exploração do serviço licitado, ou encaminhará Exposição de Motivos ao Presidente da República, acompanhada da minuta do decreto de outorga de concessão para a exploração do serviço.

16.3 O Contrato ou o Termo de Adesão a ser firmado entre o Ministério das Comunicações, representando a União, e a concessionária/permissionária, será assinado após a aprovação do ato de outorga pelo Congresso Nacional.

16.4 O Ministério das Comunicações, no prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação do decreto legislativo, convocará a entidade para a assinatura do Contrato ou Termo de Adesão, em data que fixará, observado o prazo do item 16.5.

16.5 A concessionária/permissionária terá o prazo de até 60 (sessenta) dias para a assinatura do Contrato ou Termo de Adesão, ocasião em que deverá comprovar o pagamento da primeira parcela pelo preço da outorga.

16.5.1 O valor da primeira parcela pelo preço da outorga será corrigido pelo IPCA-E mensal, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, desde a data de publicação da decisão de homologação da licitação.

16.5.2 O valor correspondente ao pagamento referido no subitem 16.5 será recolhido em favor do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações em Guia de Recolhimento da União (GRU) que deverá ser retirada na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.

16.5.3 A concessionária/permissionária, no prazo a que se refere o subitem 16.5, poderá efetuar o pagamento integral do preço pela outorga.

16.5.4 O prazo para pagamento da parcela a que refere o subitem 16.5 somente será prorrogado por motivos de força maior, ou caso fortuito, devidamente comprovados.

16.7 Assinado o Contrato ou o Termo de Adesão, a concessionária/permissionária providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, no prazo de 20 (vinte) dias.

16.8 O pagamento da segunda parcela pelo preço da outorga deverá ser realizado em até 1 (um) ano, contado da data de publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União, observado o que prevêm os subitens 16.5.1 e 16.5.2.

17 DAS PENALIDADES

17.1 Na eventualidade de não comparecimento da concessionária/permissionária para assinar o Contrato ou Termo de Adesão até o último dia do prazo de que trata o subitem 16.5, ou se não efetuar o recolhimento do valor correspondente às parcelas do preço da outorga, será ela considerada desistente.

17.2 Qualquer que seja a hipótese apontada no subitem 17.1 ficará caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, ocasionando a remessa de cópia dos autos ao órgão competente da Advocacia-Geral da União para propositura de ação de cancelamento de outorga, sem prejuízo da aplicação das seguintes penalidades:

a) cominação de pena equivalente o valor da primeira parcela do preço da outorga;

b) impedimento de a entidade participar de licitação e de contratar com o Ministério das Comunicações por um período de 2 (dois) anos.

17.3 Na ocorrência das situações descritas no subitem 17.2, a concessionária/permissionária terá o direito à ampla defesa e ao contraditório, em processo administrativo próprio.

17.4 O não cumprimento de qualquer compromisso assumido pela concessionária/permissionária em sua Proposta Técnica implicará imposição de multa de até 5% (cinco) por cento do valor da outorga, em processo administrativo próprio.

17.4.1 O descumprimento reiterado dos compromissos assumidos pela concessionária/permissionária em sua Proposta Técnica ensejará a adoção de providências objetivando o cancelamento da outorga.

17.5 Ocorrendo o cancelamento do ato de outorga considerar-se-á o Contrato ou Termo de Adesão automaticamente rescindido.

18 DOS RECURSOS, REPRESENTAÇÕES E IMPUGNAÇÕES (CONTRA-RAZÕES)

18.1 Dos atos da Comissão Especial de Licitação cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

- a) habilitação ou inabilitação da Licitante;
- b) julgamento das propostas;
- c) anulação ou revogação da licitação.

II - representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação de que não caibam recurso.

18.2 Os recursos, representações e impugnações (contra-razões) serão sempre dirigidos ao Presidente da Comissão Especial de Licitação, ainda que se trate de decisão proferida pelo Ministro de Estado das Comunicações, mediante petição, apresentados no Protocolo Geral do Ministério das Comunicações em Brasília, devendo conter, sob pena de não conhecimento:

- a) identificação e qualificação da Proponente interessada;
- b) o nome do signatário, que deverá ser dirigente ou procurador da Proponente;
- c) objeto da petição, com a indicação clara dos atos e documentos questionados;
- d) pedido e sua fundamentação.

18.3 A intimação dos atos referidos no subitem 18.1, inciso I, será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes os prepostos das Proponentes no ato em que foi adotada a decisão, quando poderá ser feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

18.3.1 Nas hipóteses não previstas no subitem 18.1, inciso I, as intimações poderão ser feitas por meio eletrônico (*e-mail*), desde que haja a disponibilidade de meios técnicos, ou por outro meio idôneo.

18.3.1.1 As intimações por meio eletrônico serão consideradas recebidas por seu destinatário no dia posterior à sua remessa, sendo que o prazo respectivo passará a fluir no primeiro dia útil subsequente.

18.4 Interposto recurso ou representação, o Presidente da Comissão Especial de Licitação cientificará as demais Proponentes que poderão apresentar impugnação (contra-razões) no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

18.5 Em todos os casos, os autos estarão à disposição dos interessados no primeiro dia útil seguinte ao da intimação, na Secretaria da Comissão Especial de Licitações.

18.6 Os recursos previstos no subitem 18.1, inciso I, alíneas “a” e “b”, terão efeito suspensivo, podendo o Presidente da Comissão Especial de Licitações, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir eficácia suspensiva aos demais recursos.

18.7 Nas hipóteses do subitem 18.1, inciso I, a Comissão Especial de Licitação, apresentadas as impugnações ou transcorrido o prazo respectivo sem manifestação das interessadas, poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazer subir o recurso devidamente informado à Consultoria Jurídica para fim de emissão, no prazo de 15 (quinze) dias, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo, de parecer prévio ao julgamento a ser proferido pelo Ministro de Estado das Comunicações.

18.7.1 Nas hipóteses não previstas no subitem 18.1, inciso I, o Presidente da Comissão Especial de Licitação, apresentadas as impugnações ou transcorrido o prazo respectivo sem manifestação das interessadas, encaminhará à Consultoria Jurídica para fim de emissão, no prazo de 15 (quinze) dias, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo, de parecer prévio ao julgamento a ser proferido pelo Ministro de Estado das Comunicações.

18.8 O Ministro de Estado das Comunicações proferirá decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento dos autos.

18.9 A autoridade administrativa poderá deixar de conhecer manifestações impertinentes, ressalvados o contraditório e a ampla defesa, bem como os recursos previstos em lei. Em alguns casos poderá, inclusive, haver desclassificação superveniente da manifestante, com fulcro no artigo 43, § 5º, da Lei n.º 8.666/93.

18.9.1 Serão consideradas impertinentes as manifestações que:

- a) deduzirem pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso;
- b) alterarem a verdade dos fatos;
- c) usarem do processo para conseguir objeto ilegal;
- d) opuserem resistência injustificada ao andamento do processo;

e) procederem de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo;

f) provocarem incidentes manifestamente infundados;

g) interpuserem recurso com intuito manifestamente protelatório.

18.10 Os interessados terão vistas dos autos na Comissão Especial de Licitação ou na Consultoria Jurídica, conforme o caso, vedada, em qualquer hipótese, a retirada em carga dos processos.

19 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1 A Licitante se obriga a manter atualizado seu cadastro junto à Comissão Especial de Licitação.

19.2 A Comissão Especial de Licitação atenderá o público externo nos dias úteis, no horário das 9 às 11 horas e das 15 às 17 horas.

19.3 No resultado dos cálculos previstos neste Edital, considerar-se-ão 5 (cinco) decimais à direita da vírgula, arredondando-se a quinta casa, para cima, quando a sexta for maior ou igual a 5 (cinco).

19.4 A concessionária/permissionária somente poderá pleitear aumento da potência de seus transmissores após o transcurso do prazo a que se refere o art. 1º da Portaria de n.º 61, de 6 de março de 2008.

19.5 A Comissão Especial de Licitação decidirá os casos omissos, com base na legislação que rege a matéria.

20 ANEXOS

20.1 ANEXO I – Modelo de Declaração referente a trabalho de menores.

20.2 ANEXO II - Modelo de Declaração referente aos sócios e dirigentes da entidade Proponente.

20.3 ANEXO III - Modelo de Proposta Técnica, por localidade de execução do serviço.

20.4 ANEXO IV - Modelo de Proposta de Preço pela Outorga, por localidade de execução do serviço.

20.5 ANEXO V - Minuta do Contrato de Concessão.

20.6 ANEXO VI - Modelo de Procuração (particular).

Brasília (DF), ____ de _____ de 2009.

ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente

ERIKO MENDES DOMENICI
Vice-Presidente

EDMAR FREITAS MACHADO
Titular

MARCUS FERREIRA DA SILVA
Titular

ANEXO I

Modelo de Declaração

Ref.: Concorrência ____/____-CEL/MC

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade no..... e do CPF no, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz () .

.....

(data)

.....

(representante legal)

ANEXO II

Modelo de Declaração

O(s) abaixo assinado(s), dirigente(s) da _____, declara(m) que:

a) a entidade não possui autorização para explorar o mesmo tipo de serviço, na localidade _____, Estado _____, e que não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso venha a ser contemplada com a outorga.

b) a entidade não se encontra declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, ou ainda, não está com o direito de licitar e contratar com o Ministério das Comunicações suspenso;

c) nenhum sócio integra o quadro societário de outra entidade exploradora do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade objeto deste Edital, nem de outras entidades exploradoras de serviços de radiodifusão em localidades diversas, além dos limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

d) nenhum dirigente está no exercício de mandato eletivo, que lhe assegure imunidade parlamentar, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;

e) nenhum dirigente participa da direção de outra entidade executante de serviço de radiodifusão, nem de outras empresas de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, mesmo que a Proponente venha a ser contemplada com a outorga.

(local e data)

(nome(s) e assinatura(s) do(s) dirigente(s) e respectivo(s) CPF)

ANEXO III

Modelo de Proposta Técnica

Edital Concorrência n.º _____/_____

Localidade: _____ UF: _____

Razão Social da Proponente: _____

CNPJ: _____ Data: ____/____/____.

1. Programas jornalísticos, educativos e informativos:

Programas jornalísticos, educativos e informativos de caráter geral	Tempo dos programas em minutos (T1)	(%T1) $T1 \times 100 / 1440$

2. Serviço noticioso:

Programas de serviço noticioso de caráter geral	Tempo dos programas em minutos (T2)	(%T2) $T2 \times 100 / 1440$

3. Programas culturais artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga:

Programas culturais, artísticos e jornalísticos de caráter local	Tempo dos programas em minutos (T3)	(%T3) $T3 \times 100 / 1440$

4. Prazo, em meses, para execução do serviço em caráter definitivo:

Prazo, em meses, para execução do serviço em caráter definitivo (T4)	Quantidade de meses (T4)

8. Local, data e assinatura do(s) representante (s) legal (is)

ANEXO IV

Modelo de Proposta de Preço pela Outorga

Proposta sintética do Preço pela Outorga.

1. Razão Social da Proponente:

2. CNPJ/MF: _____

3. Edital da Concorrência: nº _____-CEL/MC

4. Serviço _____

5. Localidade: _____ UF: _____

6. Valor Proposto: R\$ _____

algarismo e por extenso

1ª Parcela: R\$ _____

algarismo e por extenso:

2ª Parcela: R\$ _____

algarismo e por extenso:

Local e Data

Nome e assinatura do Representante Legal da Empresa Proponente

ANEXO V

Minuta de Termo de Adesão

TERMO DE ADESÃO CELEBRADO ENTRE A UNIÃO
E A _____ PARA EXPLORAR O SERVIÇO DE
RADIODIFUSÃO _____, NA CIDADE D
_____ ESTADO D _____.

Aos ____ dias do mês de _____ do ano de _____, o Ministro das Comunicações _____, representando a União, e _____, CNPJ nº _____, representada por seu _____, assinam o presente Termo de Adesão, decorrente da permissão outorgada à supramencionada entidade, pela Portaria n.º _____, de ____ de _____ de _____, publicada no Diário Oficial da União do dia _____, aprovada pelo Decreto Legislativo nº _____, publicado no Diário Oficial da União de ____ de _____ de _____, para explorar o serviço de _____, na cidade de _____, Estado de _____, regendo-se referida permissão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas Cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira - Fica assegurado à _____ o direito de explorar, sem exclusividade, na cidade d _____, Estado de _____, o serviço de radiodifusão _____, com finalidades educativas e culturais, visando aos superiores interesses do País.

Parágrafo único - A execução do serviço sob consideração é vinculada aos termos do Edital de Concorrência nº ____/_- CEL/MC e às Propostas Técnica e de Preço pela Outorga, apresentadas na Licitação, pela permissionária, documentos esses que acompanham o presente Contrato como Anexos V e VI, dele fazendo parte integrante.

Cláusula Segunda - A presente permissão é outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos e entrará em vigor a partir da data de publicação do presente Contrato no Diário Oficial da União.

Cláusula Terceira - O preço ofertado pela permissionária pela outorga objeto do presente Contrato foi de R\$ _____ (_____), em duas parcelas de igual valor, corrigidas nos termos do Edital, da seguinte forma:

a) O pagamento da primeira parcela no valor de R\$ _____ (_____) foi pago concomitantemente à assinatura do presente Contrato, recolhida em favor do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações.

b) A segunda parcela no valor de R\$ _____ (_____) deverá ser paga em até 1 (um) ano, contado da data de publicação do extrato do presente termo de adesão no Diário Oficial da União.

Cláusula Quarta - A permissionária é obrigada a executar o serviço segundo as condições técnicas constantes do Plano Básico de Distribuição de Canais de _____, bem como a:

a) destinar, diariamente, um mínimo de 5% (cinco) por cento de seu tempo total de programação para transmissão de serviço noticioso, em cumprimento à exigência constante da alínea 'h' do art. 38 do Código Brasileiro de Telecomunicações, além dos tempos indicados na Proposta Técnica objeto do ANEXO III do Edital de Concorrência;

b) admitir, como técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, devidamente registrados e inscritos na entidade profissional competente. Poderá ser permitida, em caráter excepcional e com autorização expressa do Ministério das Comunicações, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contratos, conforme estabelecido no item 6 do art. 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;

c) obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme estabelecido no item 14 do art. 28 do mesmo Regulamento;

d) não empregar menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem empregar menor de dezesseis anos, sendo permitida a admissão a partir dos quatorze anos, apenas na condição de aprendiz.

e) não permitir que seus sócios integrem o quadro societário de outra entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, nem que seus administradores façam parte do quadro diretivo de entidade na mesma situação;

f) manter o seu quadro societário constituído na forma da Constituição Federal;

g) solicitar prévia aprovação do Ministério das Comunicações para constituir procurador com poderes para a prática de atos de gerência e administração;

h) ter a sua diretoria ou gerência constituída por brasileiros, na forma da Constituição Federal, os quais não poderão tomar posse nos cargos antes de estarem aprovados pelo Poder Concedente, nem exercer mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar, nem, tampouco, ocupar cargo de supervisão, direção ou assessoramento na administração pública, do qual decorra foro especial;

i) comunicar ao Ministério das Comunicações a efetivação das alterações contratuais ou estatutárias que não impliquem alteração dos objetivos sociais ou modificação do quadro diretivo e as cessões de cotas ou ações ou aumento de capital social que não resultem em alteração de controle societário, no prazo de sessenta dias a contar da realização do ato;

j) solicitar prévia autorização do Ministério das Comunicações para efetivar alteração dos objetivos sociais, modificação do quadro diretivo, transferência do controle societário e a transferência direta da concessão.

l) manter, durante a vigência da concessão, as condições observadas por ocasião da Habilitação e qualificação exigidas no Edital;

m) observar as normas fixadas pelo Ministério das Comunicações para a execução do serviço;

n) obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério das Comunicações;

o) criar, através da seleção de pessoal e de normas de trabalho, na estação, condições eficazes para evitar a prática das infrações previstas na legislação específica de radiodifusão;

p) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos, aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos, portarias, instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço;

p) facilitar a fiscalização, pelo Ministério das Comunicações e pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, das obrigações contraídas e das condições técnicas estabelecidas, prestando todas as informações que lhe forem solicitadas;

q) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões imediatamente após o recebimento da notificação, sem que, por isso, lhe assista direito a qualquer indenização;

r) submeter à aprovação do Ministério das Comunicações o projeto de instalação da emissora no prazo de 6 (seis) meses, prorrogável uma única vez, no máximo, por igual período, e contado da data da publicação do extrato do contrato de concessão/termo aditivo;

s) manter 5 (cinco) horas semanais de programas educacionais, conforme previsto no artigo 28, item 12, alínea "e" do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

Cláusula Quinta - Na organização da programação, a permissionária deverá:

a) subordinar os programas de informação, divertimento, propaganda e publicidade às finalidades educativas e culturais da radiodifusão;

b) manter um elevado sentido moral e cívico, não permitindo a transmissão de espetáculos, trechos musicais cantados, quadros, anedotas ou palavras contrárias à moral familiar e aos bons costumes;

c) não transmitir programas que atentem contra o sentimento público, expondo pessoas a situações que, de alguma forma, redundem em constrangimento, ainda que seu objetivo seja jornalístico;

d) limitar ao máximo de 25% do tempo diário de funcionamento da emissora à publicidade comercial;

e) transmitir os programas semanais educacionais obrigatórios, conforme estabelecido pela legislação aplicável;

f) retransmitir diariamente, das 19 (dezenove) às 20 (vinte) horas, exceto aos sábados, domingos e feriados, o programa oficial de informações dos Poderes da República; **(Este item não se aplica ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens (TV));**

g) integrar gratuitamente as redes de radiodifusão, quando convocada pela autoridade competente;

h) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral;

i) não irradiar identificação da emissora utilizando denominação de fantasia, sem que esteja previamente autorizada pelo Ministério das Comunicações;

j) irradiar o indicativo de chamada e a denominação autorizada de conformidade com as normas baixadas pelo Ministério das Comunicações;

l) irradiar, com indispensável prioridade, e a título gratuito, os avisos expedidos pela autoridade competente, em casos de perturbações da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos;

m) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico;

n) manter em dia os registros da programação;

Cláusula Sexta - A frequência consignada à entidade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre esta frequência o direito de posse da União.

Cláusula Sétima - O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a permissionária de serviço de radiodifusão atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

Cláusula Oitava - O Ministério das Comunicações reserva-se, a qualquer tempo, o direito de restringir o emprego de nova frequência, tendo em vista evitar interferência e tirar o melhor proveito das que já tenham sido consignadas.

Cláusula Nona - O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição das frequências consignadas, por motivo de ordem técnica, de defesa nacional ou de necessidade dos serviços federais.

Parágrafo Único - A substituição de frequência poderá se dar, ainda, a requerimento da entidade, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias, permissionárias ou autorizadas.

Cláusula Décima - A permissionária deverá cumprir as obrigações assumidas em sua Proposta Técnica nas condições compromissadas no ANEXO III do Edital da Concorrência, sob pena de imposição multa de até 5% (cinco por cento) do valor pago pela outorga.

Cláusula Décima Primeira - O descumprimento reiterado dos compromissos assumidos pela permissionária ensejará a adoção de providências objetivando o cancelamento da outorga.

Cláusula Décima Segunda - O não cumprimento das leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis ao serviço de que trata o presente Contrato, sujeita a entidade às penalidades estabelecidas na legislação vigente.

Cláusula Décima Terceira - Ocorrendo o cancelamento do ato de outorga pelo Ministério das Comunicações, a pedido da permissionária, ou o seu cancelamento, por decisão judicial, considerar-se-á este Contrato automaticamente rescindido, sem prejuízo do cumprimento das obrigações pecuniárias dele decorrentes.

Cláusula Décima Quarta - Findo o prazo da outorga, se não houver renovação, será a permissão declarada perempta, sem que a entidade tenha direito a qualquer indenização.

Cláusula Décima Quinta - As partes elegem o foro de Brasília - DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste Contrato.

Cláusula Décima Sexta - Fazem parte integrante do presente Contrato, como se nele estivessem transcritos, os seguintes anexos:

Anexo 1: Edital de Concorrência nº ____ / __ - CEL/MC;

Anexo 2: Proposta Técnica;

Anexo 3: Proposta de Preço pela Outorga.

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma, que contém _____ folhas todas numeradas e rubricadas, com exceção da última, que vai assinada, perante duas testemunhas, sendo os 3 (três) - ANEXOS, compostos de _____ folhas, todas também numeradas e rubricadas.

Ministro das Comunicações

Permissionária

Testemunhas:

ANEXO VI

Modelo de Procuração

(Denominação ou razão social da pessoa jurídica, endereço da sede, nº de inscrição no CNPJ), nomeia e constitui seu bastante procurador (nome, qualificação, documento de identidade nº do CPF) a quem outorga poderes para representá-la em todos os atos da Concorrência nº ____/____-CEL/MC, promovida pelo Ministério das Comunicações, podendo apresentar Documentação de Habilitação, Proposta Técnica e Proposta de Preço pela Outorga, passar recibo, rubricar documentos, apresentar impugnações, assinar lista de presença e atas, desistir de prazo recursal, interpor recursos e impugná-los, ter vista dos autos, bem como praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato.

(local e data)

(identificação do(s) representante(s) legal(is) da Proponente que assinarem a procuração, com a indicação de sua(s) função(ões) na pessoa jurídica.)

OBS.: A procuração só será aceita se contiver firma reconhecida do signatário.